

EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13.004/2026 CE

PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)

1.MODALIDADE	2.FORMATO	3.Nº DO PROCESSO	4.ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:	5.CÓDIGO DA UASG:	6.NÚMERO NO COMPRAS.GOV.BR:
CONCORRÊNCIA	ELETRÔNICA	13.004/2026CE	www.compras.gov.br (Comprasnet)	981319	91304

7.OBETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

8.DATA DA ABERTURA:	9.HORA DA ABERTURA	10.TIPO:	11.CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	12.MODO DE DISPUTA
25 DE FEVEREIRO DE 2026.	9H	MENOR PREÇO	POR VALOR GLOBAL	ABERTO
REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.				

13.LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP?	14.TIPO DE EXECUÇÃO	15.PRAZO DE EXECUÇÃO	16.VIGÊNCIA DO CONTRATO:	17.REGIME DE EXECUÇÃO
NÃO	INDIRETA	CONFORME CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	CONFORME CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

18.ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:

As particularidades pertinentes ao objeto serão aquelas definidas no projeto básico e seus anexos.

19.ÓRGÃO COMPETENTE:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

20.DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO

Todos os atendimentos e demais tratativas com o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO serão realizados exclusivamente por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: licitacao@aquiraz.ce.gov.br, assim como os pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos e pedidos de vistas aos autos, nos termos consignados no presente edital.

21.OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:

- 1) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento.
- 2) Existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica.
- 3) Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos serviços, unidades e demais detalhamentos ante aqueles constantes da plataforma COMPRAS.GOV.BR, prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.
- 4) Todas as normativas complementares e regulamentadoras das contratações públicas desse município são partes integrantes desse instrumento, independentemente de estarem anexados.
- 5) **O referido edital e seus anexos estão disponíveis no seguinte sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.**



EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13.004/2026 CE



PARTE GERAL

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ**, por meio da AGENTE DE CONTRATAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº 0501005/2026, de 05 de janeiro de 2026, e por ordem da autoridade competente deste processo a qual consta acima relacionada, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, em formato **ELETRÔNICO Nº 13.004/2026 CE**, do tipo e critério de julgamento, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico www.compras.gov.br, com procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances e análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 101/2023, de 07 de dezembro de 2023 e nas demais normas complementares.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

SUBPARTE B – ANEXOS

ANEXO I – Modelo da Proposta de Preços Ajustada;

ANEXO II – Minuta do Contrato;

ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Projeto Básico e seus anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.**
- 1.2. Tudo conforme especificações contidas no Projeto Básico, constante do Anexo IV do Edital.

2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. Este processo de Concorrência observará as seguintes fases, em sequência:

- 2.1.1. Preparatória;
- 2.1.2. De divulgação do edital de licitação;
- 2.1.3. De apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- 2.1.4. De julgamento;
- 2.1.5. De habilitação;
- 2.1.6. Recursal;



2.1.7. De homologação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.1.1. Quaisquer interessados na forma de **PESSOA JURÍDICA:**

3.1.1.1. Previamente credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquiraz e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital;

3.1.1.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até a data prevista para recebimento das propostas;

3.1.1.1.2. A proponente que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação;

3.1.1.2. Que possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir as legislações próprias quanto à forma de constituição do tipo de empresa;

3.1.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

3.1.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

3.1.1.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

3.1.1.6. Para lotes abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando for o caso, a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.1.1.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra ou serviços a ele relacionados;

3.2.3. Empresas que não se enquadrem na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (quando for exclusiva);

3.2.4. O responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra ou serviços a ela necessários;

3.2.5. Empresas constituídas na forma de cooperativas;

- 3.2.6. Empresas reunidas em Consórcios;
- 3.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 3.2.8. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei n.º 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão n.º 1.406/2017-TCU-Plenário).
- 3.2.9. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Aquiraz, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 3.2.10. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.12. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.2.13. Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao SICAF e aos demais requisitos da plataforma eletrônica de julgamento;
- 3.2.14. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador;
- 3.2.15. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- 3.2.15.1. É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU;**
- 3.2.16. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal de Aquiraz Direta ou Indireta;
- 3.2.17. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
- 3.2.18. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço global, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

- entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 4.2.5. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.2.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.4. Fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.3, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

- 4.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

- 5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto a Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br/rua
- 5.2.
- 5.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória CONCORRÊNCIA, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta CONCORRÊNCIA.
- 5.5. O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.7. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ** ou ao COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 5.8. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.

- 6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.
- 6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema COMPRAS.GOV.BR os documentos exigidos inicialmente por meio da internet, sendo:
- a) a Proposta de Preços e seus ANEXOS;
 - b) os Documentos de Habilitação;



6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1.1. A Proposta de Preços Inicial, sob pena de desclassificação, será aquela cadastrada exclusivamente pela plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o objeto e o item proposto, nos campos discriminados pela própria plataforma.

7.1.2. Não se faz necessário a inserção do detalhamento dos itens, assim como, a anexação de proposta "em arquivo" juntamente com o cadastramento da PROPOSTA INICIAL. O proponente deverá realizar o preenchimento da proposta de acordo com as informações disponíveis na plataforma, a qual terá conformidade com o Projeto Básico – anexo III do Edital.

7.1.3. A proposta de preços inicial servirá para fins de verificação das condições da proposta, como também para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

7.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

7.1.5. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.1.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.1.6.1. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no PROJETO BÁSICO presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na fase de disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do PROJETO BÁSICO. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado, sob pena de desclassificação.

7.1.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

7.1.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7.1.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

7.1.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;



7.1.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

7.2. Da garantia da proposta de preços

7.2.1. Como requisito de pré-habilitação será exigida garantia da proposta de preços do licitante vencedor da fase de disputa de lances, esta deverá ser apresentada juntamente à proposta de preços final (consolidada) e corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, que corresponde ao montante de R\$ 2.455,21 (dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos.).

7.2.2. Nos termos do caput do art. 58 da Lei Federal n.º 14.133/21, a garantia da proposta deve ser apresentada quando do momento da apresentação da proposta de preços consolidada, ou seja, **o licitante já deverá dispor da mencionada garantia previamente ao cadastro de sua proposta na plataforma, por isso o cálculo do valor da garantia tomará como base o valor estimado pela Administração.**

7.2.3. A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

7.3. Na PROPOSTA FINAL DE PREÇOS deverá constar os seguintes dados:

- a) Serviços/obras a serem executados, iguais ao objeto desta licitação;
- b) Preço global por quanto a licitante se compromete a executar os (a) serviços/obras objeto desta licitação, expresso em reais em algarismo e por extenso;
- c) Prazo de validade da proposta, que será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;
- d) O prazo de execução dos serviços/obras de construção será definido em cada ordem de serviços. Todas as etapas obedecerão rigorosamente ao cronograma físico definido pelo Governo Municipal de Aquiraz/CE;
- e) **ORÇAMENTO(S) DETALHADO(S)**, contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço Global do orçamento, assinado por representante legal e responsável técnico habilitado da licitante, contendo ainda:
 - e.1) Planilha Orçamentária que deu margem aos resultados apresentados na proposta, com preços em duas casas decimais, sem erros de arredondamentos;
 - e.2) Planilha analítica de encargos sociais;
 - e.3) Composição analítica de B.D.I. (Benefícios e Despesas Indiretas), de acordo com a sua situação tributária (cumulativa ou não cumulativa);
 - e.4) Planilha de Composição de Custos. Nela deverão conter todos os itens e coeficientes de produtividade (quantidade) que compõem cada serviço constante no orçamento apresentado, quais sejam equipamentos, materiais, mão-de-obra e/ou encargos sociais. Deverá ainda ter os preços unitários e totais de cada item da composição, devidamente ajustado para o valor arrematado na licitação;

7.3.1. No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa no Projeto Básico (Anexo IV) do edital para o item.

7.3.2. Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$).



7.3.3. Os preços constantes do orçamento da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

7.3.4. Conforme Acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário, as empresas optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI de suas propostas, compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher (cumulativa ou não cumulativa), previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como a composição de encargos sociais sem incluir os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

7.3.5. A proposta de preços inicial servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), caso em que, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

7.3.6. É de inteira responsabilidade da proponente a inclusão dos arquivos os quais possuam compatibilidade com os sistemas operacionais convencionais. Caso a proposta de preços seja apresentada em arquivo corrompido, observando as disposições excetuadas no item 6.4 deste edital, a proponente será desclassificada.

7.3.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Aquiraz e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.4. Os documentos que compõem a proposta de preços (inicial) e habilitação, caso anexada, do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.5. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada. **Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.**

7.5.1. Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.

7.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.

7.7. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser executado, o valor unitário do item/lote proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.7.1. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.7.2. As declarações mencionadas no item 4, serão visualizadas pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação, não havendo necessidade de envio dos arquivos pelo Sistema COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

7.7.3. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

7.7.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais) do valor estimado da contratação conforme Anexo IV deste Edital; e

7.7.3.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

7.8. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.8.1. O registro de proposta de preços eletrônica, **seja ela inicial ou final**, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Projeto Básico (Anexo IV);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

7.8.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos serviços constantes no CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de formulação da proposta de preços, serão sempre aquelas constantes do Projeto Básico (Anexo IV).

7.8.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

7.8.4. Por força do Acórdão nº 2546/2015 – TCU Plenário, a existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos ou orçamento das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, cabendo ao(à) AGENTE DE CONTRATAÇÃO realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem reais).

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



8.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta, devendo a proponente que cotou na proposta o menor preço reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao valor estimado pela administração. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará.

8.21.2.2. Empresas brasileiras.

8.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.24. Não serão adjudicadas Propostas de Preços com valores superiores aos preços unitários e global estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no Projeto Básico deste edital.

8.25. O(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

8.26. Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar **proposta de preços final (consolidada)**, devidamente assinada por representante legal e responsável técnico habilitado da licitante, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO no sistema.



8.26.1. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou a pedido da autoridade competente, caso este constata a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

8.26.2. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas a proposta de preços inicial.

8.26.3. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item que compõe o orçamento ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).

8.26.4. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada), a proponente poderá fazer as devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

8.26.5. Na Proposta de Preços Final (Consolidada) se faz necessária a apresentação das Planilhas elencadas no item 7.3, devendo ter os preços unitários e totais de cada item das composições, devidamente ajustado para o valor arrematado na licitação.

8.26.6. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

8.26.7. A qualquer momento, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Aquiraz ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Projeto Básico.

8.26.8. Será CLASSIFICADA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Projeto Básico (Anexo IV).

8.26.9. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados neste edital.

8.26.10. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

8.26.11. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44, §1º e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

8.26.12. O não atendimento as exigências necessárias quanto a apresentação e formalidades mínimas exigidas para fins de apresentação de proposta de preços final (consolidada) e ou procedimentos afins, implicará na desclassificação da proponente.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no presente Edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 9.1.1. SICAF;
 - 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.
- 9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.6.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
 - 9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.7. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 9.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 9.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tida como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
 - 9.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;
 - 9.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;

9.10. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto;

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.2. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura do certame.

10.1.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, inclusive em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade. Os documentos serão preferencialmente assinados em formato eletrônico, através de meio digital, desde que possuam possibilidade de verificação de conformidade, nos termos regulados pelo ICP-Brasil.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



10.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.7.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto a Secretaria de Educação, no Setor de Engenharia, pelo e-mail smeengenhariaaquiraz@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.7.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

10.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.10. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **ATÉ 02 (DUAS) HORAS**, contados a partir da convocação do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, observadas as regras contidas nos itens 5, 7 e 8 deste Edital.

10.10.2. Para fins de definição quanto ao marco da análise dos documentos de habilitação deverá ser considerada como referência para validade dos documentos a DATA DE ABERTURA DO CERTAME,

ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior a abertura, nos termos do art. 63º e 64º da Lei Federal n.º 14.133/21. No que concerne a regularidade fiscal, o marco para apresentação, análise e validade desses documentos será a data fixada para a apresentação dos documentos, ainda que em momento posterior a abertura, nos termos do inciso III do art. 63.

10.10.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo determinado.

10.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.16. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

10.19. Será inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

10.20. Nas obras/serviços de engenharia não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44, §1º e 45 da LC nº123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.21. O(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

10.21.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, destacam-se os que contenham as comprovações de compatibilidade com o Projeto Básico, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos e manuais.

10.21.2. O prazo estabelecido pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

OBSERVAÇÃO: Conforme entendimento firmado pelo TCU, originário do Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRASNET no momento oportuno, de forma que PODERÁ o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO diligenciar para permitir tal COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

10.22. A critério(a) do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, caso haja disponibilidade "on-line" e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sites institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

10.22.1. O (A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação às exigências contidas no edital (e seus anexos).

10.22.2. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 10 deste Edital;
- b) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital;
- c) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- d) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

10.22.3. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Prefeitura Municipal de Aquiraz convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

10.22.4. No julgamento da habilitação, poderá o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

10.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

11. DA FASE DE RECURSOS

11.1.1. A intenção de recorrer por parte do licitante será sedimentada a cada fase do certame, seja quando do julgamento das propostas de preços ou quando da fase de habilitação.

11.1.2. Compete ao licitante interessado realizar o acompanhamento dos trabalhos e informações constantes da plataforma, assim como, observar as decisões e informações do "chat" do certame se posicionando oportunamente e, se for o caso, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER** correspondente a cada fase possibilitada, em campo próprio do sistema, no momento e prazo estabelecido e informado pela Agente de Contratação.

11.1.3. A ausência da intenção de recurso na fase correspondente, correspondente a preclusão do direito do licitante e implica na impossibilidade de apresentação de memoriais recursais, assim como, da apreciação meritória das razões de recurso em momento posterior.

11.1.4. Havendo registro de **INTENÇÃO DE RECURSO**, a Agente de Contratação não fará **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE** da intenção de recorrer manifestada, de modo que a intenção será aceita automaticamente pelo sistema.

11.1.5. Somente serão conhecidos e analisados os recursos os quais tenham havido o registro da intenção de recurso na fase correspondente.

11.1.6. Após declarado vencedor, desde que registrado a intenção em momento anterior conforme referenciado nos subitens anteriores, será estabelecido na plataforma o prazo para apresentação dos memoriais recursais e prazo de contrarrazões.

11.1.7. O **RECURSO ADMINISTRATIVO** poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pela Agente de Contratação ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

11.1.8. A recorrente a qual tiver intencionado em momento oportuno terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações que eventualmente não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital.

11.1.9. Protocoladas as razões recursais na plataforma, ficam os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da situação anterior, em igual prazo, que começará a correr do momento do protocolo das razões recursais da Recorrente.

11.1.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica **COMPRASNET**.

11.1.11. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, a Agente de Contratação deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

11.1.11.1. reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

11.1.11.2. manter inalterada a decisão recorrida.

11.1.11.3. baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de proclamação de decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência da Agente de Contratação.

11.1.12. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pela Agente de Contratação, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

11.1.12.1. decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão da Agente de Contratação.

11.1.12.2. determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

11.1.13. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

11.1.14. A critério da Agente de Contratação ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

11.1.15. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

11.1.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

11.1.17. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/ lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo/ lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação, através de adjudicação e homologação parcial.

11.2. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO

11.2.1. À Agente de Contratação é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO realizar o devido agendamento prévio na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

11.2.2. A Agente de Contratação, a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão da CONCORRÊNCIA na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro horas)** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

11.2.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro horas)**, em relação ao(s) ITEM(NS), GRUPO/LOTE(S) e/ou TOTALIDADE do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

- a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
- c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
- d) Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal, social e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;



e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

11.2.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

- a) A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,
- c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

11.2.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

11.3. ENCERRAMENTO DA SESSÃO

11.3.1. Da sessão da CONCORRÊNCIA será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pela AGENTE DE CONTRATAÇÃO e sua Equipe de Apoio, quando houver.

11.3.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pela autoridade competente a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

- a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução do feito e deliberações quanto aos proclames de julgamento;
- b) À Assessoria Jurídica da Comissão de Licitações, para fins de análise e parecer jurídico;
- c) E depois à(s) autoridades(s) competentes para adjudicação e homologação e subsequente formalização de Contrato(s).

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Ultrapassada a fase de recursos administrativos, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO encerrará a sessão encaminhando os autos para a autoridade competente a qual adjudicará e homologará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

- a) Adjudicar e homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b) Anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) Revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

12.3. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, da data de abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

13.1. As despesas decorrentes da contratação objeto do presente edital, conforme Projeto Básico, correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente da **Prefeitura Municipal de Aquiraz**, através do **órgão ou entidade promotora da licitação**, na seguinte Previsão Orçamentária:

✓ _____

14. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

14.1. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

14.2. O(s) adjudicatário(s) poderá(ão) ser convocado(s) para comparecer perante o órgão ou entidade demandante para firmar termo(s) contratual(is).

14.3. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura, mediante correspondência meio eletrônico ou publicação no Quadro de Avisos e Publicações, para que seja assinado no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

14.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

14.7. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos termos do parágrafo único art. 61 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

15. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO

15.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do Projeto Básico e seus anexos.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n.º 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.



16.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - g.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - g.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - g.3) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e/ou
 - g.4) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Projeto Básico, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Projeto Básico e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos,

Ocorrência	Penalidade
convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

16.4. Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 16.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

17.5.1. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indicio de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou por qualquer outro servidor o qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica do Setor de Licitações para a devida apuração.

17.5.2. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

16.6. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada nesta CONCORRÊNCIA, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

16.7. A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Aquiraz/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

16.8. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

16.9. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

- 16.10. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar em rescisão contratual.
- 16.11. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência do contrato.
- 16.12. A multa, calculada na forma do Anexo IV - Projeto Básico, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.
- 16.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.14. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.
- 16.15. O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 16.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 16.17. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.18. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.
- 16.19. Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 16.20. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.
- 16.21. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Projeto Básico, ou Termo Contratual, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.
- 16.22. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.
- 16.23. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.
- 16.24. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena

de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

17. FRAUDE E CORRUPÇÃO

17.1. As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.2. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

18. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

18.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório desta CONCORRÊNCIA.

18.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.3. Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição, bem como, da apresentação de documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:

18.4.1. O endereçamento o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO da Prefeitura de Aquiraz;

18.4.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;

18.4.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens, do edital, discutidos;

18.4.4. O pedido, com suas especificações;

18.5. A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.

18.6. O(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

18.6.1. Caberá o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.6.2. A resposta do Município de Aquiraz - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: www.municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br.

18.6.3. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

18.6.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

18.6.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

18.7. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

18.7.1. Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, sob pena de desclassificação/inabilitação.

18.8. **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

18.9. Em caso de revogação ou anulação do certame, será assegurado o prazo recursal previsto no art. 165, I, alínea "d" da Lei nº 14.133/21.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. As normas que disciplinam esta CONCORRÊNCIA Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

19.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação do Decreto Municipal nº 101/2023, de 07 de dezembro de 2023 e a Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.



19.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

19.5. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no Quadro de Avisos e Publicações do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Aquiraz, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no "chat" do www.compras.gov.br.

19.6. Quaisquer informações poderão ser obtidas das 8h às 12h, na sede do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Aquiraz, situada na Rua da Integração, s/n, Centro.

19.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis no seguinte sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.

19.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Aquiraz - CE.

AQUIRAZ, CE, 30 DE JANEIRO DE 2026.



Marília Moreira de Freitas

Agente de Contratação da Comissão de Contratação para Bens e Serviços Especiais - CCBSE

ANEXO I - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO PARA BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS - CCBSE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ

Processo: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13.004/2026 CE

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____

Banco: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: _____

E-mail: _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNI	VALOR GLOBAL R\$
01	CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	01	

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: Mínimo de 60 (sessenta) dias

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

Observações:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no Anexo IV – Projeto Básico deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunistica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento;
- Anexar orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro e demais documentos condizentes a formação da proposta de preços, principalmente os tratados no item 7.1 do edital.

Local/Data: de de

Assinatura Proponente

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal



ANEXO II - CONTRATO

CONTRATO Nº _____
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13.004/2026CE

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ E DO OUTRO
A EMPRESA _____ PARA O FIM QUE NELE
SE DECLARA.

O Município de AQUIRAZ, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, com sede de sua Prefeitura Municipal na _____ - Aquiraz/CE, através da **SECRETARIA DE _____**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADO**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** tombado sob o nº **13.004/2026 CE**, em conformidade e com fundamento na Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas e Decreto Municipal Nº 101/2023, de 07 de dezembro de 2023, assim como, a legislação complementar em vigor.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- b) Projeto Básico – PB;
- c) Edital da Licitação;
- d) Proposta de preços do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
- f) Legislação Municipal regulamentadora quanto a Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE**, tudo conforme especificações contidas no Projeto Básico, constante do anexo IV do Edital.

2.2. Os serviços/obras tratados no item anterior serão realizados sob o **REGIME DE EXECUÇÃO _____**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ _____ (_____), conforme proposta final do contratado.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado com base nos quantitativos e itens efetivamente executados, limitados aqueles previstos no Orçamento Detalhado da proposta vencedora.

4.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (TRINTA) DIAS após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto da execução dos serviços e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, através de crédito na conta bancária do Contratado.

4.3. A fatura relativa aos serviços executados, cujo valor será apurado através de medição, deverá ser apresentada à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

4.4. A medição será realizada por mês, contados a partir do início efetivo dos serviços. A medição terá como base os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período, assim considerados aqueles formalmente aprovados pela Fiscalização, dentro do prazo estipulado.

4.5. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE, com endereço na Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz, Ceará e CNPJ/MF sob o nº 07.911.696/0001-57.

4.6. A documentação tratada no item 4.2 deste instrumento será a seguinte:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho;
- g) Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de Execução assinada pelo responsável técnico do contratado.

4.7. Conforme Decreto Municipal nº 055/2023, de 13/07/2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal direta, fica determinado que:

a) Os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como suas Autarquias e Fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de serviços ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e alterações, da Receita Federal do Brasil.

a.1) As retenções de que trata o "caput" deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de serviços ou de prestação de serviços para execução futura.



b) Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de serviços ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda devem informar essa condição em seus documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

4.8. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, o CONTRATADO será cientificada, a fim de que tome providências.

4.9. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento do CONTRATADO nos seguintes casos:

- a) quando o CONTRATADO deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) quando o CONTRATADO assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) inadimplência do CONTRATADO na execução dos serviços.

4.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

VP = Valor da Parcela em atraso

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

4.11. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos e mão-de-obra.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E REEQUILÍBRIO

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimativo da licitação.

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou pela variação do IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.9. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

5.9.1. O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com planilha demonstrativa dos aumentos dos custos originais, próprios e exclusivos da execução contratual e mediante negociação entre as partes.

5.9.2. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observada a vigência contratual.

5.9.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

6.1. O Prazo de execução dos serviços será de ____ (____) meses a partir da emissão da ordem de serviço. Todas as etapas obedecerão rigorosamente ao cronograma físico definido pelo Governo Municipal de Aquiraz/CE.

6.2. O início dos trabalhos ocorrerá dentro de 05 (CINCO) DIAS seguintes ao recebimento da primeira Ordem de Serviço.

6.3. O presente instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua publicação no PNCP e vigorará por (.....) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O Prazo de vigência poderá ser prorrogado conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

7.1. O regime de execução e o modelo de gestão contratual será aquele definido no Projeto Básico do procedimento e no Decreto Municipal nº 101/2023, de 07 de dezembro de 2023, assim como, nas demais normativas municipais as quais disciplinam os prazos, condições, conclusão, observações, formas de recebimento do objeto e os demais elementos condizentes a execução contratual.

7.2. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe na Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 101/2023, de 07 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal vigente, inerentes a CONTRATANTE, na seguinte rubrica orçamentária:

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

9.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 101/2023, de 07 de dezembro de 2023 e da proposta adjudicada.

9.2. São obrigações do **CONTRATADO**, o dever de cumprir com todas as disposições constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.2.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.2.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.2.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.2.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.2.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.2.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.2.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.2.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.2.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.2.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.2.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.2.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.2.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.



9.2.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.2.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.2.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.2.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

9.2.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, os documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.2.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.2.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.2.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.2.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.2.37.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.2.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.2.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.2.38.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.2.38.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.2.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.2.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.2.40. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.2.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.2.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.



9.2.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de regularização dos serviços e atividades concluídas.

9.2.44. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

9.2.44.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções constantes no Anteprojeto, Estudo Técnico Preliminar e/ou Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.2.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.3. São obrigações do **CONTRATANTE**, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

9.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este contrato e seus anexos;

9.3.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

9.3.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

9.3.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.3.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.3.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

9.3.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.3.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Aquiraz/CE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.3.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.3.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.3.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.



9.3.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.3.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.3.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.3.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built elétrico", elaborado pelo responsável por sua execução; e

b) comprovação das ligações definitivas de energia elétrica pela concessionária local;

9.3.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built elétrico", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.3.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.3.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9.4. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

9.4.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.4.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.4.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.4.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.4.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.4.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.4.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



9.4.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.4.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.4.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.4.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

10.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

10.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

10.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.5. Caso tenha sido formulada no Projeto Básico a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

10.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

10.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

10.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

10.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DO CONTRATO



11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato.

11.2. A contratação conta com garantia de execução, com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato.

11.2.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

11.2.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.

b) Acompanhar a execução do contrato principal.

c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.

d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo serviço.

11.2.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

11.2.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

11.2.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.

b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.3. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato.

11.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.5. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item seguinte.

11.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



11.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

11.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES, SANÇÕES E MULTAS

12.1. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Projeto Básico, após o regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas previstas no item 12.3 deste contrato e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Ocorrência	Penalidade
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

12.2. Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item anterior, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. Além das penalidades acima descritas, serão aplicadas ao contratado as seguintes multas:

- Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- b.1)** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "h)" a "l)" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c)" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
 - Para infração descrita na alínea "b)" do subitem 12.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.
 - Para infrações descritas na alínea "g)" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
 - Para a infração descrita na alínea "a)" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. As demais disposições quanto ao cálculo de multas, compensações, formas de aplicação da sanção, instrução, condução e julgamento de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, assim como, as disposições obrigatórias quanto aos padrões éticos serão aquelas constantes do Edital e do Projeto Básico do processo a qual esse contrato se vincula, sem prejuízo das demais normativas municipais correspondentes.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 101/2023, de 07 de dezembro de 2023.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato para acréscimos, na forma do art. 125º da Lei nº 14.133/21.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. DA INCLUSÃO DE ITENS NÃO PREVISTOS:

14.5.1. Na hipótese de surgir a necessidade de inclusão de novos serviços/insumos não previstos no Projeto Básico, e caso a CONTRATANTE aceite, o preço desses itens deve ser calculado considerando o custo e a taxa

de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor adjudicado.

14.5.2. O preço de referência a que se refere o item anterior deverá ser obtido na(s) tabela(s) adotada(s) no Projeto Básico da Licitação, considerando o tipo (com ou sem desoneração) e a data-base de elaboração do orçamento da Administração.

14.5.3. Quando a taxa de BDI adotada pela empresa signatária for injustificadamente elevada, será adotada a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os itens novos a serem incluídos, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

14.5.4. Tão somente em casos de serviços de engenharia, quando se fizerem necessárias a inclusão ou mudança de localidades onde serão executados os serviços, o órgão participante responsável pela demanda elaborará orçamento que contemple a variação de custos de deslocamento e mobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.5.3. Indenizações e multas.

15.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

16.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

16.1.2. A contratante poderá solicitar ao contratado que apresente, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos oriundos do meio ambiente utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

16.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, conforme Projeto Básico, pelo fiscal competente, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

16.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

16.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

16.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

16.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

16.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

16.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e



administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

16.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

16.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

16.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

16.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como, no Quadros de Avisos e Publicações e no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, Inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

18.3. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

18.4. O Contratado, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. O foro da Comarca de Aquiraz é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao art. 92, §1º da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de Aquiraz/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

AQUIRAZ – CE, ____ de ____ de ____.

Secretário(a) de ____
CONTRATANTE

EMPRESA: ____
Sr(a). ____
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____
2. _____ CPF nº _____



ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP E O PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Nº 2025.12.03-001-ETP-SME



1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE. conforme projeto básico.

1.1. ÓRGÃOS INTERESSADOS: Prefeitura Municipal de Aquiraz/CE, através da(s) seguinte(s) Unidade(s) Administrativa(s): SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.



1.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:

A execução deste serviço é necessária para garantir melhores condições de infraestrutura ao ambiente escolar, assegurando maior proteção contra intempéries climáticas e proporcionando um espaço adequado para a realização de atividades pedagógicas, recreativas e culturais. A cobertura do pátio contribuirá diretamente para a segurança e bem-estar dos alunos, professores e demais profissionais da unidade escolar, além de ampliar as possibilidades de uso do espaço de forma contínua e funcional.

Considerando a complexidade técnica da execução dos serviços, que envolve o correto dimensionamento estrutural, utilização de materiais adequados e atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes, torna-se indispensável a contratação de empresa com qualificação técnica especializada.

1.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS:

- Ampliação da rede de atendimento da educação infantil no município de Aquiraz;
- Redução do déficit de vagas para crianças em idade de creche e pré-escola na localidade de Tapera;
- Oferta de infraestrutura moderna, segura e acessível para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- Melhoria da qualidade do ensino e das condições de aprendizagem das crianças atendidas;
- Contribuição para a equidade educacional e inclusão social;
- Apoio às famílias da comunidade, favorecendo a inserção dos pais e responsáveis no mercado de trabalho;
- Cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação, referentes à universalização da educação infantil.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Conta o presente objeto provisionado junto ao **PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA** para o exercício de 2025, com o ID do item no PCA de ID n.º 29987149000198-0-000001/2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. ITENS/SERVIÇOS:

3.1.1. Os preços unitários e globais fixados na Planilha Orçamentária, serão adotados como os preços de referência e máximos admitidos pela administração.

3.1.2. Os serviços serão contratados por **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o Regime de Execução Indireta e a Empreitada por Preço Unitário, ou seja, o pagamento será feito apenas pelos serviços efetivamente executados.

3.1.3. Os serviços a serem contratados compreendem:

- a) SERVIÇOS PRELIMINARES;
- b) DEMOLIÇÃO E RETIRADAS;
- c) FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS;
- d) COBERTA;
- e) REVESTIMENTO;
- f) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- g) LIMPEZA FINAL;
- h) ADMINISTRAÇÃO DE OBRA.

3.2. Entende-se como requisitos de contratação todas as exigências as quais serão necessárias em todas as fases do procedimento. Para julgamento quando do certame licitatório, entende-se necessário que o proponente vencedor apresente os seguintes requisitos:

Requisitos de habilitação para julgamento:

Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

3.3. Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que no momento da contratação sejam apresentados os seguintes requisitos específicos:

Requisitos exigidos após a contratação para fins de emissão da ordem de serviço:

- Projeto Executivo;
- ART de Execução;
- Licença Ambiental de Instalação junto à Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo;

- Alvará de Construção junto à Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

A contratação é fundamental para demonstrar o impacto positivo da ação, tais como melhoria de infraestrutura escolar, ambiente mais seguro e saudável, valorização do espaço escolar, maior conforto e bem-estar para a comunidade escolar, preservação do patrimônio público, cumprimento de normas de acessibilidade e segurança e garantia de continuidade das atividades escolares.

4.1. DETALHAMENTO DO ESCOPO DO OBJETO:

Resumo Geral:

ITEM	CODIGO	REF.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO				
1.1.1	C1937	SEINFRA	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	8,00
2	DEMOLIÇÃO E RETIRADAS				
2.1	98523	SINAPI	ESCOVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCOVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS) AF_01/2024	M3	42,40
2.2	C0792	SEINFRA	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	55,60
2.3	C0330	SEINFRA	ATERRO E COMPACTAÇÃO MANUAL E/CONTROLE, MAT. C/AQUIZICÇÃO	M3	45,00
2.4	C0797	SEINFRA	CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	45,00
2.5	C2530	SEINFRA	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	M3	45,00
3	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS				
3.1	C0095	SEINFRA	APILAMENTO DE RISO OU FUNDO DE VALAS CIMAÇO DE 30 A 60 KG	M2	30,00
3.2	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	13,50
3.3	C1400	SEINFRA	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. FUNDAMENTOS UTIL. 5 X	M3	28,30
3.4	C0216	SEINFRA	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	316,47
3.5	C0216	SEINFRA	ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm	KG	328,40
3.6	C0643	SEINFRA	CONCRETO PVBIR., FCX 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	6,67
3.7	C1604	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	M3	4,98
3.8	C1603	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVAÇÃO	M3	6,11
3.9	CP0111	Composições Próprias	ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO	M3	5,52
3.10	C4135	SEINFRA	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAMÉ METÁLICO	M3	60,75
4	COBERTA				
4.1	ESTRUTURA EM MADEIRA				
4.1.1	CP0303	Composições Próprias	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M	M2	130,85
4.1.2	C1676	SEINFRA	PERTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2)	M2	281,70
4.2	TELHAS				
4.2.1	94216	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE ICAMENTO. AF_07/2019	M2	157,02
4.2.2	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS) AF_01/2020	M2	314,04

4.3	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
4.3.1	C4910	SEINFRA	CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, ESP. = 0,71MM, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL	M2	12,80
4.3.2	100738	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS) AF_01/2020	M2	15,60
4.3.3	C2593	SEINFRA	TUBO PVC BRANCO PREGOTO D=100MM (4)	M	26,00
4.3.4	C0625	SEINFRA	CAIXA EM ALVENARIA (60X80X50cm) DE 1 TUBO COMUM, LÁSTRO DE BRITA E TAMP. DE CONCRETO	UN	2,00
5	REVESTIMENTO				
5.1	PAREDE				
5.1.1	C5776	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SPENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP. = 5mm P/ PAREDE	M2	27,00
5.1.2	C3123	SEINFRA	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	27,00
5.1.3	C3026	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	27,00
5.1.4	C4443	SEINFRA	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE	M2	52,00
5.1.5	C2102	SEINFRA	REJUNTAMENTO CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO)	M2	12,00
5.1.6	C1207	SEINFRA	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/ MASSA ACRÍLICA	M2	15,00
5.1.7	C1616	SEINFRA	LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS 5 MASSA	M2	15,00
5.2	COBERTA				
5.2.1	102103	SINAPI	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	M2	261,70
5.2.2	102224	SINAPI	PINTURA VERNIZ (NÍCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	261,70
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
6.1	95727	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"). APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	M	422,00
6.2	C4377	SEINFRA	CABO EM PVC 100KV 2,5 mm²	M	840,00
6.3	C2554	SEINFRA	CABO EM PVC 100KV 4MM²	M	1.400,00
6.4	S12808	ORSE	Refletor 52m LED 200W de potência, branco frio, 5200K, Autovolt, marca G-light ou similar	un	14,00
6.5	S1381	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00
7	LIMPEZA FINAL				
7.1	C1626	SEINFRA	LIMPEZA GERAL	M2	148,68
8	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA				
8.1	90789	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400,00
8.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00

4.2. MEMÓRIAS DE CÁLCULO:

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO

1.1.1. C1937 PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

COMPRIMENTO * LARGURA	QTD
3,0 * 2,0	6,00
	6,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 6,80

2. DEMOLIÇÃO E RETIRADAS

2.1. 96523 ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024 (M3)

			QTD
SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * ALTURA * LARGURA	6,0 * 2,0 * 1,5 * 2,0	36,00	36,00
VIGA BALDRAME → PERÍMETRO * LARGURA	40,0 * 0,4 * 0,4	6,40	6,40
			42,40

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 42,40

2.2. C0702 CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)

			QTD
SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * ALTURA * LARGURA * EMPOLAMENTO	6,0 * 2,0 * 1,5 * 2,0 * 1,5	54,00	54,00
PERÍMETRO * ALTURA * LARGURA * EMPOLAMENTO	40,0 * 0,15 * 0,2 * 1,5	1,80	1,80
			55,80

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 55,80

2.3. C0330 ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO (M3)

			QTD
SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * EMPOLAMENTO	6,0 * 2,0 * 2,0 * 1,5	36,00	36,00
VIGA BALDRAME → PERÍMETRO * LARGURA * EMPOLAMENTO	40,0 * 0,15 * 1,5	9,00	9,00
			45,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 45,00

2.4. C0707 CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)

			QTD
SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * EMPOLAMENTO	6,0 * 2,0 * 2,0 * 1,5	36,00	36,00
VIGA BALDRAME → PERÍMETRO * LARGURA * EMPOLAMENTO	40,0 * 0,15 * 1,5	9,00	9,00
			45,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 45,00

2.5. C2530 TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM (M3)

	QTD
--	-----

SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * EMPOLAMENTO	6,0 * 2,0 * 2,0 * 1,5	24,00	24,00
VIGA BALDRAME → PERÍMETRO * LARGURA * EMPOLAMENTO	40,0 * 0,15 * 1,5	9,00	9,00
			45,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 45,00

3. FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS

3.1. C0095 APOLOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG (M2)

			QTD
SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA	6,0 * 2,0 * 2,0	24,00	24,00
VIGA BALDRAME → PERÍMETRO * LARGURA	40,0 * 0,15	6,00	6,00
			30,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 30,00

3.2. 96619 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024 (M2)

			QTD
SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA	6,0 * 1,5 * 1,5	13,50	13,50
			13,50

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 13,50

3.3. C1400 FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A, P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X (M2)

			QTD
SAPATAS → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * 1,5 * 1,5 * 0,3	4,05	4,05
PILARES → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * 0,25 * 0,25 * 6,0	2,25	2,25
VIGA BALDRAME → PERÍMETRO * LARGURA * ALTURA	(40,0 * 0,2 * 2,0) + (40,0 * 0,15)	22,00	22,00
			28,30

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 28,30

3.4. C0216 ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm (KG)

			QTD
ARMADURA SAPATA → KG/M * QUANTIDADE * COMPRIMENTO	0,62 * 72,0 * 1,74	77,67	77,67
ARMADURA SAPATA → KG/M * QUANTIDADE * COMPRIMENTO	0,25 * 18,0 * 0,75	3,38	3,38
ARMADURA PILARES → VOLUME DE ARMADURA	88,2	88,20	88,20



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



VIGA BALDRAME \rightarrow KG/M * QUANTIDADE * COMPRIMENTO	$0,62 * 4,0 * 40,0$	99,20	99,20
VIGA BALDRAME \rightarrow VOLUME DE ARMADURA	48,02	48,02	48,02
			316,47

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 316,47

3.5. C0215 ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm (KG)

			QTD
ARMADURA SAPATA \rightarrow QUANTIDADE * QUANTIDADE DE FERROS * KG/M * COMPRIMENTOS	$6,0 * 4,0 * 0,96 * 1,47$	33,87	33,87
ARMADURA PILARE \rightarrow QUANTIDADE * ALTURA * QUANT. DE FERROS * KG/M	$6,0 * 0,3 * 6,0 * 0,96$	217,73	217,73
VIGA BALDRAME \rightarrow QUANTIDADE * KG/M * COMPRIMENTO	$2,0 * 0,96 * 40,0$	76,80	76,80
			328,40

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 328,40



3.6. C0843 CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO (M3)

			QTD
SAPATAS \rightarrow VOLUME DE CONCRETO	3,22	3,22	3,22
PILARES \rightarrow QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	$6,0 * 0,25 * 0,25 * 6,0$	2,25	2,25
VIGA BALDRAME \rightarrow COMPRIMENTO * LARGURA * PERIMETRO	$0,15 * 0,2 * 40,0$	1,20	1,20
			6,67

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 6,67

3.7. C1604 LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO (M3)

			QTD
SAPATAS \rightarrow VOLUME DE CONCRETO	3,22	3,22	3,22
PILARES \rightarrow QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	$6,0 * 0,25 * 0,25 * 1,5$	0,56	0,56
VIGA BALDRAME \rightarrow COMPRIMENTO * LARGURA * PERIMETRO	$0,15 * 0,2 * 40,0$	1,20	1,20
			4,98

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 4,98

[Handwritten signature]

3.8. C1603 LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVAÇÃO (M3)

			QTD
SAPATAS \rightarrow VOLUME DE CONCRETO	3,22	3,22	3,22
PILARES \rightarrow $6,0 * 0,25 * 0,25 * 4,5$	$6,0 * 0,25 * 0,25 * 4,5$	1,69	1,69

[Handwritten signature]



VIGA BALDRAME $\Rightarrow 0,15 \times 0,2 \times 40,0$	$0,15 \times 0,2 \times 40,0$	1,20	1,20
			6,11

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 6,11

3.9. CP0111 ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO (M3)

			QTD
SAPATAS \Rightarrow VOLUME DE CONCRETO	2,07	2,07	2,07
PILARES \Rightarrow QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	$4,0 \times 0,25 \times 0,25 \times 6,0$	2,25	2,25
VIGA BALDRAME \Rightarrow COMPRIMENTO * LARGURA * PERÍMETRO	$2,15 \times 0,2 \times 40,0$	1,20	1,20
			5,52

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 5,52

3.10. C4125 LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO (M3)

			QTD
QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	$6,0 \times 1,2 \times 1,5 \times 4,5$	60,75	60,75
			60,75

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 60,75

4. COBERTA

4.1. ESTRUTURA EM MADEIRA

4.1.1. CP0303 ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO	$14,0 \times 9,3 \times 1,005$	130,85	130,85
			130,85

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 130,85

4.1.2. C1876 PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2) (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * FACES	$14,0 \times 9,3 \times 1,005 \times 2,0$	261,70	261,70
			261,70

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 261,70

4.2. TELHAS



4.2.1. 94216 TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019 (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * TAXA DE TRANSPASSE	14,0 * 9,3 * 1,005 * 1,2	157,02	157,02
			157,02

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 157,02



4.2.2. 100758 PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020 (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * FACES * TAXA DE TRANSPASSE	14,0 * 9,3 * 1,005 * 2,0 * 1,2	314,04	314,04
			314,04

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 314,04



4.3. SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS

4.3.1. C4910 CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, ESP.=0,71MM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (M2)

			QTD
ÁREA DE CALHA	12,6	12,60	12,60
			12,60

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 12,60

4.3.2. 100758 PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020 (M2)

			QTD
ÁREA DE CALHA	12,6	12,60	12,60
			12,60

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 12,60

4.3.3. C2593 TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100MM (4") (M)

			QTD
ALTURA * QUANTIDADE	26,0 * 1,0	26,00	26,00
			26,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 26,00



4.3.4. C0625 CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO (UN)

		QTD
RECEBIMENTO DE AGUA DA CALHA	2,0	2,00
		2,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 2,00

5. REVESTIMENTO

5.1. PAREDE

5.1.1. C0776 CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE (M2)

		QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 4,5	27,00
		27,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 27,00

5.1.2. C3023 EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

		QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 4,5	27,00
		27,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 27,00

5.1.3. C3028 REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

		QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 4,5	27,00
		27,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 27,00

5.1.4. C4443 CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE (M2)

		QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,0	12,00
		12,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 12,00

5.1.5. C2103 REJUNTAMENTO P/CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO) (M2)

	QTD
--	-----



PILARES → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	$8,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,0$	12,00	12,00
			12,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 12,00

5.1.6. C1207 EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA (M2)

			QTD
PILARES → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	$8,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,0$	15,00	15,00
			15,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 15,00



5.1.7. C1616 LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA (M2)

			QTD
PILARES → QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	$8,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,0$	15,00	15,00
			15,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 15,00

5.2. COBERTA

5.2.1. 102193 LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021 (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * FACES	$14,0 * 9,3 * 1,005 * 2,0$	261,70	261,70
			261,70

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 261,70

5.2.2. 102224 PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021 (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * FACES	$14,0 * 9,3 * 1,005 * 2,0$	261,70	261,70
			261,70

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 261,70

6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

6.1. 95727 ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022 (M)

	QTD
--	-----



QUANTIDADE * COMPRIMENTO	14,0 * 30,0	420,00	420,00
			420,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 420,00

6.2. C4377 CABO EM PVC 1000V 2,5 mm² (M)

			QTD
QUANTIDADE * COMPRIMENTO	14,0 * 60,0	840,00	840,00
			840,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 840,00



6.3. C0554 CABO EM PVC 1000V 4MM² (M)

			QTD
QUANTIDADE * COMPRIMENTO	14,0 * 100,0	1.400,00	1.400,00
			1.400,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 1.400,00

6.4. S12808 Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar (un)

			QTD
QUANTIDADE DE REFLETORES	14,0	14,00	14,00
			14,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 14,00

6.5. 91981 INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 (UN)

			QTD
QUANTIDADE DE INTERRUPTOR	1,0	1,00	1,00
			1,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 1,00

7. LIMPEZA FINAL

7.1. C1628 LIMPEZA GERAL (M2)

			QTD
AREA DE IMPLANTAÇÃO -> COMPRIMENTO * LARGURA	15,65 * 9,3	145,55	145,55
			145,55

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 145,55

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

8. ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

8.1. 90780 MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

			QTD
HORÁRIO DE TRABALHO - MESES *	4,0 * 5,0 * 5,0 * 4,0	400,00	400,00
SEMANAS * DIAS DE TRABALHO *			
HORAS POR DIA			
			400,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 400,00

8.2. 90777 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

			QTD
HORÁRIO DE TRABALHO - MESES *	4,0 * 5,0 * 3,0 * 2,0	120,00	120,00
SEMANAS * DIAS DE TRABALHO *			
HORAS POR DIA			
			120,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 120,00



5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1.1. REGIME DE DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO – OPÇÕES DE ORÇAMENTOS

O regime de desoneração da folha de pagamento substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% (INSS) sobre o total da folha pela contribuição previdenciária, com alíquota de 4,5% sobre o valor da receita bruta. Assim, quando se utilizam as tabelas de custos com desoneração da mão-de-obra acrescenta-se ao cálculo do BDI o valor da CPRB de 3,6%.

Em 19 de julho de 2013 foi publicada a Lei nº 12.844/2013 que altera os Artigos 7º, 8º, 9º e o Anexo I da Lei nº 12.546/2011 e o Artigo 14, da Lei nº 11.774/2008, alterando os setores a serem beneficiados com o regime de desoneração da folha de pagamento, ficando incluídos os setores de Construção Civil e Obras de Infraestrutura.

Em 31/12/2021, foi publicada a Lei nº 14.288, postergando o prazo de validade da desoneração até 31 de dezembro de 2023 e em 27 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.784 que prorrogou o prazo para 31 de dezembro de 2027.

Abaixo serão apresentados como referência para comparação, dois tipos de orçamento, contendo os mesmos serviços e quantidades, diferenciando-se apenas pelo uso das tabelas de custo: desonerada e onerada e os respectivos valores de BDI, que alteram os valores dos custos e preços unitários e consequentemente o valor final do orçamento.

5.1.1.1. ORÇAMENTO UTILIZANDO TABELAS COM DESONERAÇÃO E BDI 28,49%

ITEM	CÓDIGO	REF.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. SEM BDI R\$	BDI (%)	PREÇO UNIT. COM BDI R\$	PREÇO TOTAL R\$
1			SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 1.413,96
1.1			CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO						R\$ 1.413,96
1.1.1	C1937	SEINFRA	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	Y 6,00	R\$ 183,41	28,49	R\$ 235,00	R\$ 1.413,96
2			DEMOLIÇÃO E RETIRADAS						R\$ 17.118,75
2.1	96533	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS) AF_01/2024	M3	42,40	R\$ 95,78	28,49	R\$ 123,08	R\$ 5.218,99
2.2	C0702	SEINFRA	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	55,80	R\$ 28,37	28,49	R\$ 36,45	R\$ 2.033,91
2.3	C0330	SEINFRA	ATERRO/COMPACTAÇÃO MANUAL/CONTROLE, MAT. C/AQUISICÃO	M3	45,00	R\$ 108,36	28,49	R\$ 139,26	R\$ 6.268,70
2.4	C0707	SEINFRA	CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	45,00	R\$ 23,55	28,49	R\$ 30,38	R\$ 1.367,55
2.5	C2530	SEINFRA	TRANSPORTE DE MATERIAL EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	M3	45,00	R\$ 38,60	28,49	R\$ 49,60	R\$ 2.232,00
3			FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS						R\$ 23.881,52
3.1	C0096	SEINFRA	APILAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS CIMAÇO DE 30 A 60 KG	M2	30,00	R\$ 31,38	28,49	R\$ 40,32	R\$ 1.209,60
3.2	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MACIO APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	13,50	R\$ 41,07	28,49	R\$ 52,77	R\$ 712,40
3.3	C1400	SEINFRA	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. PIFUNDAÇÕES UTIL. 5 X	M2	25,30	R\$ 77,04	28,49	R\$ 99,60	R\$ 2.516,53
3.4	C0216	SEINFRA	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	315,47	R\$ 11,96	28,49	R\$ 15,37	R\$ 4.864,14
3.5	C0215	SEINFRA	ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm	KG	328,40	R\$ 12,99	28,49	R\$ 16,69	R\$ 5.481,00
3.6	C0843	SEINFRA	CONCRETO P/MBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	6,67	R\$ 533,00	28,49	R\$ 684,05	R\$ 4.567,95
3.7	C1604	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVACÃO	M3	4,96	R\$ 158,08	28,49	R\$ 204,43	R\$ 1.017,91
3.8	C1603	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVACÃO	M3	6,11	R\$ 258,48	28,49	R\$ 344,57	R\$ 2.107,77
3.9	CP0111	Composições Próprias	ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO	M3	5,52	R\$ 41,84	28,49	R\$ 53,76	R\$ 296,76
3.10	C4125	SEINFRA	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO	M3	60,75	R\$ 7,74	28,49	R\$ 9,95	R\$ 604,46
4			COBERTA						R\$ 106.842,34
4.1			ESTRUTURA EM MADEIRA						R\$ 37.792,10
4.1.1	CP0303	Composições Próprias	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M	M2	130,86	R\$ 181,40	28,49	R\$ 233,08	R\$ 30.498,52
4.1.2	C1676	SEINFRA	PENTOK 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2)	M2	261,70	R\$ 21,69	28,49	R\$ 27,87	R\$ 7.365,58
4.2			TELHAS						R\$ 62.091,98
4.2.1	94216	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM. COM ATÉ 2 ÁGUAS. INCLUSO ICAMENTO. AF_07/2019	M2	157,02	R\$ 201,75	28,49	R\$ 259,24	R\$ 40.705,86
4.2.2	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PÍNEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS) AF_01/2020	M2	314,04	R\$ 53,00	28,49	R\$ 68,10	R\$ 21.385,12
4.3			SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS						R\$ 6.758,28
4.3.1	C4810	SEINFRA	CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, ESP. >= 0,71MM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	M2	12,60	R\$ 170,11	28,49	R\$ 218,57	R\$ 2.753,98
4.3.2	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO)	M2	12,60	R\$ 93,00	28,49	R\$ 119,10	R\$ 1.500,06



			APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS) AF 01/2020						
4.3.3	C2593	SEINFRA	TUBO PVC BRANCO PESQUITO Ø=100MM (4)	M	26,00	R\$ 42,18	28,49	R\$ 54,15	R\$ 1.467,90
4.3.4	C0828	SEINFRA	CAIXA EM ALVENARIA (80X80X80cm) DE 1 TUDOLO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO	UN	2,00	R\$ 676,44	28,49	R\$ 889,16	R\$ 1.738,32
5	REVESTIMENTO								R\$ 18.144,48
5.1	PAREDE								R\$ 4.512,07
5.1.1	C0778	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SPENEAR TRACO 1:3 ESP. = 5mm P/ PAREDE	M2	27,30	R\$ 7,42	28,49	R\$ 8,53	R\$ 257,31
5.1.2	C3023	SEINFRA	EMBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA FINEIRADA, TRACO 1:3	M2	27,30	R\$ 48,49	28,49	R\$ 89,74	R\$ 1.612,06
5.1.3	C3025	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA FINEIRADA, TRACO 1:3	M2	27,30	R\$ 51,72	28,49	R\$ 86,46	R\$ 1.794,40
5.1.4	C4443	SEINFRA	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, ATE 30x30cm (900mm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE	M2	12,00	R\$ 73,75	28,49	R\$ 94,78	R\$ 1.137,12
5.1.5	G2103	SEINFRA	REJUNTAMENTO P/ CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/MISO)	M2	12,00	R\$ 59,79	28,49	R\$ 78,82	R\$ 921,84
5.1.6	C1207	SEINFRA	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/ MASSA ACRILICA	M2	15,00	R\$ 16,25	28,49	R\$ 20,85	R\$ 313,20
5.1.7	C1616	SEINFRA	LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS C/ MASSA	M2	15,00	R\$ 27,77	28,49	R\$ 35,88	R\$ 535,20
6.2	COBERTA								R\$ 11.572,38
6.2.1	102193	SINAPI	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA AF 01/2021	M2	261,70	R\$ 1,92	28,49	R\$ 2,47	R\$ 648,40
6.2.2	102224	SINAPI	PINTURA VERDEZ (INCOLOR) ALQUIDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS AF 01/2021	M2	261,70	R\$ 32,49	28,49	R\$ 41,75	R\$ 10.925,98
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS								R\$ 37.858,15
6.1	95727	SINAPI	ELETRODUTO RIGIDO SOLDÁVEL PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 10/2022	M	420,00	R\$ 22,60	28,49	R\$ 29,04	R\$ 12.196,60
6.2	C4377	SEINFRA	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	M	840,00	R\$ 7,17	28,49	R\$ 9,21	R\$ 7.736,40
6.3	C0354	SEINFRA	CABO EM PVC 1000V 4MM²	M	1.400,00	R\$ 8,67	28,49	R\$ 11,14	R\$ 15.595,00
6.4	B12608	ORSE	Refleitor Slim LED 200W de potência, branco Fria, 6500K, Autovolt, marca G-light ou similar	UN	14,00	R\$ 125,99	28,49	R\$ 161,88	R\$ 2.266,32
6.5	91981	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 03/2023	UN	1,00	R\$ 46,52	28,49	R\$ 63,63	R\$ 63,63
7	LIMPEZA FINAL								R\$ 2.456,39
7.1	C1628	SEINFRA	LIMPEZA GERAL	M2	146,68	R\$ 12,93	28,49	R\$ 16,60	R\$ 2.456,39
8	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA								R\$ 38.183,60
8.1	90780	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400,00	R\$ 39,32	28,49	R\$ 50,62	R\$ 20.308,00
8.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	R\$ 116,65	28,49	R\$ 149,86	R\$ 17.985,60
VALOR BD TOTAL:								R\$ 54.438,80	
VALOR ORÇAMENTO:								R\$ 191.083,06	
VALOR TOTAL:								R\$ 245.521,86	

COD	DESCRIÇÃO	%
-----	-----------	---



GRUPO A	Despesas Indiretas	
G + S	Seguro + Garantia	0,80
R	Risco	1,27
AC	Administração central	4,00
	TOTAL	6,07

GRUPO B	Despesas	
DF	Despesa financeira	1,23
	TOTAL	1,23

GRUPO C	Bonificação	
L	Lucro	7,40
	TOTAL	7,40

GRUPO D	Impostos	
	PIS	0,85
	Confins	3,00
	ISSQN	3,00
	CPRB	3,60
	TOTAL	10,25

BDI = 20,49%

$$\frac{((1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - GRUPO D)} - 1$$

5.1.1.2. ORÇAMENTO UTILIZANDO TABELAS SEM DESONERAÇÃO E BDI 23,54%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$
						SEM BDI	COM BDI	
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 1.388,18
1.1		CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO						R\$ 1.388,18
1.1.1	01007	PLACAS PADRÃO DE CBR	SEINFRA	M2	6,00	R\$ 187,01	R\$ 231,03	R\$ 1.386,18
2		DEMOLIÇÃO E RETIRADAS						R\$ 17.283,70
2.1	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CIMENTADO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS) AF. 01/2024	SINAPI	M3	42,40	R\$ 103,18	R\$ 127,47	R\$ 5.404,75
2.2	00702	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	M3	55,80	R\$ 30,38	R\$ 37,53	R\$ 2.094,17
2.3	00330	ATERRO/COMPACTAÇÃO MANUAL, S/CONTROLE, MAT. C/QUISIÇÃO	SEINFRA	M3	45,00	R\$ 111,44	R\$ 137,87	R\$ 6.195,15
2.4	00707	CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	M3	45,00	R\$ 25,32	R\$ 31,28	R\$ 1.407,00



2.5	C2530	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	SEINFRA	M3	45,00	R\$ 39,25	R\$ 48,49	R\$ 2.182,05
3	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS							R\$ 23.837,90
3.1	C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS CIMAÇO DE 30 A 60 KG	SEINFRA	M2	30,00	R\$ 34,44	R\$ 42,56	R\$ 1.276,50
3.2	96819	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESURA DE 5 CM. AF. 21/02/24	SINAPI	M2	13,50	R\$ 42,53	R\$ 52,54	R\$ 709,29
3.3	C1400	FORMA DE TABUAS DE 1" DE 3A. RIFUNDAÇÕES UTE. 5 X	SEINFRA	M2	28,30	R\$ 63,65	R\$ 103,34	R\$ 2.924,52
3.4	G0216	ARMADURA CA-50A MÉDIA D=8,3 A 10,0mm	SEINFRA	KG	316,47	R\$ 12,33	R\$ 15,23	R\$ 4.819,94
3.5	G0215	ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm	SEINFRA	KG	328,40	R\$ 13,46	R\$ 16,63	R\$ 5.461,29
3.6	C0843	CONCRETO PVBIR - FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	M3	6,67	R\$ 545,53	R\$ 673,95	R\$ 4.499,25
3.7	C1804	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ELEVAÇÃO	SEINFRA	M3	4,98	R\$ 175,28	R\$ 216,54	R\$ 1.078,37
3.8	C1803	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ELEVAÇÃO	SEINFRA	M3	6,11	R\$ 296,38	R\$ 366,19	R\$ 2.237,16
3.9	CP0111	ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO	Composições Próprias	M3	5,52	R\$ 46,18	R\$ 57,03	R\$ 314,81
3.10	G4126	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO	SEINFRA	M3	80,75	R\$ 8,27	R\$ 10,22	R\$ 830,87
4	COBERTA							R\$ 105.572,43
4.1	ESTRUTURA EM MADEIRA							R\$ 38.048,87
4.1.1	CP0303	ESTRUTURA DE MADEIRA PI TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M	Composições Próprias	M2	130,85	R\$ 188,45	R\$ 232,81	R\$ 30.462,19
4.1.2	C1876	PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINÇICA) (M2)	SEINFRA	M2	261,25	R\$ 23,47	R\$ 26,99	R\$ 7.086,88
4.2	TELHAS							R\$ 66.991,38
4.2.1	94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 3 ÁGUAS, INCLUSIVE ICAMENTO. AF. 07/2019	SINAPI	M2	157,02	R\$ 322,00	R\$ 248,50	R\$ 39.184,34
4.2.2	130758	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF. 01/2020	SINAPI	M2	314,04	R\$ 56,21	R\$ 69,44	R\$ 21.806,94
4.3	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS							R\$ 6.831,38
4.3.1	C4910	CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22. ESP. = 0,71MM, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL	SEINFRA	M2	12,60	R\$ 176,24	R\$ 217,73	R\$ 2.743,40
4.3.2	130758	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF. 01/2020	SINAPI	M2	13,60	R\$ 56,21	R\$ 69,44	R\$ 874,94
4.3.3	C2993	TUBO PVC BRANCO RESGOTO Ø=100MM (4")	SEINFRA	M	26,00	R\$ 44,88	R\$ 55,09	R\$ 1.432,34
4.3.4	C0625	CAIXA EM ALVENARIA (50X50X50cm) DE 1 TUDO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 720,60	R\$ 890,30	R\$ 1.780,60
5	REVESTIMENTO							R\$ 18.442,23
5.1	PAREDE							R\$ 6.733,77
5.1.1	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SPENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP. = 5mm PI PAREDE	SEINFRA	M2	27,00	R\$ 7,96	R\$ 9,83	R\$ 265,41
5.1.2	C3023	EMBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	SEINFRA	M2	37,00	R\$ 50,35	R\$ 62,29	R\$ 1.679,40
5.1.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	SEINFRA	M2	27,00	R\$ 55,88	R\$ 69,09	R\$ 1.863,81
5.1.4	C4443	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARO. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - PI PAREDE	SEINFRA	M2	12,00	R\$ 76,99	R\$ 95,11	R\$ 1.141,32
5.1.5	C2103	REJUNTAMENTO P/ CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO)	SEINFRA	M2	12,00	R\$ 60,82	R\$ 75,14	R\$ 901,68
5.1.6	C1207	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/ MASSA ACRÍLICA	SEINFRA	M2	15,00	R\$ 17,69	R\$ 21,85	R\$ 327,75
5.1.7	C1616	LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS C/ MASSA	SEINFRA	M2	15,00	R\$ 26,92	R\$ 36,96	R\$ 554,40
5.2	COBERTA							R\$ 11.708,46

5.2.1	100190	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	SINAPI	M2	261,70	R\$ 2,05	R\$ 2,53	R\$ 662,10
5.2.2	100224	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUIDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	261,70	R\$ 24,17	R\$ 42,21	R\$ 11.046,36
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							R\$ 38.480,63
6.1	85727	ELETRODUTO RIGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_10/2022	SINAPI	M	420,00	R\$ 23,70	R\$ 29,28	R\$ 12.297,60
6.2	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	SEINFRA	M	840,00	R\$ 7,58	R\$ 9,50	R\$ 7.980,00
6.3	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM2	SEINFRA	M	1.400,00	R\$ 9,23	R\$ 11,40	R\$ 15.960,00
6.4	S12808	Refletor Slim LED 300W de potência, branco Frio, 6500K, Automt, marca G-light ou similar	ORSE	un	14,00	R\$ 125,99	R\$ 155,65	R\$ 2.179,10
6.5	81961	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	UN	1,00	R\$ 51,75	R\$ 53,93	R\$ 53,93
7	LIMPEZA FINAL							R\$ 2.604,81
7.1	C1626	LIMPEZA GERAL	SEINFRA	M2	148,68	R\$ 14,18	R\$ 17,52	R\$ 2.604,81
8	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA							R\$ 40.896,46
8.1	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	400,00	R\$ 43,67	R\$ 53,98	R\$ 21.590,00
8.2	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	120,00	R\$ 130,30	R\$ 160,97	R\$ 19.316,40
							VALOR BDI TOTAL:	R\$ 47.421,35
							VALOR ORÇAMENTO:	R\$ 281.483,01
							VALOR TOTAL:	R\$ 248.964,36

(Circular stamp: Prefeitura Municipal de Aquiraz, Comissão CCBSL, with handwritten number 30 and signature)

COD	DESCRIÇÃO	%
GRUPO A	Despesas Indiretas	
G + S	Seguro + Garantia	0,80
R	Risco	1,27
AC	Administração central	4,00
TOTAL		6,07

(Circular stamp: Prefeitura Municipal de Aquiraz, Comissão CCBSL, with handwritten number 260 and signature)

GRUPO B	Despesas	
DF	Despesas financeiras	1,23
TOTAL		1,23

GRUPO C	Bonificação	
L	Lucro	7,40
TOTAL		7,40

GRUPO D	Impostos	
	PIS	0,65
	Confins	3,00
	ISSQN	3,00
	CPRB	0,00
TOTAL		6,65



BDI = 23,54%

$$\frac{((1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - GRUPOD)} - 1$$

5.1.1.3. RESUMO E ESCOLHA DA OPÇÃO DE ORÇAMENTO

Valor do orçamento com as tabelas SEINFRA-CE 028.1/028, SINAPI-CE 2025/09 **COM DESONERAÇÃO**, ORSE 2025/09 e COMPOSIÇÃO PRÓPRIA e BDI de 28,49%: **R\$ 245.521,86.**

Valor do orçamento com as tabelas SEINFRA-CE 028.1/028, SINAPI-CE 2025/09 **SEM DESONERAÇÃO**, ORSE 2025/09 e COMPOSIÇÃO PRÓPRIA e BDI de 23,54%: **R\$ 248.904,36.**

Nesse caso, a escolha das **tabelas de custo COM DESONERAÇÃO** é mais vantajosa, pois resulta em valores mais baixos, significando economia de recursos financeiros para a Administração.

5.1.2. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Adotou-se o regime de execução indireta, onde a Administração Pública, visando alcançar a finalidade que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço, uma vez que não possui a capacidade técnica e operacional necessária para execução direta do objeto.

A espécie de execução do objeto contratado será a empreitada por preço unitário, em que se contrata por preço certo de unidades determinadas. Em outras palavras, contrata-se pelo preço unitário dos itens de serviço que compõem o orçamento do empreendimento e as medições são elaboradas de acordo com o quantitativo dos itens de serviço efetivamente executados pela contratada.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme art. 3º do Decreto Federal nº 7983/2013, o custo global de referência foi obtido a partir das composições dos custos unitários menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi ou tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública municipal em publicações técnicas especializadas. No presente caso foram adotadas as Tabelas **SEINFRA-CE 028.1/028, SINAPI 2025/09 COM DESONERAÇÃO, ORSE 2025/09 e COMPOSIÇÃO PRÓPRIA**, bem como cotações/pesquisas de mercado para os itens/insumos não encontrados em meios oficiais.

Com isso, foi elaborada a Planilha Orçamentária Sintética abaixo, cujas composições analíticas de preços unitários, cálculo da média dos preços de mercado e detalhamento de todos os itens/serviços, estão nas Peças de Engenharia formuladas por profissional habilitado:

ITEM	CÓDIGO	REF.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT SEM BDI R\$	BDI (%)	PREÇO UNIT COM BDI R\$	PREÇO TOTAL R\$
1			SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 1.413,96
1.1			CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO						R\$ 1.413,96
1.1.1	C1937	SEINFRA	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	8,00	R\$ 183,41	28,49	R\$ 235,66	R\$ 1.413,96
2			DEMOLIÇÃO E RETIRADAS						R\$ 17.116,73
2.1	96523	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDOAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS) AF_01/2024	M3	42,40	R\$ 95,79	28,49	R\$ 123,08	R\$ 5.218,59
2.2	C0702	SEINFRA	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	55,80	R\$ 28,37	28,49	R\$ 36,45	R\$ 2.033,91
2.3	C0330	SEINFRA	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISICÃO	M3	45,00	R\$ 108,38	28,49	R\$ 139,26	R\$ 6.266,70
2.4	C0767	SEINFRA	CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	40,00	R\$ 23,65	28,49	R\$ 30,39	R\$ 1.367,55
2.5	C2530	SEINFRA	TRANSPORTE DE MATERIAL EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	M3	45,00	R\$ 38,60	28,49	R\$ 49,60	R\$ 2.232,00
3			FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS						R\$ 23.681,52
3.1	C0055	SEINFRA	APILAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS OMAÇO DE 30 A 60 KG	M2	30,00	R\$ 31,38	28,49	R\$ 40,32	R\$ 1.209,60
3.2	96819	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDOAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	13,50	R\$ 41,07	28,49	R\$ 52,77	R\$ 712,40
3.3	C1400	SEINFRA	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X	M2	28,30	R\$ 77,54	28,49	R\$ 99,63	R\$ 3.819,53
3.4	C0215	SEINFRA	ARMADURA CA-50A MÉDIA Ø= 8,3 A 10,0mm	KG	315,47	R\$ 11,96	28,49	R\$ 15,07	R\$ 4.864,14
3.5	C0215	SEINFRA	ARMADURA CA-50A GROSSA Ø= 12,5 A 25,0mm	KG	328,45	R\$ 12,99	28,49	R\$ 16,69	R\$ 5.481,00
3.6	C0843	SEINFRA	CONCRETO P/MBR. FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	8,67	R\$ 533,00	28,49	R\$ 684,85	R\$ 4.567,95
3.7	C1604	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVÇÃO	M3	4,98	R\$ 159,08	28,49	R\$ 204,42	R\$ 1.017,91
3.8	C1603	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVÇÃO	M3	6,11	R\$ 258,48	28,49	R\$ 344,97	R\$ 2.107,77
3.9	CP0111	Composições Próprias	ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO	M3	5,52	R\$ 41,84	28,49	R\$ 53,76	R\$ 296,76
3.10	C4128	SEINFRA	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO	M3	60,75	R\$ 7,74	28,49	R\$ 9,95	R\$ 604,46
4			COBERTA						R\$ 106.642,34
4.1			ESTRUTURA EM MADEIRA						R\$ 37.782,10
4.1.1	CP0303	Composições Próprias	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M	M2	130,85	R\$ 181,40	28,49	R\$ 233,08	R\$ 30.492,52
4.1.2	C1875	SEINFRA	PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2)	M2	261,70	R\$ 21,69	28,49	R\$ 27,87	R\$ 7.293,58
4.2			TELHAS						R\$ 62.091,98
4.2.1	94216	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE ICAMENTO. AF_07/2019	M2	157,02	R\$ 201,76	28,49	R\$ 259,24	R\$ 40.705,86
4.2.2	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS) AF_01/2020	M2	314,04	R\$ 53,00	28,49	R\$ 68,10	R\$ 21.366,12
4.3			SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS						R\$ 6.738,28



4.3.1	C4910	SEINFRA	CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO USA 22. ESP=0,7MM. INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.	M2	12,66	R\$ 170,11	28,49	R\$ 218,57	R\$ 2.763,96
4.3.2	100768	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMAIOS). AF. 01/2020	M2	12,50	R\$ 53,00	28,49	R\$ 98,10	R\$ 858,06
4.3.3	C2593	SEINFRA	TUBO PVC BRANCO PESGO TO D=100MM (4")	M	26,00	R\$ 42,14	28,49	R\$ 54,13	R\$ 1.407,90
4.3.4	C0025	SEINFRA	CAIXA EM ALVENARIA (600X600cm) DE 1 TIPOLO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO	UN	2,00	R\$ 676,44	28,49	R\$ 889,16	R\$ 1.736,32
5	REVESTIMENTO								R\$ 18.144,45
5.1	PAREDE								R\$ 8.572,07
5.1.1	C0776	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SPENEAR TRAÇO 1:3 ESP= 5mm PV	M2	27,00	R\$ 7,42	28,49	R\$ 9,53	R\$ 257,31
5.1.2	C3023	SEINFRA	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA TRAÇO 1:3	M2	27,00	R\$ 46,49	28,49	R\$ 39,74	R\$ 1.612,98
5.1.3	C3038	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	27,00	R\$ 51,72	28,49	R\$ 66,46	R\$ 1.794,42
5.1.4	C4443	SEINFRA	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ- FABRICADA ATÉ 30x30cm (800cm²) - PEI-SPEI-4 - PV PAREDE	M2	13,30	R\$ 73,75	28,49	R\$ 94,70	R\$ 1.137,12
5.1.5	C2103	SEINFRA	REJUNTAMENTO PCERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO)	M2	12,00	R\$ 39,76	38,46	R\$ 76,82	R\$ 921,84
5.1.6	C1207	SEINFRA	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMAIOS MASSA ACRÍLICA	M2	15,30	R\$ 16,25	28,49	R\$ 20,98	R\$ 313,20
5.1.7	C1516	SEINFRA	LATEX TRÊS DEMAIOS EM PAREDES EXTERNAS MASSA	M2	15,00	R\$ 27,77	28,49	R\$ 35,68	R\$ 535,20
5.2	COBERTA								R\$ 11.572,38
5.2.1	102153	SINAPI	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF. 01/2021	M2	251,70	R\$ 1,92	28,49	R\$ 2,47	R\$ 646,40
5.2.2	102234	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMAIOS AF. 01/2021	M2	251,70	R\$ 32,48	28,49	R\$ 41,75	R\$ 10.925,98
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS								R\$ 37.899,15
6.1	95727	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF. 10/2022	M	430,00	R\$ 23,60	28,49	R\$ 26,04	R\$ 12.196,80
6.2	C4377	SEINFRA	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	M	640,00	R\$ 7,17	28,49	R\$ 9,21	R\$ 7.736,40
6.3	C0554	SEINFRA	CABO EM PVC 1000V 4MM2	M	1.400,00	R\$ 8,67	28,49	R\$ 11,14	R\$ 15.390,00
6.4	512808	ORSE	Refletor Sim LED 200W de potência, branco Frio, 5500K, Autovolt, marca G-light ou similar	un	14,00	R\$ 125,99	28,49	R\$ 161,65	R\$ 2.266,32
6.5	91981	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 03/2023	UN	1,00	R\$ 49,52	28,49	R\$ 63,63	R\$ 63,63
7	LIMPEZA FINAL								R\$ 2.466,89
7.1	C1528	SEINFRA	LIMPEZA GERAL	M2	148,68	R\$ 12,92	28,49	R\$ 10,60	R\$ 2.466,89
8	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA								R\$ 38.193,60
8.1	90780	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400,00	R\$ 39,32	28,49	R\$ 50,52	R\$ 30.208,00
8.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	R\$ 116,65	28,49	R\$ 149,86	R\$ 17.985,60
VALOR R\$ TOTAL:									R\$ 54.438,80
VALOR ORÇAMENTO:									R\$ 191.083,06
VALOR TOTAL:									R\$ 245.521,86

Reforça-se que os preços dos quantitativos apontados tomaram como base os valores da Tabela SEINFRA, SINAPI, ORSE, COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS, com base nas tabelas oficiais e cotações de mercado, sendo estas fontes de consultas albergadas pelo §2º do art. 23º da Lei Federal nº 14.133/21.

A partir do orçamento e projetos elaborados para a realização do objeto chegou-se ao valor de **R\$ 245.521,86** (duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta e centavos) para a execução do objeto, conforme documentos técnicos anexos (planilhas e afins).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. EQUIPE TÉCNICA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Para os serviços objeto deste estudo, deverão ser disponibilizados de forma presencial nos locais onde serão executados os serviços, os profissionais abaixo especificados:

7.1.1. PRESENCIAL

a) 01 (um) **Engenheiro Civil** ou outro profissional com atribuições regularmente estabelecidas por força de ato normativo da entidade profissional competente (resolução, deliberação, etc.) ou de norma (lei, decreto, etc.), com carga horária condizente com o **acompanhamento parcial** da execução dos serviços, para acompanhar e responder tecnicamente pelas obras.

b) 01 (um) **Encarregado Geral de Obras**, com carga horária condizente com o **acompanhamento integral** da execução dos serviços, para administrar as frentes de trabalho e supervisionar os processos de execução.

7.1.2. A carga horária PRESENCIAL refere-se ao número de horas necessário para a conclusão dos serviços.

7.1.3. Quando integral, o profissional deve se fazer presente durante todos os dias e horas em que estiverem sendo executados os serviços/obras. Quando parcial, o profissional deve se fazer presente apenas quando for imprescindível sua presença, ou seja, no momento de execução da parcela dos serviços/obras a qual ele responde tecnicamente.

7.1.4. Os serviços deverão ser realizados somente por profissionais devidamente habilitados e em observância ao que prescreve este instrumento.

7.2. LOCAL E FORMA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.2.1. O serviço/obra contratado deverá ser prestado no Município de Aquiraz - CE, a Avenida Damião Tavares de Sousa, s/n, Prainha, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços/obras a expensas da contratada.

7.2.2. A execução dos serviços será feita de forma fracionada, conforme necessidade do órgão demandante, iniciados mediante **ORDEM DE SERVIÇOS**, emitida pela Secretaria Interessada, constando as informações relevantes à execução dos serviços.

7.3. DOS PRAZOS:

7.3.1. Os serviços/obras deverão ser iniciados em até **05 (CINCO) DIAS**, a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS.

7.3.2. O prazo para início dos serviços poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério do órgão contratante.

7.3.3. O prazo de execução dos serviços será de **04 (QUATRO) MESES**, da data de recebimento da ordem de serviço. Todas as etapas obedecerão rigorosamente ao cronograma físico definido pelo Governo Municipal de Aquiraz/CE.

7.3.4. Os prazos de execução dos serviços/obras poderão ser prorrogados, conforme art. 111 da Lei nº 14.133/21, enquanto se fizerem necessários até a sua conclusão.

7.3.5. A prorrogação do prazo de execução deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Unidade Administrativa Contratante.

7.3.6. O prazo de vigência do(s) contrato(s) é de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/21.

8. JUSTIFICATIVAS QUANTO AO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A implantação da cobertura constitui um conjunto de serviços interdependentes, que envolvem fundações, estrutura metálica ou similar, fixações, elementos de cobertura, drenagem, acabamentos e adequações complementares. A execução fracionada desses serviços poderia comprometer a compatibilidade técnica entre os sistemas construtivos, afetando o desempenho, a segurança estrutural e a durabilidade da obra.

Ressalte-se, ainda, que a contratação de forma global não restringe a competitividade, pois o objeto está devidamente definido, possui complexidade compatível com o porte das empresas do ramo de engenharia e permite a ampla participação de interessados que atendam às exigências de habilitação técnica e legal.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Com a execução do objeto do presente certame a Prefeitura de Aquiraz objetiva:

- Proporcionar melhores condições de uso e aproveitamento do pátio do Novo Centro de Educação Infantil Luiz Simeão da Costa;
- Garantir conforto térmico e proteção contra intempéries para crianças, servidores e demais usuários da unidade;
- Viabilizar a realização de atividades pedagógicas, recreativas e eventos em ambiente adequado, independentemente das condições climáticas.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Providências gerais



Praça das Flores – Rua Francisco Câmara, 332, Centro – Aquiraz-CE | CEP 61.700-000



As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das eventuais contratações decorrentes do presente processo administrativo.

A Controladoria Geral do Município dispõe de normativa disciplinar as quais apresentam os direcionamentos da competência de atividades as quais devem ser exercidas pelos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, bem como, regulamenta tais atribuições.

A CGM também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envoltos a relação contratual.

Providências específicas da execução

A Administração deverá prover os devidos acessos à contratada, de modo que a mesma possa executar satisfatoriamente os serviços, inclusive definindo horários para execução dos mesmos, local de armazenamento de insumos, formas de acesso dos operários, local de bota-fora de materiais, empréstimos.

O Município executará por meio da equipe de Fiscalização da Secretaria de Educação o acompanhamento e ajustes necessários à execução do objeto contratado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes com esse projeto.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS

RISCO POTENCIAL	MEDIDAS MITIGADORAS
O uso de recursos naturais, como água, energia e materiais de construção.	Uso de materiais sustentáveis, como madeira certificada, e implementação de sistemas de eficiência energética e gestão de água.
Acúmulo de entulhos em local indevido.	Encaminhamento para usina de reciclagem.
Liberação de poluentes atmosféricos e poeira que podem afetar a qualidade do ar.	Utilizar técnicas de controle de poeira, como umidificação das áreas de trabalho.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI. LUIZ**

SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE, por meio das soluções adotadas conforme demonstrado, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária para o alcance dos objetivos propostos identificados na demanda de contratação.

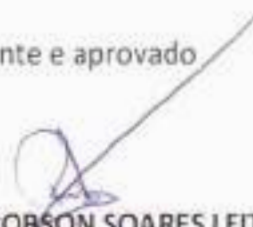
Aquiraz-CE, 03 de dezembro de 2025.

Elaborado por:


Dapriel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
RNP: 061910237-3
Matrícula: 191585-1



Ciente e aprovado


CARLOS ROBSON SOARES LEITE
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
ORDENADOR DE DESPESAS





ORÇAMENTO COMPLETO

MEMORIAL DESCRITIVO				
 MUNICÍPIO DE AQUIRAZ <small>CIDADE DO AGRADO</small>	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.		
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.		
	LOCAL:	AVENIDA DAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIEIRA - AQUIRAZ-CE.		
		DATA: 03/12/2023	BDI: 28,46%	
		COMP. VERSÃO	NOVA	REF.
		ORSE	202308	11,36% 18,82% 10/2023
		SEINFRA	028.1 COM DESCONTO	34,44% 47,48% 10/2023
		SINAPI	202308 COM DESCONTO	32,17% 33,86% 10/2023
		Concedido Propria	PROPRIA	0,00% 0,00%

ESPECIFICAÇÕES SINTÉTICAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

ENCARGOS

- Os encargos do construtor são aqueles estipulados no caderno de encargos da Orse, SEINFRA e SINAPI, o qual o empreiteiro declara conhecer.
- A empreiteira se obriga a saber das responsabilidades legais e vigentes e prestar assistência técnica-administrativa e financeira necessária, a fim de imprimir andamento conveniente às obras e serviços.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Os serviços a serem executados obedecerão rigorosamente aos detalhes dos projetos e recomendações desta especificação, bem como aquelas normas e recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, pelo Caderno de Encargos do órgão fiscalizador, salvo referência em contrário, e ainda às normas das concessionárias de serviços públicos locais, tais como: ENEL, CAGECE, ETC;
- Serão fornecidos, todos os projetos e detalhes necessários à execução total dos serviços;
- Todo material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de primeira qualidade e primeiro uso, sendo respeitadas as especificações e recomendações dos fabricantes, neles contidas;
- Para que todo e qualquer similar possa ser utilizado, o construtor deverá consultar à fiscalização, por escrito, sendo a posição da fiscalização oficializada também por escrito;
- Obrigatoriamente, toda a mão-de-obra destinada à execução dos serviços, deverá ser comprovadamente, bem qualificada;
- A construtora manterá um livro, diário de ocorrências, onde serão efetuados os registros diários por parte da fiscalização e do engenheiro residente, representante da construtora de todas as ocorrências e eventos que possam caracterizar o andamento dos trabalhos;
- Qualquer discrepância entre estas especificações, orçamentos, projetos e contratos, será resolvida pela Fiscalização, através da Coordenação de Engenharia/Arquitetura. No entanto torna-se enfático dizer que a concepção total na execução da obra, é prevalecida pelas informações contidas nos projetos fornecidos, e em seguida é que vêm os demais


Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO																												
 PREFEITURA DE AQUIRAZ <small>GOIÁS</small>	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEB, LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-GO.	DATA: 03/12/2025	BOM: 28,49%																								
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEB, LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-GO.	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FORTE</th><th>VERSÃO</th><th>HORA</th><th>RES</th><th>REP.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ORSE</td><td>DESEN</td><td>111,30%</td><td>88,82%</td><td>10/2025</td></tr> <tr> <td>SEMPRA</td><td>085.1 COM DESONERAÇÃO</td><td>84,84%</td><td>47,48%</td><td>10/2025</td></tr> <tr> <td>SEMPRA</td><td>00554 COM DESONERAÇÃO</td><td>82,17%</td><td>50,58%</td><td>10/2025</td></tr> <tr> <td>Empresas Filiais</td><td>PROPRIA</td><td>0,00%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>	FORTE	VERSÃO	HORA	RES	REP.	ORSE	DESEN	111,30%	88,82%	10/2025	SEMPRA	085.1 COM DESONERAÇÃO	84,84%	47,48%	10/2025	SEMPRA	00554 COM DESONERAÇÃO	82,17%	50,58%	10/2025	Empresas Filiais	PROPRIA	0,00%	0,00%	
FORTE	VERSÃO	HORA	RES	REP.																								
ORSE	DESEN	111,30%	88,82%	10/2025																								
SEMPRA	085.1 COM DESONERAÇÃO	84,84%	47,48%	10/2025																								
SEMPRA	00554 COM DESONERAÇÃO	82,17%	50,58%	10/2025																								
Empresas Filiais	PROPRIA	0,00%	0,00%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SN, PRAMAIA, AQUIRAZ-GO.																										

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/GO 346762
 CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO																												
 PREFEITURA DE AQUIRAZ <small>GOVERNO DA REGIÃO NOROESTE</small>	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEM. LUÍZ SAMIÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2023																									
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEM. LUÍZ SAMIÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	BOI: 28.40%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRATINHA - AQUIRAZ-CE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>PONTE</th><th>VERSÃO</th><th>NOVA</th><th>VEL</th><th>REF.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPRE</td><td>202308</td><td>11.36%</td><td>95.62%</td><td>12/2023</td></tr> <tr> <td>SEMPRA</td><td>08.1 COM DESONERAÇÃO</td><td>64.4%</td><td>47.38%</td><td>10/2023</td></tr> <tr> <td>SEMPRA</td><td>202309 COM DESONERAÇÃO</td><td>62.17%</td><td>51.90%</td><td>12/2023</td></tr> <tr> <td>Característica Proposta</td><td>PRÓPRIA</td><td>0.00%</td><td>0.00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>		PONTE	VERSÃO	NOVA	VEL	REF.	CPRE	202308	11.36%	95.62%	12/2023	SEMPRA	08.1 COM DESONERAÇÃO	64.4%	47.38%	10/2023	SEMPRA	202309 COM DESONERAÇÃO	62.17%	51.90%	12/2023	Característica Proposta	PRÓPRIA	0.00%	0.00%
PONTE	VERSÃO	NOVA	VEL	REF.																								
CPRE	202308	11.36%	95.62%	12/2023																								
SEMPRA	08.1 COM DESONERAÇÃO	64.4%	47.38%	10/2023																								
SEMPRA	202309 COM DESONERAÇÃO	62.17%	51.90%	12/2023																								
Característica Proposta	PRÓPRIA	0.00%	0.00%																									

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO


IMAGEM 1



IMAGEM 2



Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 336762
 CPF. 012.852.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO				
 PREFEITURA DE AQUIRAZ <small>GOVERNO DA NOVA GENTE</small>	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	BDI: 25,40%	
	LOCAL:	AVENIDA DAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ/CE		
			FORTE	VERSÃO
			ORSC	202508
			EDFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO
			EDFRA	202508 COM DESONERAÇÃO
			EDFRA	PREPRO
			EDFRA	0,00%
			EDFRA	0,00%

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

IMAGEM 3



IMAGEM 4



Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO					
 PREFEITURA DE AQUIRAZ <small>GOVERNANDO EM NOSSA CIDADANIA</small>	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEE- LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA : 03/12/2025		BCI : 25,49%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEE- LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE:	VERSÃO:	HORA
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	ORÇ	2025000	111,58%
			SEMFIN	0001 COM DESONERAÇÃO	84,44%
			SEMFIN	2025000 COM DESONERAÇÃO	95,17%
			CONCESSIONÁRIA	PROFISA	0,00%
					0,00%

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO


IMAGEM 5



IMAGEM 6



Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 012.832.383-30

 <div>PREFEITURA DE AQUIRAZ ESTÂNCIA DA NOSSA SENTE</div>	MEMORIAL DESCRITIVO						
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,49%		
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FORTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.
			ORSE	2024/09	111,38%	69,62%	10/2025
			SEMPRA	2024/11 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	10/2024
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	SIAM	2025/09 COM DESONERAÇÃO	82,17%	52,00%	10/2025	
		Compras Públicas	PROPIUS	0,00%	0,00%		

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO

1.1.1. C1937 PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

A placa da obra deverá ser afixada em local bem visível e obedecerá às recomendações do programa. Será constituída de estrutura em madeira, com chapa de aço galvanizado na superfície externa, pintada com sulfato à pistola e posterior pintura a base de esmalte sintético para fundo e letra, conforme dimensões especificadas na memória de cálculo.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: m²

2. MOLICÃO E RETIRADAS

2.1. 96523 ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024 (M3)

A escavação manual para bloco de coroamento ou sapata, conforme especificação AF_01/2024, é realizada para preparar o terreno para a fundação de estruturas. Este processo envolve a remoção do solo até a profundidade e dimensões necessárias conforme o projeto, incluindo a escavação adicional para a colocação de fôrmas que darão suporte ao concreto durante a construção.

Durante a escavação, é importante garantir que as dimensões e a profundidade sejam precisas, seguindo as orientações do projeto estrutural para garantir a estabilidade e segurança da fundação. Após a conclusão da escavação, são realizadas verificações para assegurar que o terreno esteja adequadamente preparado para receber o bloco de coroamento ou sapata.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: (m³)

2.2. C0702 CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)

A carga manual de entulho em caminhão basculante consiste na remoção e carregamento de resíduos de construção, como restos de alvenaria, concreto, madeira, plásticos e outros materiais não reutilizáveis, para o transporte adequado ao local de descarte ou reciclagem. O serviço será realizado por trabalhadores qualificados, que utilizarão ferramentas manuais, como pás, enxadadas e carrinhos de mão, para carregar o entulho diretamente nos caminhões basculantes. A carga será feita de forma organizada e segura, com o cuidado de não comprometer a integridade do veículo e evitando o desperdício de material. Após o carregamento, o caminhão basculante será fechado e preparado para o transporte dos resíduos. O serviço inclui o transporte do entulho até o ponto de destinação, garantindo o cumprimento das normas ambientais e de segurança durante todas as etapas do processo.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: M³


2.3. C0330 ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO (M3)

O serviço consiste na execução de aterro com compactação manual, sem controle, utilizando material adquirido. Será realizada a deposição do material de aterro em camadas, seguida da compactação manual utilizando equipamentos adequados. Não será realizado controle de compactação durante o processo. O material utilizado será adquirido de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis, garantindo a qualidade e estabilidade do aterro. Todo o processo será conduzido por profissionais qualificados, assegurando a eficiência e segurança da obra.

Crítério de Medição: Metro Cúbico (M³).

2.4. C0707 CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 316762
CPF. 012.872.383-30

<div><div><div>PREFEITURA DE</div><div>AQUIRAZ</div><div>CUIDANDO DA NOSSA GENTE</div></div></div>		MEMORIAL DESCRITIVO						
		OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BOI: 26,41%		
				FONTE	VERSÃO	ROF4	MES	REF.
				CRSE	202509	111,30%	88,82%	10/2025
				REFFPRA	026.1 COM DESONERAÇÃO	86,44%	47,48%	10/2025
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	SINAPI	202509 COM DESONERAÇÃO	82,17%	83,30%	10/2025		
		Composição Original		PRÓPRIA	0,00%	0,00%		
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N. PRAIA - AQUIRAZ-CE							

O serviço envolve a carga manual de terra em caminhão basculante, conforme especificado no código C0707. A terra será carregada manualmente por trabalhadores qualificados no local indicado para o carregamento. Será empregada mão de obra especializada para garantir a eficiência e segurança durante o processo de carga. Todo o material será depositado no caminhão basculante de maneira organizada e segura, seguindo as normas de segurança e ambientais aplicáveis.

Critério de Medição: Metro Cúbico (M³).

2.5. C2530 TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM (M3)

O transporte de material, exceto rocha, em caminhão por distâncias de até 10 km, abrange a movimentação de diversos tipos de materiais, como terra, areia, brita ou outros insumos. O caminhão deve estar em conformidade com as normas de segurança e manutenção, garantindo a integridade do material durante o transporte. A carga deve ser bem distribuída e acondicionada, utilizando lonas ou coberturas quando necessário para evitar perdas. A equipe deve seguir rotas seguras e adequadas, respeitando as sinalizações e regulamentos de trânsito. Após o transporte, o descarregamento deve ser feito de forma controlada, assegurando que o material seja depositado no local correto e em condições adequadas para uso.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: M³

3. FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS

3.1. C0095 APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG (M2)

O apiloamento de piso ou fundo de valas será realizado manualmente, utilizando maço com peso entre 30 a 60 kg. Este procedimento tem como objetivo compactar o solo para garantir a estabilidade e uniformidade do terreno, preparando-o para as fases subsequentes da obra. A compactação será feita de forma sistemática, cobrindo toda a extensão da área indicada no projeto. O processo será supervisionado para assegurar que o grau de compactação atenda aos padrões exigidos. Durante o serviço, cuidados serão tomados para evitar deslocamentos laterais e desníveis no terreno.

Critério de Medição: m²

3.2. 96619 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024 (M2)

O lastro de concreto magro, conforme especificação AF_01/2024, é aplicado em blocos de coroamento ou sapatas para proporcionar uma base sólida e nivelada para a estrutura da fundação. Este tipo de concreto é composto por uma mistura simples de cimento, areia e brita, com uma espessura padrão de 5 cm.

A aplicação do lastro de concreto magro ocorre após a conclusão da escavação e preparação do terreno, garantindo que a superfície esteja nivelada e compactada adequadamente. Este procedimento é fundamental para distribuir as cargas da estrutura de maneira uniforme sobre o solo, contribuindo para a estabilidade e durabilidade da fundação.


Após a aplicação, são realizadas verificações para assegurar que o lastro de concreto magro esteja conforme as especificações técnicas estabelecidas no projeto, garantindo a qualidade e o desempenho adequado da fundação.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: (m²)

3.3. C1400 FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X (M2)

As formas deverão ser executadas em tábuas de madeira de boa qualidade de no mínimo 25 mm de espessura. As amarrações que atravessam as formas deverão ser feitas com espaçamento regular. As formas deverão receber reforços em seus travamentos e contraventamentos para que não ocorram desvios verticais e horizontais quando da concretagem. Deverão estar alinhadas e niveladas. Antes de receber as armaduras, as caixarias deverão ter suas dimensões conferidas e limpas. Deverão ser usados espaçadores nas formas de modo a se garantir os cobrimentos mínimos das armaduras. Antes da concretagem as formas deverão ser umedecidas até a saturação. O reaproveitamento das formas será permitido desde que sejam cuidadosamente limpas e não apresentem saliências.

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO																													
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA : 03/12/2025																										
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	BDI : 28,45%																										
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SN, PRAIA - AQUIRAZ-CE																											
			<table> <tr> <th>FONTE</th><th>VERSÃO</th><th>HORA</th><th>MES</th><th>REF.</th></tr> <tr> <td>ORÇ</td><td>202508</td><td>111,30%</td><td>65,62%</td><td>18/2025</td></tr> <tr> <td>SINTRA</td><td>0261 COM DESONERAÇÃO</td><td>84,44%</td><td>47,48%</td><td>19/2023</td></tr> <tr> <td>SINAP</td><td>202506 COM DESONERAÇÃO</td><td>95,17%</td><td>53,59%</td><td>10/2023</td></tr> <tr> <td>Construção Empreiteira</td><td>PROPRIA</td><td>0,00%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </table>	FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.	ORÇ	202508	111,30%	65,62%	18/2025	SINTRA	0261 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	19/2023	SINAP	202506 COM DESONERAÇÃO	95,17%	53,59%	10/2023	Construção Empreiteira	PROPRIA	0,00%	0,00%		
FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.																									
ORÇ	202508	111,30%	65,62%	18/2025																									
SINTRA	0261 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	19/2023																									
SINAP	202506 COM DESONERAÇÃO	95,17%	53,59%	10/2023																									
Construção Empreiteira	PROPRIA	0,00%	0,00%																										

ou deformações.

3.4. C0216 ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm (KG)

Todo o aço empregado será utilizado para as armaduras das peças de concreto armado, bem como sua montagem, deverá atender os critérios na NBR - 7480 que regem o assunto. De modo geral, as barras de aço deverão apresentar suficiente homogeneidade quanto as suas características geométricas e mecânicas, e não apresentar defeitos prejudiciais, tais como bolhas, fissuras, esfoliações e corrosão.

Critério de medição: kg.

3.5. C0215 ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm (KG)

Este serviço refere-se ao fornecimento de barras de aço CA-50A, com diâmetro variando de 12,5mm a 25,0mm, para serem utilizadas como armaduras em estruturas de concreto armado.

Todo o aço empregado será utilizado para as armaduras das peças de concreto armado, bem como sua montagem, deverá atender as prescrições das Normas Brasileiras que regem o assunto. De modo geral, as barras de aço deverão apresentar suficiente homogeneidade quanto as suas características geométricas e mecânicas, e não apresentar defeitos prejudiciais, tais como bolhas, fissuras, esfoliações e corrosão.

Critério de medição: kg.

3.6. C0843 CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO (M3)

Para a fabricação do concreto deverão ser atendidas as condições estabelecidas na NBR 12654 – Controle tecnológico de materiais componentes do concreto, NBR 12655 Preparo, controle e recebimento de concreto, NBR 8953 - Concreto para fins estruturais classificação por grupo de resistência e NBR 6118 - Projeto e execução de obras de concreto armado. Os equipamentos de medição, mistura e transporte deverão estar limpos e em perfeito funcionamento, para se obter melhor qualidade do produto. O estabelecimento do traço do concreto a se adotar terá como base a resistência característica à compressão, especificada no projeto e dimensões das peças, disposições das armaduras, sistema de transporte, lançamento, adensamento, condições de exposição e de uso, previstos para a estrutura.

3.7. C1604 LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO (M3)

O serviço de lançamento e aplicação de concreto sem elevação refere-se ao processo de despejar o concreto em uma superfície plana, sem a necessidade de bombear ou elevar o material a grandes alturas. Esse serviço é comumente utilizado em aplicações como pisos, lajes e pavimentos, onde o concreto é despejado diretamente do caminhão betoneira e nivelado com equipamentos apropriados, como régua vibratória, para garantir uma superfície lisa e nivelada. A medida é em metros cúbicos (M3), representando o volume total de concreto lançado e aplicado sem elevação.

Critério de Medição: Metro Cúbico (M3).

3.8. C1603 LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVAÇÃO (M3)

Escopo do Serviço:

O serviço compreende o lançamento e aplicação de concreto em áreas onde é necessário atingir elevações específicas, como lajes, pilares, vigas, entre outros elementos estruturais. O concreto será aplicado de acordo com as especificações do projeto, garantindo sua qualidade e resistência.


Especificações Técnicas:

Localização da Aplicação: O concreto será lançado e aplicado nos locais indicados no projeto ou conforme as instruções do responsável técnico.

Tipo de Concreto: Será utilizado concreto com as características e resistências especificadas no projeto.

Método de Aplicação: O concreto será aplicado utilizando equipamentos apropriados, como bombas de concreto ou guias, para atingir as elevações desejadas de forma eficiente e uniforme.

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 548762
CPF. 012.832.163-30

 <div>PREFEITURA DE AQUIRAZ CABANDO NA NOSSA GENTE</div>	MEMORIAL DESCRITIVO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA : 03/12/2025		BCI : 26,49%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE	VERSÃO	HORA
			GRSE	2025/08	111,38%
			SEWPA	009,1 COM DESONERAÇÃO	84,44%
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	SNAPY	202508 COM DESONERAÇÃO	82,17%	
		Comprovação Propria	PRÓPRIA	0,00%	

Medição do Volume: A quantidade de concreto aplicado será medida em metros cúbicos (m³), garantindo precisão na quantificação do material utilizado.

Critério de medição: m³.

3.9. CP0111 ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO (M3)

O adensamento de concreto com vibrador de imersão é uma etapa essencial no processo de colocação de concreto, visando garantir a compactação adequada e a remoção de bolhas de ar no material. Após o lançamento do concreto fresco na forma, o vibrador de imersão é inserido verticalmente na massa de concreto de forma sistemática e controlada.

O objetivo do uso do vibrador é garantir que o concreto preencha todos os espaços da forma e ao redor das armaduras, assegurando a homogeneidade e a resistência do material após a cura. O adensamento eficiente contribui para a redução de vazios internos e aumenta a durabilidade da estrutura.

A medição do adensamento de concreto com vibrador de imersão é realizada em metros cúbicos (m³), correspondendo à quantidade de concreto tratada durante o processo.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: (m³)

3.10. C4125 LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO (M3)

A locação mensal de andaime metálico tem como objetivo fornecer um sistema de acesso e segurança para execução de obras em alturas, como pinturas, reparos ou construção, em locais que demandam sustentação temporária. O andaime será composto por estruturas metálicas, normalmente de aço ou alumínio, montadas de acordo com as normas de segurança e resistência necessárias para suportar a carga dos trabalhadores e equipamentos durante a execução dos serviços. O andaime será fornecido em módulos padronizados, de fácil montagem e desmontagem, com barras, travessas e plataformas que garantem a estabilidade e segurança durante o trabalho. A locação mensal inclui o fornecimento do material, bem como o transporte para o local da obra, a montagem inicial e o acompanhamento para garantir que a instalação esteja conforme as especificações e normas de segurança. A desmontagem do andaime, quando não mais necessário, também estará inclusa no serviço. O sistema será montado de forma a garantir o acesso adequado a diferentes níveis da obra, com escadas de acesso seguras e andaimes nivelados. Após o uso, o andaime será desmontado e retirado do local.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: M³

4. COBERTA

4.1. ESTRUTURA EM MADEIRA


4.1.1. CP0303 ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M (M2)

A execução da estrutura de madeira destinada à instalação de telhas termoacústicas em vãos de até 10 metros é necessária para garantir estabilidade, segurança e desempenho adequado da cobertura. Telhas termoacústicas possuem maior peso em comparação às telhas convencionais devido à composição com materiais isolantes, exigindo uma estrutura de apoio robusta e corretamente dimensionada.

A escolha da madeira como elemento estrutural se justifica por sua elevada resistência mecânica, facilidade de conformação e boa relação entre peso próprio e capacidade de carga. Para vãos de 10 metros, a estrutura precisa atender às condições de flecha admissível, resistência ao cisalhamento, flexão e compressão, assegurando o perfeito comportamento do conjunto frente às ações permanentes e variáveis, como vento e eventuais cargas acidentais.

O item contempla a execução completa por metro quadrado, incluindo o preparo, cortes, encaixes e fixações.

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO																												
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 02/12/2025																									
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	BDI: 38,40%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FONTE</th><th>VERSÃO</th><th>HORA</th><th>MES</th><th>40%</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ORSE</td><td>2025/08</td><td>111,38%</td><td>66,82%</td><td>13/2025</td></tr> <tr> <td>SENPA</td><td>526.1 COM DESONERAÇÃO</td><td>94,44%</td><td>47,48%</td><td>13/2025</td></tr> <tr> <td>SINAPI</td><td>232909 COM DESONERAÇÃO</td><td>92,17%</td><td>53,58%</td><td>19/2025</td></tr> <tr> <td>Comunicação Pública</td><td>PRUPRIA</td><td>0,00%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>		FONTE	VERSÃO	HORA	MES	40%	ORSE	2025/08	111,38%	66,82%	13/2025	SENPA	526.1 COM DESONERAÇÃO	94,44%	47,48%	13/2025	SINAPI	232909 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,58%	19/2025	Comunicação Pública	PRUPRIA	0,00%	0,00%
FONTE	VERSÃO	HORA	MES	40%																								
ORSE	2025/08	111,38%	66,82%	13/2025																								
SENPA	526.1 COM DESONERAÇÃO	94,44%	47,48%	13/2025																								
SINAPI	232909 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,58%	19/2025																								
Comunicação Pública	PRUPRIA	0,00%	0,00%																									

necessárias para suportar a telha termoacústica, garantindo um sistema de cobertura eficiente, durável e conforme às especificações técnicas e normativas aplicáveis.

Dessa forma, a estrutura de madeira é fundamental para assegurar o correto desempenho da cobertura termoacústica, contribuindo para a segurança, conforto e vida útil da edificação.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: M2

4.1.2. C1876 PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2) (M2)

O Pentox 2 é um produto adequado para o tratamento de madeiras, atuando como cupinicida e inibindo a ação de insetos como cupins. A aplicação será feita em duas demãos, garantindo uma cobertura uniforme e eficaz. O tratamento é essencial para preservar a durabilidade e integridade das estruturas de madeira, especialmente em ambientes que apresentem riscos à infestação. O produto deve ser aplicado em madeira limpa e seca, utilizando técnicas que assegurem a penetração adequada do cupinicida. A medição da área a ser tratada será em metros quadrados (m²), considerando a aplicação em superfícies horizontais e verticais.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2)

4.2. TELHAS

4.2.1. 94216 TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019 (M2)

O telhamento em questão consiste em telhas metálicas termoacústicas de espessura de 30 mm, projetadas para proporcionar eficiência térmica e isolamento acústico. Estas telhas apresentam um design com até duas águas, garantindo um escoamento adequado da água da chuva e minimizando o risco de infiltrações. A instalação inclui o içamento das telhas até a área de aplicação, assegurando que a montagem seja realizada de maneira segura e eficiente. O material é resistente à corrosão e possui tratamento adequado para prolongar sua durabilidade. A execução deve seguir rigorosamente as normas técnicas de instalação e segurança, garantindo a qualidade e a integridade da obra.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: UN

4.2.2. 100758 PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A LO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020 (M2)

O serviço consiste na aplicação de tinta alquídica de acabamento, do tipo esmalte sintético acetinado, sobre superfícies metálicas já instaladas na obra, excluindo perfis metálicos estruturais. O sistema de pintura será executado manualmente, utilizando rolo ou pincel, de acordo com as necessidades de acabamento e geometria das peças.

Antes da aplicação da tinta, as superfícies serão preparadas por meio de limpeza, desengraxe e lixamento, removendo poeira, ferrugem, partículas soltas e qualquer material que comprometa a aderência. Em seguida, será aplicada a tinta de acabamento em duas demãos cruzadas, assegurando cobertura uniforme, resistência mecânica e proteção anticorrosiva adequada.


A tinta utilizada atenderá aos padrões de qualidade e desempenho especificados em norma, garantindo boa aderência, secagem regular e acabamento homogêneo, além de durabilidade frente à exposição ambiental típica das condições de obra.

O serviço será executado por profissionais capacitados, respeitando as recomendações do fabricante e as normas técnicas vigentes para preparação de superfície e aplicação de revestimentos em metal.

Critério de medição: será contabilizada a área efetivamente pintada, em metro quadrado (m²).

4.3. SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO																												
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025	BDI: 28,40%																								
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FONTE</th><th>VERSÃO</th><th>HORA</th><th>MG</th><th>REF.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ORSE</td><td>2025/01</td><td>111,38%</td><td>89,82%</td><td>13/2023</td></tr> <tr> <td>SCMPA</td><td>625.1 COM DESCORREÇÃO</td><td>84,44%</td><td>47,48%</td><td>13/2023</td></tr> <tr> <td>SINAPI</td><td>392509 COM DESCOBERTAÇÃO</td><td>84,17%</td><td>52,38%</td><td>13/2023</td></tr> <tr> <td>Comprasnet</td><td>PRÓPRIA</td><td>0,00%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>	FONTE	VERSÃO	HORA	MG	REF.	ORSE	2025/01	111,38%	89,82%	13/2023	SCMPA	625.1 COM DESCORREÇÃO	84,44%	47,48%	13/2023	SINAPI	392509 COM DESCOBERTAÇÃO	84,17%	52,38%	13/2023	Comprasnet	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
FONTE	VERSÃO	HORA	MG	REF.																								
ORSE	2025/01	111,38%	89,82%	13/2023																								
SCMPA	625.1 COM DESCORREÇÃO	84,44%	47,48%	13/2023																								
SINAPI	392509 COM DESCOBERTAÇÃO	84,17%	52,38%	13/2023																								
Comprasnet	PRÓPRIA	0,00%	0,00%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE.																										

4.3.1. C4910 CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, ESP.=0,71MM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (M2)

A utilização de calhas confeccionadas em chapa de alumínio lisa 22, com espessura de 0,71 mm, justifica-se pela necessidade de garantir eficiência e durabilidade no sistema de captação e condução de águas pluviais da edificação. O alumínio é um material leve, resistente à corrosão e adequado para instalações expostas às intempéries, assegurando menor necessidade de manutenção e maior vida útil do sistema quando comparado a outros materiais metálicos.

A espessura especificada (0,71 mm) proporciona rigidez estrutural suficiente para suportar o fluxo de água, variações térmicas e eventuais esforços mecânicos durante a instalação e operação. Além disso, o item contempla o transporte vertical do material, etapa indispensável para a correta execução do serviço, considerando o deslocamento seguro das peças até o ponto de instalação em altura.

Dessa forma, a inclusão deste item atende às exigências técnicas de desempenho, segurança e durabilidade do sistema de drenagem pluvial, assegurando a plena funcionalidade da obra e o cumprimento das condições previstas no projeto.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: M2

4.3.2. 100758 PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020 (M2)

O serviço consiste na aplicação de tinta alquídica de acabamento, do tipo esmalte sintético acetinado, sobre superfícies metálicas já instaladas na obra, excluindo perfis metálicos estruturais. O sistema de pintura será executado manualmente, utilizando rolo ou pincel, de acordo com as necessidades de acabamento e geometria das peças.

Antes da aplicação da tinta, as superfícies serão preparadas por meio de limpeza, desengraxe e lixamento, removendo poeira, ferrugem, partículas soltas e qualquer material que comprometa a aderência. Em seguida, será aplicada a tinta de acabamento em duas demãos cruzadas, assegurando cobertura uniforme, resistência mecânica e proteção anticorrosiva adequada.

A tinta utilizada atenderá aos padrões de qualidade e desempenho especificados em norma, garantindo boa aderência, secagem regular e acabamento homogêneo, além de durabilidade frente à exposição ambiental típica das condições de obra.

O serviço será executado por profissionais capacitados, respeitando as recomendações do fabricante e as normas técnicas vigentes para preparação de superfície e aplicação de revestimentos em metal.

Critério de medição: será contabilizada a área efetivamente pintada, em metro quadrado (m²).

4.3.3. C2593 TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100MM (4") (M)

1. Descrição do Serviço:

O serviço consiste no fornecimento e instalação de tubos de PVC branco para esgoto, com diâmetro nominal de 100mm (4 polegadas), conforme as especificações técnicas e normativas aplicáveis.

2. Materiais Utilizados:

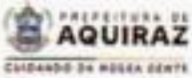
Tubo de PVC: Fabricado em PVC rígido de alta qualidade, com diâmetro nominal de 100mm (4 polegadas) e comprimento conforme necessário para a instalação.

Acessórios de conexão: Curvas, joelhos, luvas, tampões e demais acessórios necessários para a correta montagem e interligação dos tubos.

3. Procedimento de Execução:

Preparação do local: Será realizada a preparação do local de instalação dos tubos de PVC, garantindo uma base

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 345762
CPF 012.832.363-30

MEMORIAL DESCRITIVO																												
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA : 03/12/2025																									
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	BDI : 28,42%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FONTE</th><th>VERSÃO</th><th>HORA</th><th>MES</th><th>REF.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ORSE</td><td>202508</td><td>111,38%</td><td>85,53%</td><td>18/2021</td></tr> <tr> <td>SEMPRA</td><td>525,1 COM DEGRERAÇÃO</td><td>54,44%</td><td>47,48%</td><td>18/2021</td></tr> <tr> <td>SEMPA</td><td>202509 COM DEGRERAÇÃO</td><td>82,17%</td><td>53,36%</td><td>18/2021</td></tr> <tr> <td>Comissão Público</td><td>PROPRIA</td><td>0,00%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>		FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.	ORSE	202508	111,38%	85,53%	18/2021	SEMPRA	525,1 COM DEGRERAÇÃO	54,44%	47,48%	18/2021	SEMPA	202509 COM DEGRERAÇÃO	82,17%	53,36%	18/2021	Comissão Público	PROPRIA	0,00%	0,00%
FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.																								
ORSE	202508	111,38%	85,53%	18/2021																								
SEMPRA	525,1 COM DEGRERAÇÃO	54,44%	47,48%	18/2021																								
SEMPA	202509 COM DEGRERAÇÃO	82,17%	53,36%	18/2021																								
Comissão Público	PROPRIA	0,00%	0,00%																									

nivelada e limpa.

Montagem dos tubos: Os tubos de PVC serão montados e interligados utilizando os acessórios de conexão adequados, seguindo as instruções do fabricante e as normas técnicas vigentes.

Fixação: Os tubos serão fixados adequadamente às paredes ou lajes conforme necessário, garantindo sua estabilidade e segurança.

Testes: Após a instalação, serão realizados testes de estanqueidade e funcionamento para verificar a eficácia do sistema de esgoto.

4. Controle de Qualidade:

Serão realizadas inspeções visuais durante e após a instalação para garantir a qualidade e conformidade do serviço.

Testes de estanqueidade e funcionamento serão realizados conforme necessário para verificar a eficácia do sistema de esgoto instalado.

5. Segurança e Durabilidade:

Os tubos de PVC serão instalados de forma segura e estável, garantindo sua resistência a cargas externas e ao tráfego de água.

Fabricados em PVC de alta qualidade, os tubos oferecerão resistência à corrosão e durabilidade ao longo do tempo.

6. Responsabilidades:

A empresa contratada é responsável pelo fornecimento e instalação dos tubos de PVC branco conforme as especificações deste memorial descritivo e do projeto correspondente.

Critério de medição: m.

4.3.4. C0625 CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO (UN)

O item refere-se à construção de caixa de inspeção em alvenaria, com dimensões internas aproximadas de 60 x 60 x 60 cm, executada em tijolo cerâmico comum, assentado com argamassa de cimento e areia, garantindo estabilidade e durabilidade da estrutura. A base da caixa será preparada com lastro de brita, devidamente compactado, proporcionando adequada drenagem e apoio à alvenaria.

As paredes serão erguidas com espessura correspondente a um tijolo comum, assegurando resistência mecânica e estanqueidade. O acabamento interno receberá revestimento com argamassa de cimento e areia, desempenada para facilitar a limpeza e manutenção. A tampa será confeccionada em concreto armado, com alças metálicas quando necessário, permitindo manuseio e garantindo proteção e fechamento seguro da caixa.

O conjunto será implantado conforme o projeto e as normas técnicas aplicáveis, respeitando cotas, alinhamentos e nivelamento adequados. Após concluída a instalação, será assegurada a perfeita funcionalidade da caixa e sua integração ao sistema ao qual pertence.

Critério de medição: a medição será feita por unidade (UN) executada.

5. REVESTIMENTO


5.1. PAREDE

5.1.1. C0776 CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE (M2)

Todas as superfícies de concreto, alvenaria de tijolos, forros de estuque e pré-moldados, antes de qualquer revestimento, receberão um chapisco constituído de argamassa de cimento e areia ao traço volumétrico de 1:3, lançado a colher, com força suficiente a permitir uma perfeita aderência ao substrato em camada homogênea áspera, e de modo a recobrir toda a superfície a ser revestida.

Critério de medição: m².

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025	BDI: 28,40%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FORTE	versão
	LOCAL:	AVENIDA DANIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	ORSE	302509
			SEINFRA	0281 COM DESONERAÇÃO
			SIAPB	302509 COM DESONERAÇÃO
			Compras e Serviços	PRORRATA
				111,36%
				84,48%
				82,17%
				0,00%
				10/2023
				10/2023
				10/2023

5.1.2. C3023 EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

Execução de emboço em paredes internas ou externas, utilizando argamassa composta por cimento e areia peneirada no traço 1:3 (cimento:areia), aplicada de forma manual ou mecanizada, conforme especificações do projeto.

A superfície deve estar limpa, livre de impurezas e devidamente chapiscada para garantir a aderência da argamassa. Antes da aplicação, será realizada a umidificação do substrato para evitar a absorção excessiva da água da mistura.

O emboço será aplicado em camadas sucessivas até atingir a espessura especificada em projeto, garantindo um acabamento nivelado e desempenado com régua de alumínio. Após a aplicação, será respeitado o tempo de cura adequado para evitar fissuras e descolamentos.

A execução seguirá as normas técnicas vigentes, garantindo resistência e durabilidade para posterior aplicação do reboco ou outro revestimento final.

Critério de Medição: (m²)

5.1.3. C3028 REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

Execução de reboco em paredes e tetos, utilizando argamassa composta por cimento e areia peneirada no traço 1:3 (cimento:areia), aplicada manual ou mecanicamente, conforme especificações do projeto.

A superfície a ser revestida deve estar limpa, livre de poeira, graxa ou qualquer material que comprometa a aderência. Antes da aplicação, será realizada a umidificação da base para evitar a absorção excessiva da água da argamassa.

O reboco será aplicado em camada única, com espessura compatível para proporcionar acabamento uniforme e sem fissuras. O desempenho será realizado com régua de alumínio e acabamento finalizado com desempenadeira de madeira ou feltro, conforme exigências do projeto.

A execução seguirá as normas técnicas vigentes, garantindo resistência, durabilidade e qualidade superficial adequadas para posterior recebimento de pintura ou outro revestimento especificado.

Critério de Medição: (m²)

5.2. C4443 CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - PAREDE (M2)

A cerâmica esmaltada retificada com argamassa pré-fabricada, até o tamanho de 30x30 cm (900 cm²), é utilizada como revestimento de paredes em ambientes diversos. Este tipo de cerâmica é caracterizado pela sua superfície retificada, que permite juntas mais estreitas e um acabamento mais uniforme.

A classificação PEI-5/PEI-4 indica a resistência ao desgaste da cerâmica, sendo adequada para áreas de tráfego intenso (PEI-5) e áreas de tráfego moderado (PEI-4), conforme especificado pelo projeto.

O processo de aplicação inclui a preparação da superfície da parede, a aplicação da argamassa pré-fabricada com dentes adequados para as peças de cerâmica, e o assentamento das peças, garantindo o alinhamento correto e a uniformidade das juntas. Após o assentamento, é realizada a limpeza e o acabamento das juntas, seguido pelo rejuntamento para garantir a impermeabilidade e a estética final do revestimento.

A medição da cerâmica esmaltada retificada com argamassa pré-fabricada é feita em metros quadrados (m²), correspondendo à área total de parede revestida conforme especificações do projeto.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: (m²)

5.1.5. C2103 REJUNTAMENTO P/CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO) (M2)

O rejuntamento para cerâmica com L-Flex e epóxi é uma técnica de alta performance, ideal para áreas de parede e piso, garantindo um acabamento estético e durável. O uso de L-Flex proporciona flexibilidade, permitindo que o

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO																												
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025																									
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	BDI: 26,49%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SN, PRAIA - AQUIRAZ-CE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FONTE</th><th>VERSÃO</th><th>HORA</th><th>MEI</th><th>REF.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DISE</td><td>202308</td><td>111,88%</td><td>88,82%</td><td>103525</td></tr> <tr> <td>SEINFRA</td><td>68.1 COM DESONERAÇÃO</td><td>84,44%</td><td>47,48%</td><td>102023</td></tr> <tr> <td>BRAPPI</td><td>202308 COM DESONERAÇÃO</td><td>82,17%</td><td>33,30%</td><td>100522</td></tr> <tr> <td>Companhias Privadas</td><td>PRÓPRIA</td><td>3,69%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>		FONTE	VERSÃO	HORA	MEI	REF.	DISE	202308	111,88%	88,82%	103525	SEINFRA	68.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	102023	BRAPPI	202308 COM DESONERAÇÃO	82,17%	33,30%	100522	Companhias Privadas	PRÓPRIA	3,69%	0,00%
FONTE	VERSÃO	HORA	MEI	REF.																								
DISE	202308	111,88%	88,82%	103525																								
SEINFRA	68.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	102023																								
BRAPPI	202308 COM DESONERAÇÃO	82,17%	33,30%	100522																								
Companhias Privadas	PRÓPRIA	3,69%	0,00%																									

rejunte se adapte a movimentações naturais da superfície, enquanto o epóxi oferece resistência a produtos químicos, manchas e umidade, tomando-o perfeito para ambientes que exigem alta durabilidade, como cozinhas e banheiros.

A aplicação é realizada após a colocação das peças cerâmicas, garantindo que os espaços entre elas sejam preenchidos de maneira uniforme. O rejunte é aplicado com ferramentas adequadas, garantindo um acabamento perfeito e evitando bolhas ou falhas. O resultado é uma superfície não apenas bonita, mas também impermeável e resistente, aumentando a vida útil do revestimento cerâmico.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: (M²)

5.1.6. C1207 EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA (M2)

Preparação da Superfície:

Antes da aplicação da massa acrílica, as paredes externas serão devidamente limpas para remover sujeiras, poeira, mofo ou qualquer outro contaminante que possa comprometer a aderência da massa.

Aplicação da Massa:

A aplicação da massa acrílica será realizada em duas demãos, conforme os seguintes passos:

Primeira demão: A massa será aplicada sobre a superfície preparada com o auxílio de uma desempenadeira, preenchendo todas as imperfeições e irregularidades. A espessura da camada de massa será controlada para garantir um acabamento uniforme.

Intervalo de secagem: Após a aplicação da primeira demão, será respeitado o tempo de secagem recomendado pelo fabricante da massa acrílica.

Segunda demão: Após o completo tempo de secagem da primeira demão, será aplicada uma segunda camada de massa acrílica, seguindo o mesmo procedimento da primeira demão.

5.1.7. C1616 LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA (M2)

O serviço refere-se à aplicação de três demãos de tinta látex acrílica diretamente sobre paredes externas, sem o uso de massa niveladora, visando conferir proteção e acabamento estético às superfícies. Antes da pintura, será realizada a limpeza completa da base, contemplando remoção de poeira, partículas soltas, respingos ou qualquer material que prejudique a aderência do produto.

A aplicação das demãos seguirá rigorosamente as especificações do fabricante da tinta, respeitando tempos de secagem, diluição adequada e condições climáticas favoráveis. Cada demão terá como objetivo uniformizar a cobertura, garantindo melhor desempenho contra intempéries, resistência à umidade e durabilidade do acabamento externo.

O serviço será executado por equipe especializada, utilizando ferramentas apropriadas, como rolos de lã, trinchas e extensores, assegurando acabamento homogêneo e aderente. Não estão incluídos serviços de correção de superfície com massa corrida ou nivelamento.

Critério de medição: a medição será realizada em metro quadrado (m²) de parede externa efetivamente pintada.

5.2. COBERTA


5.2.1. 102193 LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021 (M2)

O serviço compreende o lixamento manual ou mecânico de superfícies em madeira, visando prepará-las adequadamente para receber fundo preparador, verniz ou pintura de acabamento. A atividade consiste na remoção de irregularidades, resíduos de acabamentos antigos, fibras soltas e pequenas imperfeições, garantindo uma superfície uniforme, limpa e com rugosidade ideal para promover a aderência dos produtos posteriores.

Serão utilizados abrasivos apropriados para cada etapa, iniciando com lixas de granulação mais grossa, quando necessário, e finalizando com lixas finas, conforme exigência do sistema de pintura a ser aplicado. Todo o processo será executado por profissionais capacitados, garantindo qualidade, segurança e preservação das características naturais da madeira.



Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2023	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	BOI: 28,49%	
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ/CE		FONTE:	VERSÃO
			ORÇ	202308
			SEMPRA	3281 COM DESONERAÇÃO
			SEMPRA	202309 COM DESONERAÇÃO
			Composição	PROPRIA
			Preço	0,00%

Após o lixamento, a superfície será totalmente limpa para eliminação de pó e partículas, deixando-a pronta para receber o fundo selador ou pintura de acabamento.

Critério de medição: a medição será realizada em metro quadrado (m²) de madeira efetivamente lixada e preparada.

5.2.2. 102224 PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021 (M2)

O serviço consiste na execução de pintura com verniz alquídico incolor, aplicado em superfícies de madeira instaladas em áreas internas, visando proporcionar proteção, durabilidade e valorização estética dos elementos construtivos. Inicialmente, será realizado o preparo da madeira, incluindo limpeza, remoção de resíduos, correções pontuais e lixamento adequado para garantir boa aderência entre as demãos.

A aplicação do verniz será feita em três demãos, seguindo rigorosamente as orientações do fabricante quanto à diluição, intervalos de secagem e condições ambientais de aplicação. Cada demão será precedida de lixamento fino para assegurar acabamento uniforme e película protetora contínua.

Serão empregados materiais de qualidade comprovada e técnicas adequadas, garantindo resistência ao desgaste natural e realce das características da madeira.

Critério de medição: a medição será realizada em metro quadrado (m²) de superfície efetivamente pintada e finalizada.

6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

6.1. 95727 ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022 (M)

O Eletroduto Rígido Soldável, em PVC, DN 25 mm (3/4"), aparente, é utilizado para a condução de cabos elétricos em instalações de baixa, média ou alta tensão, oferecendo proteção mecânica e segurança aos fios e cabos. Fabricado em PVC de alta resistência, o eletroduto apresenta excelente durabilidade e resistência à corrosão, o que garante sua longevidade mesmo em ambientes expostos a condições adversas, como umidade e radiação solar. O modelo soldável permite uma instalação segura e precisa, onde as extremidades do eletroduto são unidas de maneira estanque, evitando possíveis danos aos cabos internos. Este tipo de eletroduto é ideal para sistemas em que a condução dos cabos deve ser aparente, possibilitando facilidade de manutenção e acesso. A instalação será realizada conforme as especificações do projeto e de acordo com as normas técnicas vigentes, assegurando a segurança e o bom funcionamento do sistema elétrico.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:

Eletroduto rígido soldável, PVC, DN 25 mm (3/4"), aparente - fornecimento e instalação. (M).

6.2. C4377 CABO EM PVC 1000V 2,5 mm² (M)

Descrição do Item:

Este memorial descreve a utilização de cabo em PVC com classificação de 1000V e seção transversal de 2,5 mm². Este cabo será empregado na instalação elétrica para condução de energia em baixa tensão, garantindo a alimentação segura dos equipamentos elétricos e dispositivos da edificação.


Procedimento de Instalação:

Seleção: O cabo em PVC é selecionado de acordo com as exigências do projeto elétrico, considerando a carga elétrica, a distância do percurso e as condições ambientais de instalação.

Roteamento: O cabo é roteado de acordo com o projeto elétrico, garantindo sua correta disposição e fixação ao longo do percurso.

Conexões: O cabo é devidamente conectado aos dispositivos elétricos, interruptores, tomadas, quadros de distribuição, entre outros, seguindo as boas práticas de instalação e as normas técnicas vigentes.

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.833.383-30

	MEMORIAL DESCRITIVO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA : 03/12/2025		BDI : 28,49%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N. PRAINHA - AQUIRAZ-CE	GRSE	2025/08	111,36%
			SEMPRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	64,44%
			SINAPI	2025/08 COM DESONERAÇÃO	61,17%
			Composição Média	MEDIANA	6,06%
					18,02%
					19,22%
					19,22%

Critério de medição: m.

6.3. C0554 CABO EM PVC 1000V 4MM2 (M)

O item refere-se ao fornecimento e instalação de cabo elétrico com isolamento em PVC 1000V, seção nominal de 4 mm², adequado para circuitos de distribuição, alimentação e tomadas de uso específico, conforme necessidade do projeto. Esse tipo de cabo oferece boa resistência mecânica e térmica, atendendo às exigências das normas brasileiras para instalações elétricas de baixa tensão.

A execução compreende o lançamento do cabo em eletrodutos, leitos ou bandejas existentes, garantindo que seu trajeto esteja livre de obstruções e respeitando os limites de ocupação dos condutos. Os condutores serão devidamente identificados, organizados e conectados aos pontos de consumo, quadros ou equipamentos, obedecendo aos critérios de segurança e capacidade de condução de corrente.

Os terminais serão crimpados quando necessário, assegurando conexões firmes e seguras, e todas as interligações serão testadas para verificação da continuidade e ausência de falhas. Durante toda a execução, serão observadas as normas técnicas vigentes, especialmente a NBR 5410.

A medição será realizada por metro (M), considerando o desenvolvimento linear total do cabo efetivamente instalado.

6.4. S12808 Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar (un)

Fornecimento e instalação de refletor Slim LED de 200W, com temperatura de cor de 6500K (branco frio) e funcionamento em sistema autovolt, garantindo eficiência energética e alta luminosidade. O refletor deve ser da marca G-light ou similar, com características compatíveis de qualidade e desempenho.

O design slim permite fácil instalação e o refletor deve ser resistente às intempéries, ideal para uso externo em áreas como estacionamentos, fachadas e vias públicas. O produto deve apresentar alto índice de proteção (IP) contra poeira e água, de acordo com especificações do fabricante.

Critério de Medição: (unidade - un)

6.5. 91981 INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 (UN)

O serviço contempla o fornecimento e instalação de interruptor bipolar de 1 módulo, com capacidade nominal de 10A/250V, adequado para comandos elétricos que exigem o desligamento simultâneo dos dois polos, garantindo maior segurança e confiabilidade ao sistema. O conjunto inclui suporte e placa compatíveis com o padrão especificado, assegurando acabamento estético e instalação conforme normas vigentes.

A instalação será realizada por profissional qualificado, envolvendo o posicionamento do suporte, fixação do módulo na caixa de embutir, conexão dos condutores conforme diagrama elétrico e parâmetros técnicos, além da verificação do aperto dos terminais. Serão adotados procedimentos de segurança, com desligamento prévio do circuito e utilização de EPIs apropriados.

Após a montagem, será realizado teste de funcionamento para confirmar o acionamento adequado e a interrupção simultânea dos polos, garantindo a integridade da instalação e o atendimento às normas da ABNT.

A medição será efetuada por unidade (UN), considerando cada interruptor completo, incluindo suporte e placa, devidamente instalado e em pleno funcionamento.


7. LIMPEZA FINAL

7.1. C1628 LIMPEZA GERAL (M2)

A limpeza geral será realizada em todas as superfícies e áreas designadas, visando a remoção de resíduos, sujeira e impurezas acumuladas. Este serviço inclui a varrição, lavagem e desinfecção de pisos, paredes e demais elementos da obra, garantindo um ambiente limpo e seguro. Os produtos utilizados deverão ser adequados para cada tipo de superfície, respeitando as normas de segurança e meio ambiente. A limpeza será executada por uma



Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMORIAL DESCRITIVO																												
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA : 03/12/2025																									
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	BOI : 28,40%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAINHA - AQUIRAZ/CE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FORTE</th><th>VERSÃO</th><th>HORA</th><th>MES</th><th>REF.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ORSE</td><td>202509</td><td>111,36%</td><td>83,82%</td><td>100028</td></tr> <tr> <td>SENTRA</td><td>098,1 COM DESONERAÇÃO</td><td>84,44%</td><td>47,48%</td><td>100022</td></tr> <tr> <td>SENAPI</td><td>202508 COM DESONERAÇÃO</td><td>82,17%</td><td>53,30%</td><td>100023</td></tr> <tr> <td>Complementos Financeiros</td><td>PRÓPRIA</td><td>0,00%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>		FORTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.	ORSE	202509	111,36%	83,82%	100028	SENTRA	098,1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	100022	SENAPI	202508 COM DESONERAÇÃO	82,17%	53,30%	100023	Complementos Financeiros	PRÓPRIA	0,00%	0,00%
FORTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.																								
ORSE	202509	111,36%	83,82%	100028																								
SENTRA	098,1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	100022																								
SENAPI	202508 COM DESONERAÇÃO	82,17%	53,30%	100023																								
Complementos Financeiros	PRÓPRIA	0,00%	0,00%																									

equipe treinada, que seguirá um cronograma para minimizar a interferência nas atividades da obra. Após a conclusão, a área deve ser inspecionada para assegurar que todas as partes foram devidamente limpas e desinfetadas.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: M²

8. ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

8.1. 90780 MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

O serviço de Mestre de Obras com encargos complementares inclui a coordenação geral de todas as atividades de construção no canteiro de obras. Este profissional tem como responsabilidade o acompanhamento técnico da execução dos serviços, garantindo a correta interpretação dos projetos, controle de qualidade, cronograma e logística dos materiais, equipamentos e mão de obra. Além disso, o mestre de obras realiza a supervisão de equipes, a segurança no ambiente de trabalho e orientações técnicas aos trabalhadores. Possui um papel essencial na interface entre a administração da obra e o campo, assegurando o cumprimento das normas técnicas e dos prazos estabelecidos.


Critério de Medição: (hora)

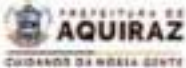
8.2. 90777 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

Contratação de engenheiro civil júnior para auxiliar na supervisão e coordenação das atividades no canteiro de obras, incluindo acompanhamento de cronogramas, verificação de qualidade e segurança, e apoio na resolução de problemas técnicos. Encargos complementares abrangem outras responsabilidades pertinentes ao cargo.

Critério de Medição: Horas (H)





 Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 012.832.383-30

 PREFEITURA DE AQUIRAZ <small>CUIDANDO DA NOSSA CENTE</small>	RESUMO DO ORÇAMENTO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CGL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA : 03/12/2025		BDI : 28,43%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CGL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	FONTE	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	AVENIDA CAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	202508	111,38%	86,82%
			SENPIA	328,1 COM DESONERAÇÃO	84,44%
			SINAPI	282549 COM DESONERAÇÃO	92,17%
			Características Anexo	PROPOSTA	0,00%

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.413,96	0,58%
2	DEMOLIÇÃO E RETIRADAS	R\$ 17.118,75	6,97%
3	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	R\$ 23.681,52	9,63%
4	COBERTA	R\$ 106.642,34	43,43%
5	REVESTIMENTO	R\$ 18.144,45	7,39%
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 37.859,15	15,42%
7	LIMPEZA FINAL	R\$ 2.468,09	1,01%
8	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	R\$ 38.193,60	15,56%
VALOR RDI TOTAL:		R\$ 54.438,80	100,00%
VALOR ORÇAMENTO:		R\$ 191.083,06	
VALOR TOTAL:		R\$ 245.521,86	




 Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 012.832.383-30

PLANILHA ORÇAMENTARIA



OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAINHA - AQUIRAZ/CE

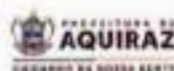
DATA : 03/12/2025 BDI : 28,49%

FORTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.
OPSE	2025/09	11,36%	90,00%	100008
SEINFRA	425,1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,46%	100023
SINAPI	30368 COM DESONERAÇÃO	82,17%	53,50%	100025
Composições Próprias	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FORTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	PESO (%)
						SEM BDI	COM BDI		
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 1.413,96	0,58%
1.1		CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO						R\$ 1.413,96	0,58%
1.1.1	C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	SEINFRA	M2	6,00	R\$ 183,41	R\$ 235,66	R\$ 1.413,96	0,58%
2		DEMOLIÇÃO E RETIRADAS						R\$ 17.110,75	6,97%
2.1	98523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	SINAPI	M3	42,40	R\$ 95,79	R\$ 123,08	R\$ 5.218,59	2,13%
2.2	C0702	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	M3	55,80	R\$ 28,37	R\$ 36,45	R\$ 2.033,91	0,83%
2.3	C0330	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO	SEINFRA	M3	45,00	R\$ 108,38	R\$ 139,26	R\$ 6.266,70	2,55%
2.4	C0707	CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	M3	45,00	R\$ 23,65	R\$ 30,39	R\$ 1.367,55	0,56%
2.5	C2630	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	SEINFRA	M3	45,00	R\$ 38,60	R\$ 49,60	R\$ 2.232,00	0,91%
3		FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS						R\$ 23.681,52	9,85%
3.1	C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG	SEINFRA	M2	30,00	R\$ 31,38	R\$ 40,32	R\$ 1.209,60	0,49%
3.2	98819	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	SINAPI	M2	13,50	R\$ 41,07	R\$ 52,77	R\$ 712,40	0,29%
3.3	C1400	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X	SEINFRA	M2	28,30	R\$ 77,54	R\$ 99,63	R\$ 2.819,53	1,15%
3.4	C0218	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	SEINFRA	KG	316,47	R\$ 11,96	R\$ 15,37	R\$ 4.864,14	1,98%
3.5	C0215	ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm	SEINFRA	KG	328,40	R\$ 12,99	R\$ 16,60	R\$ 5.481,00	2,23%
3.6	C0843	CONCRETO PVIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	M3	6,67	R\$ 533,00	R\$ 684,85	R\$ 4.567,95	1,86%
3.7	C1604	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	SEINFRA	M3	4,98	R\$ 159,08	R\$ 204,40	R\$ 1.017,91	0,41%
3.8	C1603	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVAÇÃO	SEINFRA	M3	6,11	R\$ 268,48	R\$ 344,97	R\$ 2.107,77	0,86%
3.9	CP0111	ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO	Composições Próprias	M3	5,52	R\$ 41,84	R\$ 53,76	R\$ 296,76	0,12%
3.10	C4125	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO	SEINFRA	M3	60,75	R\$ 7,74	R\$ 9,95	R\$ 604,46	0,25%

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 3-16762
CPF. 012.832.353-30

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



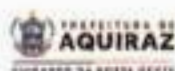
OBRA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
DESCRIÇÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
LOCAL	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAINHA - AQUIRAZ/CE

DATA :	03/12/2025	BDI :	20,43%
FONTE	VERSO	HORA	MES
OFSE	202508	111,36%	89,82%
SEINFRA	202508 COM DESCONTO	84,44%	47,44%
SINAPI	202508 COM DESCONTO	82,17%	53,50%
Composição	PROPSA	0,00%	0,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	PESO (%)
						SEM BDI	COM BDI		
4		COBERTA						R\$ 106.642,34	43,43%
4.1		ESTRUTURA EM MADEIRA						R\$ 37.792,10	15,39%
4.1.1	CP0303	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M	Composições Próprias	M2	130,85	R\$ 181,40	R\$ 233,08	R\$ 30.498,52	12,42%
4.1.2	C1876	PENTOK 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2)	SEINFRA	M2	261,70	R\$ 21,69	R\$ 27,07	R\$ 7.293,58	2,97%
4.2		TELHAS						R\$ 62.091,98	25,29%
4.2.1	94218	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAMENTO, AF 07/2019	SINAPI	M2	157,02	R\$ 201,76	R\$ 259,24	R\$ 40.705,86	16,58%
4.2.2	100758	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS), AF 01/2020	SINAPI	M2	314,04	R\$ 53,00	R\$ 68,10	R\$ 21.386,12	8,71%
4.3		SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS						R\$ 6.758,26	2,75%
4.3.1	C4910	CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, ESP.=0,71MM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	SEINFRA	M2	12,60	R\$ 170,11	R\$ 218,57	R\$ 2.753,98	1,12%
4.3.2	100758	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS), AF 01/2020	SINAPI	M2	12,60	R\$ 53,00	R\$ 68,10	R\$ 858,06	0,35%
4.3.3	C2593	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100MM (4')	SEINFRA	M	26,00	R\$ 42,14	R\$ 54,15	R\$ 1.407,90	0,57%
4.3.4	C3625	CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 676,44	R\$ 869,16	R\$ 1.738,32	0,71%
5		REVESTIMENTO						R\$ 18.144,45	7,39%
5.1		PAREDE						R\$ 6.572,07	2,68%
5.1.1	C9776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	SEINFRA	M2	27,00	R\$ 7,42	R\$ 9,53	R\$ 257,31	0,10%
5.1.2	C3023	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	SEINFRA	M2	27,00	R\$ 46,49	R\$ 59,74	R\$ 1.612,98	0,66%
5.1.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	SEINFRA	M2	27,00	R\$ 51,72	R\$ 66,48	R\$ 1.794,42	0,73%
5.1.4	C4443	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE	SEINFRA	M2	12,00	R\$ 73,75	R\$ 94,76	R\$ 1.137,12	0,46%
5.1.5	C3103	REJUNTAMENTO P/CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO)	SEINFRA	M2	12,00	R\$ 59,79	R\$ 76,82	R\$ 921,84	0,38%
5.1.6	C1207	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS COM MASSA ACRÍLICA	SEINFRA	M2	15,00	R\$ 16,25	R\$ 20,88	R\$ 313,20	0,13%

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREATCE-345762
CPF: 012.832.383-30

PLANILHA ORÇAMENTARIA



OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA :	03/12/2025	BDI :	28,49%	
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTES:	VERBA:	HORA:	MES:	REF:
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAINHA - AQUIRAZ/CE	ORSE	202508	111,36%	88,87%	100003
		SEINFRA	208.1 COM DESONERAÇÃO	88,44%	47,46%	100003
		SINAPI	202508 COM DESONERAÇÃO	82,17%	53,56%	100003
		PROPOSTA	PROPOSTA	0,00%	0,00%	

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	PESO (%)
						SEM BDI	COM BDI		
5.1.7	C1616	LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	SEINFRA	M2	15,00	R\$ 27,77	R\$ 35,68	R\$ 535,20	0,22%
5.2	COBERTA							R\$ 11.572,38	4,71%
5.2.1	102193	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	SINAPI	M2	261,70	R\$ 1,92	R\$ 2,47	R\$ 645,40	0,26%
5.2.2	102224	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUIDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	261,70	R\$ 32,49	R\$ 41,75	R\$ 10.925,98	4,45%
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							R\$ 37.859,15	15,42%
6.1	95727	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SINAPI	M	420,00	R\$ 22,60	R\$ 29,04	R\$ 12.196,80	4,97%
6.2	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	SEINFRA	M	840,00	R\$ 7,17	R\$ 9,21	R\$ 7.736,40	3,15%
6.3	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM²	SEINFRA	M	1.400,00	R\$ 8,67	R\$ 11,14	R\$ 15.596,00	6,35%
6.4	S12808	Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	ORSE	un	14,00	R\$ 125,99	R\$ 161,88	R\$ 2.266,32	0,92%
6.5	91981	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	UN	1,00	R\$ 49,52	R\$ 63,63	R\$ 63,63	0,03%
7	LIMPEZA FINAL							R\$ 2.468,09	1,01%
7.1	C1628	LIMPEZA GERAL	SEINFRA	M2	148,68	R\$ 12,92	R\$ 16,60	R\$ 2.468,09	1,01%
8	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA							R\$ 38.193,60	15,56%
8.1	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	400,00	R\$ 39,32	R\$ 50,52	R\$ 20.208,00	8,23%
8.2	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	120,00	R\$ 116,65	R\$ 149,88	R\$ 17.985,60	7,33%
								VALOR BDI TOTAL:	R\$ 54.438,80
								VALOR ORÇAMENTO:	R\$ 181.083,06
								VALOR TOTAL:	R\$ 245.521,86



Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 348762
CPF. 612.832.383-30

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
LÓCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAINHA - AQUIRAZ-CE

DATA: 03/12/2025 BDI: 28,49%

PONTE	VERBAS	HORA	MES	REP.
PROF.	202500	111,36%	98,82%	100000
SES-PR	008.1 COM DESONERAÇÃO	81,44%	47,48%	100000
SMAR	202500 COM DESONERAÇÃO	90,17%	43,80%	100000
Compartilhamento	PROPRIA	0,00%	0,00%	

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	Total parcela
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.413,96	100,00 %				100,00 %
			R\$ 1.413,96				R\$ 1.413,96
2	DEMOLIÇÃO E RETIRADAS	R\$ 17.118,75	100,00 %				100,00 %
			R\$ 17.118,75				R\$ 17.118,75
3	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	R\$ 23.681,52	90,00 %	10,00 %			100,00 %
			R\$ 21.313,37	R\$ 2.368,15			R\$ 23.681,52
4	COBERTA	R\$ 108.642,34	20,00 %	80,00 %			100,00 %
			R\$ 21.329,47	R\$ 85.313,87			R\$ 106.642,34
5	REVESTIMENTO	R\$ 18.144,45		25,00 %	75,00 %		100,00 %
				R\$ 4.536,11	R\$ 13.608,34		R\$ 18.144,45
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 37.859,15			50,00 %	50,00 %	100,00 %
					R\$ 18.929,58	R\$ 18.929,57	R\$ 37.859,15
7	LIMPEZA FINAL	R\$ 2.468,09				100,00 %	100,00 %
						R\$ 2.468,09	R\$ 2.468,09
8	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	R\$ 38.193,60	25,00 %	25,00 %	25,00 %	25,00 %	100,00 %
			R\$ 9.548,40	R\$ 9.548,40	R\$ 9.548,40	R\$ 9.548,40	R\$ 38.193,60
		R\$ 245.521,86	R\$ 70.722,95	R\$ 101.766,53	R\$ 42.086,32	R\$ 30.946,06	R\$ 245.521,86
			R\$ 70.722,95	R\$ 172.489,48	R\$ 214.575,80	R\$ 245.521,86	R\$ 245.521,86



Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

	MEMÓRIAS DE CÁLCULO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA : 03/12/2023		BCI : 28,47%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FORTE	VERSÃO	MCB
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIAH - AQUIRAZ-CE	CRSE	2023/09	111,36%
			SEVERA	128,1 COM DESONERAÇÃO	64,4%
			SEVERA	2025/09 COM DESONERAÇÃO	82,17%
			Consultoria	PRÓPRIA	0,00%
			Projetos		0,00%

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO

1.1.1. C1937 PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

COMPRIMENTO * LARGURA	QTD
3,0 * 2,0	6,00
	6,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 6,00



2. DEMOLIÇÃO E RETIRADAS

2.1. 96523 ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024 (M3)

SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * ALTURA * LARGURA	QTD
6,0 * 2,0 * 1,5 * 2,0	36,00
VIGA BALDRAME -> PERÍMETRO * LARGURA	6,40
	42,40

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 42,40



2.2. C0702 CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)

SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * ALTURA * LARGURA * EMPOLAMENTO	QTD
6,0 * 2,0 * 1,5 * 2,0 * 1,5	54,00
PERÍMETRO * ALTURA * LARGURA * EMPOLAMENTO	1,80
	55,80

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 55,80

2.3. C0330 ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO (M3)


SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * EMPOLAMENTO	QTD
6,0 * 2,0 * 2,0 * 1,5	36,00
VIGA BALDRAME -> PERÍMETRO * LARGURA * EMPOLAMENTO	9,00
	45,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 45,00

2.4. C0707 CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

MEMÓRIAS DE CÁLCULO

	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEEI LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA : 03/12/2025		BDI : 25,49%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEEI LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	PONTE	VERSÃO	ACOA	RET.
	LOCAL:	AVENIDA DAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	C008	202509	111,38%	88,82%
			GENFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	86,44%	47,48%
			SAPAT	202509 COM DESONERAÇÃO	85,17%	31,58%
			Concepção Projeto	PROPRIA	0,00%	0,00%

			QTD
SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * EMPOLAMENTO	6,0 * 2,0 * 2,0 * 1,5	36,00	36,00
VIGA BALDRAME -> PERIMETRO * LARGURA * EMPOLAMENTO	40,0 * 0,15 * 1,5	9,00	9,00
			45,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 45,00



2.5. C2530 TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM (M3)

			QTD
SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * EMPOLAMENTO	6,0 * 2,0 * 2,0 * 1,5	36,00	36,00
VIGA BALDRAME -> PERIMETRO * LARGURA * EMPOLAMENTO	40,0 * 0,15 * 1,5	9,00	9,00
			45,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 45,00



3. FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS

3.1. C0095 APOLOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG (M2)

			QTD
SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA	6,0 * 2,0 * 2,0	24,00	24,00
VIGA BALDRAME -> PERIMETRO * LARGURA	40,0 * 0,15	6,00	6,00
			30,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 30,00

96619 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA 5 CM, AF_01/2024 (M2)

			QTD
SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA	6,0 * 1,5 * 1,5	13,50	13,50
			13,50

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 13,50

3.3. C1400 FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X (M2)

			QTD
SAPATAS -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * 1,5 * 1,5 * 0,3	4,05	4,05
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * 0,25 * 0,25 * 6,0	2,25	2,25
VIGA BALDRAME -> PERIMETRO * LARGURA * ALTURA	(40,0 * 0,2 * 2,0) + (40,0 * 0,15)	22,00	22,00
			28,30

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 28,30

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.881.383-30

 <div>PREFEITURA DE AQUIRAZ GOVERNO DA NOSSA CIDADANIA</div>	MEMÓRIAS DE CÁLCULO						
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA : 03/12/2025		SOI : 20.49%		
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	FONTE	VERSÃO	HORA	MCB	REB.
			ORSE	352M8	111,80%	88,82%	10/2025
			BRAPRA	3251 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	10/2023
			BRAPR	202503 COM DESONERAÇÃO	82,17%	83,80%	10/2023
		Construção Própria	PRÓPRIA	0,00%	0,00%		
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SIN. PRADIA - AQUIRAZ-CE						

3.4. C0216 ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm (KG)

			QTD
ARMADURA SAPATA -> QM * QUANTIDADE * COMPRIMENTO	0,62 * 72,0 * 1,74	77,67	77,67
ARMADURA SAPATA -> QM * QUANTIDADE * COMPRIMENTO	0,25 * 18,0 * 0,75	3,38	3,38
ARMADURA PILARES -> VOLUME DE ARMADURA	88,2	88,20	88,20
VIGA BALDRAME -> QM * QUANTIDADE * COMPRIMENTO	0,62 * 4,0 * 40,0	99,20	99,20
VIGA BALDRAME -> VOLUME DE ARMADURA	48,02	48,02	48,02
			316,47

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 316,47



3.5. C0215 ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm (KG)

			QTD
ARMADURA SAPATA -> QUANTIDADE * QUANTIDADE DE FERROS * QM * COMPRIMENTOS	8,0 * 4,0 * 0,96 * 1,47	33,87	33,87
ARMADURA PILARE -> QUANTIDADE * ALTURA * QUANT. DE FERROS * QM	6,0 * 6,3 * 6,0 * 0,96	217,73	217,73
VIGA BALDRAME -> QUANTIDADE * QM * COMPRIMENTO	2,0 * 0,96 * 40,0	76,80	76,80
			328,40

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 328,40

3.6. C0843 CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO (M3)


			QTD
SAPATAS -> VOLUME DE CONCRETO	3,22	3,22	3,22
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * 0,25 * 0,25 * 6,0	2,25	2,25
VIGA BALDRAME -> COMPRIMENTO * LARGURA * PERIMETRO	0,15 * 0,2 * 40,0	1,20	1,20
			6,67

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 6,67

3.7. C1604 LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO (M3)

			QTD
SAPATAS -> VOLUME DE CONCRETO	3,22	3,22	3,22
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	8,0 * 0,25 * 0,25 * 1,5	0,56	0,56
VIGA BALDRAME -> COMPRIMENTO * LARGURA * PERIMETRO	0,15 * 0,2 * 40,0	1,20	1,20
			4,98

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.333-30

	MEMÓRIAS DE CÁLCULO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CRI. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025	BOI: 25,49%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CRI. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE:	VERSÃO:	WOKA
	LOCAL:	AVENIDA DAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIEIRA - AQUIRAZ-CE	ORÇE	000000	111,34%
			SENTRA	0001 COM DESONERAÇÃO	84,41%
			SRAPI	352569 COM DESONERAÇÃO	92,07%
			Comissão Prêmios	PRÓPRIA	0,00%
					10,00%

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 4,98

3.8. C1603 LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVÇÃO (M3)

			QTD
SAPATAS -> VOLUME DE CONCRETO	3,22	3,22	3,22
PILARES -> 6,0 * 0,25 * 0,25 * 4,5	6,0 * 0,25 * 0,25 * 4,5	1,69	1,69
VIGA BALDRAME -> 0,15 * 0,2 * 40,0	0,15 * 0,2 * 40,0	1,20	1,20
			5,11

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 5,11



CP0111 ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO (M3)

			QTD
SAPATAS -> VOLUME DE CONCRETO	2,07	2,07	2,07
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * 0,25 * 0,25 * 6,0	2,25	2,25
VIGA BALDRAME -> COMPRIMENTO * LARGURA * PERÍMETRO	0,15 * 0,2 * 40,0	1,20	1,20
			5,52

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 5,52



3.10. C4125 LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO (M3)

			QTD
QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * 1,5 * 1,5 * 4,5	60,75	60,75
			60,75

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 60,75

4. COBERTA

4.1. ESTRUTURA EM MADEIRA

4.1.1. CP0303 ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO	14,0 * 9,3 * 1,005	130,85	130,85
			130,85

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 130,85

4.1.2. C1876 PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2) (M2)

			QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * FACES	14,0 * 9,3 * 1,005 * 2,0	261,70	261,70
			261,70

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.183-30

		MEMÓRIAS DE CÁLCULO					
 <div>PREFEITURA DE AQUIRAZ CUIDANDO DA NOSSA CIDADANIA</div>	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,40%		
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE	VERSÃO	HORA	RES	ACR
			ORSE	2025/0	111,34%	45,52%	10/2025
			SENTRA	226.1 COM DESONERAÇÃO	81,44%	47,48%	10/2025
			SNAP	2025/01 COM DESONERAÇÃO	82,17%	55,09%	10/2025
		Composição Própria	PROPRIA	1,00%	0,00%		
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SN, PRAIA - AQUIRAZ-CE						

			QTD
RECEBIMENTO DE ÁGUA DA CALHA	2,0	2,00	2,00
			2,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 2,00



5. REVESTIMENTO

5.1. PAREDE

5.1.1. C0776 CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE (M2)

			QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 4,5	27,00	27,00
			27,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 27,00



5.1.2. C3023 EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

			QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 4,5	27,00	27,00
			27,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 27,00

5.1.3. C3028 REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

			QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 4,5	27,00	27,00
			27,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 27,00

5.1.4. C4443 CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE (M2)

			QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,0	12,00	12,00
			12,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 12,00

5.1.5. C2103 REJUNTAMENTO P/CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO) (M2)

			QTD
PILARES -> QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,0	12,00	12,00
			12,00

Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 012.832.383-30

MEMÓRIAS DE CÁLCULO				
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA: 03/12/2025	BDI: 28,49%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	PONTE	VERSÃO
	LOCAL:	AVENIDA DAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	OSSE	202508
			SEMPRA	028.1 COM DESONERAÇÃO
			SNAPI	202549 COM DESONERAÇÃO
			Comunicação	PROFRIA
				0,00%
				0,00%

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 12,80

5.1.6. C1207 EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA (M2)

		QTD
PILARES => QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,5	15,00
		15,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 15,00



5.1.7. C1616 LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA (M2)

		QTD
PAREDES => QUANTIDADE * COMPRIMENTO * LARGURA * ALTURA	6,0 * (0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25) * 2,5	15,00
		15,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 15,00



5.2. COBERTA

5.2.1. 102193 LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA, AF_01/2021 (M2)

		QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * FACES	14,0 * 9,3 * 1,005 * 2,0	261,70
		261,70

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 261,70

5.2.2. 102224 PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS, AF_01/2021 (M2)

		QTD
COMPRIMENTO * LARGURA * INCLINAÇÃO * FACES	14,0 * 9,3 * 1,005 * 2,0	261,70
		261,70

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 261,70

6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS


6.1. 95727 ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2022 (M)

		QTD
QUANTIDADE * COMPRIMENTO	14,0 * 30,0	420,00
		420,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 420,00

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.632.383-30

6.2. C4377 CABO EM PVC 1000V 2,5 mm² (M)

MEMÓRIAS DE CÁLCULO																												
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA: 03/12/2023																									
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	BDI: 28,49%																									
	LOCAL:	AVENIDA DAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FORTE</th><th>VERSÃO</th><th>MORA</th><th>MCS</th><th>RCF</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ORSE</td><td>202508</td><td>111,36%</td><td>85,22%</td><td>10/2025</td></tr> <tr> <td>SEINFRA</td><td>028.1 COM DESONERAÇÃO</td><td>84,41%</td><td>47,48%</td><td>10/2023</td></tr> <tr> <td>SINAPI</td><td>202508 COM DESONERAÇÃO</td><td>92,17%</td><td>53,59%</td><td>10/2025</td></tr> <tr> <td>Composição Propria</td><td>PRÓPRIA</td><td>0,00%</td><td>0,00%</td><td></td></tr> </tbody> </table>		FORTE	VERSÃO	MORA	MCS	RCF	ORSE	202508	111,36%	85,22%	10/2025	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,41%	47,48%	10/2023	SINAPI	202508 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,59%	10/2025	Composição Propria	PRÓPRIA	0,00%	0,00%
FORTE	VERSÃO	MORA	MCS	RCF																								
ORSE	202508	111,36%	85,22%	10/2025																								
SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,41%	47,48%	10/2023																								
SINAPI	202508 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,59%	10/2025																								
Composição Propria	PRÓPRIA	0,00%	0,00%																									

			QTD
QUANTIDADE * COMPRIMENTO	14,0 * 60,0	840,00	840,00
			840,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 840,00



6.3. C0554 CABO EM PVC 1000V 4MM2 (M)

			QTD
QUANTIDADE * COMPRIMENTO	14,0 * 100,0	1.400,00	1.400,00
			1.400,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 1.400,00

6.4. S12808 Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar (un)

			QTD
QUANTIDADE DE REFLETORES	14,0	14,00	14,00
			14,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 14,00



6.5. 91981 INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 (UN)

			QTD
QUANTIDADE DE INTERRUPTOR	1,0	1,00	1,00
			1,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 1,00

IMPEZA FINAL

7.1. C1628 LIMPEZA GERAL (M2)

			QTD
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO -> COMPRIMENTO * LARGURA	15,65 * 9,5	148,68	148,68
			148,68

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 148,68

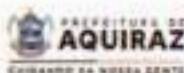
8. ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

8.1. 90780 MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

			QTD
HORÁRIO DE TRABALHO / MESES * SEMANAS * DIAS DE TRABALHO * HORAS POR DIA	4,0 * 5,0 * 5,0 * 4,0	400,00	400,00
			400,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 400,00

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

 <div>PREFEITURA DE AQUIRAZ EDUCANDO NA NOSSA CENTE</div>		MEMÓRIAS DE CÁLCULO				
OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEM. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA : 03/12/2023		DOI : 26,49%		
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEM. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE	VERSÃO	MORA	MES	IMP.
		CRSE	202509	111,36%	48,82%	13/02/23
		SENFRX	028.1 COM DESONERAÇÃO	94,44%	47,48%	03/02/23
		SINAPI	202309 COM DESONERAÇÃO	62,17%	33,59%	10/02/23
		Comissão Propra	PROPRIA	0,00%	0,00%	
LOCAL:	AVENIDA DIAMÃO FAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE					

8.2. 90777 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

		QTD
HORÁRIO DE TRABALHO : MESES * SEMANAS * DIAS DE TRABALHO * HORAS POR DIA	4,0 * 5,0 * 3,0 * 2,0	120,00
		120,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 120,00



Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

 <div>PREFEITURA DE AQUIRAZ <small>Combando da Nossa Gente</small></div>	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS						
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2023		BDI: 25,49%		
	DESCRIÇÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE	VERSÃO	HORA	MCS	REF.
			ORDE	202508	111,36%	89,92%	19/2023
			SEINFRA	325.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	19/2023
			SINAPI	302508 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,33%	19/2023
			Empresas Proprietárias	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE.						

1.1.1. C1937 PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10537 CHAPA DE AÇO GALVANIZADA ESP. 0,3MM	SEINFRA	M2	1,02000000	R\$ 39,0300	R\$ 39,8106
11100 ESMALTE SINTÉTICO	SEINFRA	L	1,00000000	R\$ 31,8800	R\$ 31,8800
11601 PONTALETE / BARROTE DE 3"x3"	SEINFRA	M	4,50000000	R\$ 15,0900	R\$ 72,4050
11725 PREGO 15X15 (1,14" x 13) (APROXIMADAMENTE 672UN/KG)	SEINFRA	KG	0,15000000	R\$ 15,9900	R\$ 2,3985
TOTAL Material:					R\$ 148,4941

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	2,00000000	R\$ 18,4600	R\$ 36,9200
TOTAL Mão de Obra					R\$ 36,9200
VALOR:					183,41

2.1. 96523 ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDÃO OU SAPATA INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS, AF_01/2024 (M3)

Mão de Obra com Encargos Complementares	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88309 PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,96800000	R\$ 28,20	R\$ 27,24
88316 SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	3,12600000	R\$ 21,93	R\$ 68,55
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:					R\$ 95,79
VALOR:					95,79

2.2. C0702 CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)


Equipamento Custo Horário	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10578 CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 (CH)	SEINFRA	H	0,24000000	R\$ 62,8421	R\$ 15,0820
TOTAL Equipamento Custo Horário:					R\$ 15,0820
Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	0,72000000	R\$ 18,4600	R\$ 13,2912
TOTAL Mão de Obra					R\$ 13,2912
VALOR:					28,37

2.3. C0330 ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO (M3)

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10111 AREIA VERMELHA	SEINFRA	M3	1,10000000	R\$ 70,0000	R\$ 77,0000
TOTAL Material					R\$ 77,0000
Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	1,70000000	R\$ 18,4600	R\$ 31,3820
TOTAL Mão de Obra					R\$ 31,3820
VALOR:					108,38

2.4. C0707 CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE (M3)

Daniel Montenegro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 017.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 25,43%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE:	VERSÃO:	HORA
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N. PRANHA - AQUIRAZ-CE	ORSE	202508	111,38%
			SEINFRA	202508	84,44%
			SINAPI	202508	82,17%
			PROPRIA		0,00%

Equipamento Custo Horário	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10578 CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 (CH)	SEINFRA	H	0,20000000	R\$ 62,8491	R\$ 12,5698
TOTAL Equipamento Custo Horário:					R\$ 12,5698

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	0,60000000	R\$ 18,4800	R\$ 11,0760
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 11,0760
VALOR:					23,65

2.5. C2530 TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM (M3)

Equipamento Custo Horário	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10590 CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 (CHP)	SEINFRA	H	0,22220000	R\$ 173,7102	R\$ 38,5984
TOTAL Equipamento Custo Horário:					R\$ 38,5984
VALOR:					38,40

3.1. C0095 APOIAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG (M2)

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	1,70000000	R\$ 18,4800	R\$ 31,3820
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 31,3820
VALOR:					31,38

3.2. 90619 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024 (M2)

Mão de Obra com Encargos Complementares	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88309 PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,33905000	R\$ 28,20	R\$ 9,55
88316 SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,12285000	R\$ 21,93	R\$ 2,69
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:					R\$ 12,24


Serviço	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
94988 CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 14,5,4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREFABO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	SINAPI	M3	0,06930000	R\$ 417,95	R\$ 28,83
TOTAL Serviço:					R\$ 28,83
VALOR:					41,07

1.3. C1400 FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X (M2)

Materiais	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10965 DESMOLDANTE PARA FORMAS	SEINFRA	L	0,40000000	R\$ 8,4500	R\$ 3,3800
11728 PREGO 18X27 (2,1/2" X 10) (APROXIMADAMENTE 18UN/KG)	SEINFRA	KG	0,15000000	R\$ 14,2000	R\$ 2,1300
11846 SARRAFO DE 1"X4"	SEINFRA	M	0,50000000	R\$ 6,0500	R\$ 3,0250
11915 TABUA DE 1" DE 3A. - L = 30cm	SEINFRA	M	1,00000000	R\$ 12,7700	R\$ 12,7700
TOTAL Materiais:					R\$ 21,3050

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
-------------	-------	------	-------------	----------------	-------

Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2023		BDI: 23,43%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	ORSE	202599	111,36%
	LOCAL:	AVENIDA DAMÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	SEINFRA	0061 COM DESONERAÇÃO	84,41%
			SEINFRA	202599 COM DESONERAÇÃO	82,17%
			SEINFRA	PROPOSTA	8,08%

10041	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	SEINFRA	H	1,30000000	R\$ 19,1000	R\$ 24,8300
10498	CARPINTEIRO	SEINFRA	H	1,30000000	R\$ 24,1600	R\$ 31,4080
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 56,2380
VALOR:						77,54

3.4. C0216 ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm (KG)

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10163	AÇO CA-50	SEINFRA	KG	1,15000000	R\$ 7,1000	R\$ 8,1650
10103	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	SEINFRA	KG	0,02500000	R\$ 16,5300	R\$ 0,3306
					TOTAL Material	R\$ 8,4956

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10040	AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	SEINFRA	H	0,08000000	R\$ 19,1000	R\$ 1,5280
10121	ARMADOR/FERREIRO	SEINFRA	H	0,09000000	R\$ 24,1600	R\$ 1,9326
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 3,4606
VALOR:						11,06

3.5. C0215 ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm (KG)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10163	AÇO CA-50	SEINFRA	KG	1,15000000	R\$ 7,1000	R\$ 8,1650
10103	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	SEINFRA	KG	0,03000000	R\$ 16,5300	R\$ 0,4959
					TOTAL Material:	R\$ 8,6609

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10040	AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	SEINFRA	H	0,10000000	R\$ 19,1000	R\$ 1,9100
10121	ARMADOR/FERREIRO	SEINFRA	H	0,10000000	R\$ 24,1600	R\$ 2,4160
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 4,3260
					VALOR:	12,99


3.6. C0843 CONCRETO PMBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO (M3)

Equipamento Custo Horário		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10652	BETONEIRA ELÉTRICA 560L (CHP)	SEINFRA	H	0,71400000	R\$ 25,1770	R\$ 17,6764
				TOTAL Equipamento Custo Horário:		R\$ 17,6764

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10109	AREIA MEDIA	SEINFRA	M3	0,89680000	R\$ 83,5800	R\$ 72,4555
10280	BRITA	SEINFRA	M3	0,62700000	R\$ 100,5000	R\$ 63,0135
10805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	349,00000000	R\$ 0,7100	R\$ 247,7900
11605	PEDRISCO	SEINFRA	M3	0,20900000	R\$ 100,5000	R\$ 21,0045
					TOTAL Material	R\$ 404,2635

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12343	SERVEANTE	SEINFRA	H	8,00000000	R\$ 18,4600	R\$ 110,7800
					TOTAL Mão de Obra	R\$ 110,7800

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.632.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,40%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE:	VERSÃO:	MOEA
	LÓCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	ORSE:	203904	111,38%
			SEINFRA:	0281 COM DESONERAÇÃO	84,47%
			SINAPI:	008409 COM DESONERAÇÃO	82,17%
			Composição Média:	PROPSA	0,00%

11495	MADEIRA (PERÓBA)	SEINFRA	M3	0,03400000	R\$ 3.162,71	R\$ 107,53
11724	PREGO - Percentual=1,0000%	SEINFRA	KG	0,15000000	R\$ 17,00	R\$ 2,58
					TOTAL Material:	R\$ 110,11

Mão de Obra		FONTE	UNID.	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10041	AJUDANTE DE CARPinteIRO	SEINFRA	H	1,50000000	R\$ 18,10	R\$ 26,85
10493	CARPinteIRO	SEINFRA	H	1,50000000	R\$ 24,16	R\$ 36,24
					TOTAL Mão de Obra	R\$ 63,09
					VALOR:	181,40

4.1.2. C1876 PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2) (M2)

Material	FONTE	UNID.	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10035 AGUARRÁS MINERAL	SEINFRA	L	0,05000000	R\$ 20,2900	R\$ 1,0145
11613 CUPINICIDA (PENTOX OU SIMILAR) P/ MADEIRAS	SEINFRA	L	0,16000000	R\$ 27,0800	R\$ 4,3328
				TOTAL Material	R\$ 5,3473

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10045	AJUDANTE DE PINTOR	SEINFRA	H	0,35000000	R\$ 18,1000	R\$ 6,3350
12395	PINTOR	SEINFRA	H	0,40000000	R\$ 24,1600	R\$ 9,6640
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 15,9990
					VALOR:	21,66

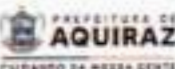
4.2.1. 94216 TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019 (M2)

Equipamento Custo Horário		FONTE	UNID.	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
93282	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO. AF_03/2016	SINAPI	CHI	0,00120000	R\$ 27,60	R\$ 0,03
93281	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	SINAPI	CHP	0,00090000	R\$ 28,68	R\$ 0,02
				TOTAL Equipamento Custo Horário:		R\$ 0,05

Material	FONTE	UNID.	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00011029 HASTE RETA PARA GANCHO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA 1/4" X 30 CM PARA FIXAÇÃO DE TELHA METÁLICA, INCLUI PORCA E ARRUELAS DE VEDAÇÃO	SINAPI	CJ	4,15000000	R\$ 1,59	R\$ 6,59
00040740 TELHA GALVALUME COM ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO EM ESPUMA RÍGIDA DE POLIURETANO (PU) INJETADO, ESPESURA DE 30 MM, DENSIDADE DE 35 KG/M3, REVESTIMENTO EM TELHA TRAPEZOIDAL NAS DUAS FACES COM ESPESURA DE 0,50 MM CADA, ACABAMENTO NATURAL (NÃO INCLUI ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO)	SINAPI	M2	1,14600000	R\$ 167,74	R\$ 192,25
				TOTAL Material:	R\$ 198,84

Mão de Obra com Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,05200000	R\$ 21,83	R\$ 1,35
88323	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,05600000	R\$ 27,54	R\$ 1,54
				TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares		R\$ 2,89
				VALOR:		201,76

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 036762
CPF. 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEM. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,43%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEM. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	FORTE	VERBA	HORA
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SN. FRANHA - AQUIRAZ-CE	ORSE	302559	111,34%
			SEINFRA	108,1 COM DESONERAÇÃO	84,44%
			SNAPI	302559 COM DESONERAÇÃO	82,17%
			Crédito de Ponto	PRÓPRIA	0,00%

4.2.2. 100758 PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020 (M2)

Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00005316 DILUENTE AGUARRAS	SINAPI	L	0,02550000	R\$ 23,98	R\$ 0,61
00007311 TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	SINAPI	L	0,25490000	R\$ 46,51	R\$ 11,88
TOTAL Material:					R\$ 12,49

Mão de Obra com Encargos Complementares	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88310 PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	1,35590000	R\$ 29,88	R\$ 40,51
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:					R\$ 40,51
VALOR:					53,00

4.3.1. C4910 CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, ESP.=0,71MM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (M2)

Equipamento Custo Horário	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10632 GUINDASTE HIDRÁULICO SOBRE PNEUS HP 45 (CH)	SEINFRA	H	0,01830000	R\$ 61,4460	R\$ 1,1245
10746 GUINDASTE HIDRÁULICO SOBRE PNEUS HP 45 (CHP)	SEINFRA	H	0,01320000	R\$ 128,4306	R\$ 1,6953
TOTAL Equipamento Custo Horário:					R\$ 2,8198

Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
19375 CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, DIMENSÕES 2,0X1,0M, ESP. = 0,80MM (2,15KG/M2)	SEINFRA	KG	2,03500000	R\$ 35,0000	R\$ 71,2250
88804 MASTIQUE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO NA COR CINZA - UNPLAC - 400ml	SEINFRA	UN	0,16000000	R\$ 78,2900	R\$ 12,5264
11728 PREGO 18X27 (2,1/2" X 10) (APPROXIMADAMENTE 198UN/KG)	SEINFRA	KG	0,02500000	R\$ 14,2000	R\$ 0,3550
11784 REBITES	SEINFRA	KG	0,00490000	R\$ 63,0700	R\$ 0,3090
11872 SOLDA 50X50	SEINFRA	KG	0,18000000	R\$ 147,1300	R\$ 26,4834
TOTAL Material:					R\$ 110,8988

Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10037 AJUDANTE	SEINFRA	H	0,90000000	R\$ 19,1000	R\$ 17,1900
11530 MONTADOR	SEINFRA	H	0,63000000	R\$ 24,1600	R\$ 14,4960
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	0,63300000	R\$ 18,4600	R\$ 11,6852
12970 TELHADISTA	SEINFRA	H	0,53900000	R\$ 24,1600	R\$ 13,0222
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 56,3934
VALOR:					178,11

4.3.2. 100758 PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020 (M2)

Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00005316 DILUENTE AGUARRAS	SINAPI	L	0,02550000	R\$ 23,98	R\$ 0,61
00007311 TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	SINAPI	L	0,25490000	R\$ 46,51	R\$ 11,88
TOTAL Material:					R\$ 12,49

Mão de Obra com Encargos Complementares	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88310 PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	1,35590000	R\$ 29,88	R\$ 40,51
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:					R\$ 40,51

Daniel monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	DATA: 03/12/2025		SDE: 28.43%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE	FORTE	VERBA	FORA
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	ORSE	202509	111.36%
			SEINFRA	585.1 COM DESONERAÇÃO	84.44%
			SEINFRA	202509 COM DESONERAÇÃO	82.07%
			SEINFRA	PROFESSA	0.00%

VALOR:	53,00
--------	-------

4.3.3. C2593 TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100MM (4") (M)

Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10026 ADESIVO PARA TUBO DE PVC RÍGIDO	SEINFRA	KG	0,02500000	R\$ 63,3600	R\$ 1,5840
11888 SOLUÇÃO LIMPADORA PARA PVC RÍGIDO	SEINFRA	L	0,04000000	R\$ 61,0300	R\$ 2,4408
12193 TUBO PVC ESGOTO DE 100MM (4") - (NBR 5688)	SEINFRA	M	1,01000000	R\$ 15,8200	R\$ 15,9782
TOTAL Material					R\$ 20,0030

Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10043 AJUDANTE DE ENCANADOR	SEINFRA	H	0,52000000	R\$ 18,1000	R\$ 9,3320
12320 ENCANADOR	SEINFRA	H	0,52000000	R\$ 23,4800	R\$ 12,2096
TOTAL Mão de Obra					R\$ 22,1416
VALOR:					42,14

4.3.4. C0525 CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPAS DE CONCRETO (UN)

Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10168 AÇO CA-60	SEINFRA	KG	2,58000000	R\$ 7,5900	R\$ 19,5974
10103 ARAME RECOZIDO N.18 BWG	SEINFRA	KG	0,04400000	R\$ 16,5300	R\$ 0,7273
10109 AREIA MÉDIA	SEINFRA	M3	0,20740000	R\$ 83,5800	R\$ 17,3345
10280 BRITA	SEINFRA	M3	0,14020000	R\$ 100,5000	R\$ 14,0961
10441 CAL HIDRATADA	SEINFRA	KG	20,00000000	R\$ 0,9800	R\$ 19,2000
10529 CHAPA COMPENSADO RESINADO 12MM (1.10 X 2.20M)	SEINFRA	M2	0,20000000	R\$ 35,9500	R\$ 7,1900
10805 CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	42,00000000	R\$ 0,7100	R\$ 29,8200
11916 TABUA DE 1" DE 3A. - L = 30cm	SEINFRA	M	0,05900000	R\$ 12,7700	R\$ 0,7534
12082 TIJOLO MACIÇO COMUM	SEINFRA	UN	305,00000000	R\$ 0,4700	R\$ 143,3500
TOTAL Material					R\$ 292,0827

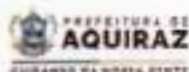
Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10040 AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	SEINFRA	H	0,22500000	R\$ 19,1000	R\$ 4,2975
10041 AJUDANTE DE CARPinteIRO	SEINFRA	H	1,18500000	R\$ 16,1000	R\$ 19,0835
10121 ARMADOR/FERREIRO	SEINFRA	H	0,22500000	R\$ 24,1600	R\$ 5,4360
10498 CARPinteIRO	SEINFRA	H	1,18500000	R\$ 24,1600	R\$ 28,6296
12391 PEDREIRO	SEINFRA	H	6,29100000	R\$ 24,1600	R\$ 151,9906
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	11,45100000	R\$ 18,4600	R\$ 211,3855
TOTAL Mão de Obra					R\$ 424,3727
VALOR:					676,44

5.1.1. C0778 CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE (M2)

Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10109 AREIA MÉDIA	SEINFRA	M3	0,00610000	R\$ 83,5800	R\$ 0,5098
10805 CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	2,43000000	R\$ 0,7100	R\$ 1,7253
TOTAL Material					R\$ 2,2351

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE-346762
CPF. 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS



OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CRI. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CRI. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE

DATA: 03/12/2023		BDI: 28,43%		
FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.
ORSE	202008	111,3M	48,52%	13/2023
SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	13/2023
SINART	202505 COM DESONERAÇÃO	92,17%	83,30%	13/2023
Contratação	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12391 PEDREIRO	SEINFRA	H	0,10000000	R\$ 24,1600	R\$ 2,4160
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	0,15000000	R\$ 18,4800	R\$ 2,7720
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 5,1880
VALOR:					7,42



5.1.2. C3023 EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12391 PEDREIRO	SEINFRA	H	0,60000000	R\$ 24,1600	R\$ 14,4960
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	0,60000000	R\$ 18,4800	R\$ 11,0760
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 25,5720
Serviço	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
C0164 ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PEN. TRAÇO 1:3	SEINFRA	M3	0,02000000	R\$ 1.045,7200	R\$ 20,9144
TOTAL Serviço:					R\$ 20,9144
VALOR:					46,49



5.1.3. C3028 REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (M2)

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12391 PEDREIRO	SEINFRA	H	0,60000000	R\$ 24,1600	R\$ 14,4960
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	0,60000000	R\$ 18,4800	R\$ 11,0760
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 25,5720
Serviço	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
C0164 ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PEN. TRAÇO 1:3	SEINFRA	M3	0,02500000	R\$ 1.045,7200	R\$ 26,1430
TOTAL Serviço:					R\$ 26,1430
VALOR:					51,72

5.1.4. C4443 CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE (M2)

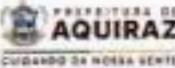
Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
16508 ARGAMASSA COLANTE PRÉ-FABRICADA P/ CERÂMICAS E PORCELANATOS	SEINFRA	KG	6,00000000	R\$ 2,4200	R\$ 14,5200
16498 CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA DIMENSÕES ATÉ 30x30cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4	SEINFRA	M2	1,10000000	R\$ 25,9500	R\$ 28,5450
TOTAL Material:					R\$ 43,0650
Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
11328 LADRELHISTA	SEINFRA	H	0,72000000	R\$ 24,1600	R\$ 17,3952
12543 SERVENTE	SEINFRA	H	0,72000000	R\$ 18,4800	R\$ 13,2912
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 30,6864
VALOR:					73,75



5.1.5. C2103 REJUNTAMENTO P/CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO) (M2)

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
----------	-------	------	-------------	----------------	-------

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 340762
CPF. 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS						
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,49%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FORTE	VERSÃO	HORA	RENT
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SN, PRANHA - AQUIRAZ-CE	ORSE	202506	111,34%	15,03%
			SEINFRA	128,1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,18%
			SINAPI	202508 COM DESONERAÇÃO	82,17%	53,38%
			Complementar (Público)	PROPRIA	1,00%	8,00%

18287	ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA PARA REJUNTAMENTO A BASE DE EPOXI	SEINFRA	KG	0,85000000	R\$ 76,9000	R\$ 49,9850
					TOTAL Material:	R\$ 49,9850

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1328	LADRILHISTA	SEINFRA	H	0.23000000	R\$ 24,1600	R\$ 5,5568
0543	SERVENTE	SEINFRA	H	0.23000000	R\$ 18,4800	R\$ 4,2456
Fis. <u>79</u>					TOTAL Mão de Obra: R\$ 9,8024	
Rubricado: <u>Y</u>					VALOR: 59,79	

5.1.6. C1207 EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA (M2)

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
11347	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	SEINFRA	UN	0,50000000	R\$ 0,7000	R\$ 0,3500
11511	MASSA ACRILICA PARA PINTURA LATEX	SEINFRA	KG	0,70000000	R\$ 3,5100	R\$ 2,4570
					TOTAL Material:	R\$ 2,8070

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00045	AJUDANTE DE PINTOR	SEINFRA	H	0,25000000	R\$ 19,1000	R\$ 4,7750
12395	PINTOR	SEINFRA	H	0,35000000	R\$ 24,1600	R\$ 8,4560
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 13,2310
					VALOR:	16,25

5.1.7. C1616 LATEX TRÊS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA (M2)

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10035	AGUARRÁS MINERAL	SEINFRA	L	0,05000000	R\$ 20,2900	R\$ 1,0145
11488	LÍQUIDO PREPARADOR DE SUPERFÍCIES	SEINFRA	L	0,12000000	R\$ 12,7800	R\$ 1,5336
11347	LIJA PARA MADEIRA/MASSA	SEINFRA	UN	0,25000000	R\$ 0,7000	R\$ 0,1750
2007	TINTA LATEX ACRÍLICA	SEINFRA	L	0,24000000	R\$ 22,2000	R\$ 5,3280
					TOTAL Material	R\$ 8,0511

Mão de Obra		FORTE	UNID.	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00045	AJUDANTE DE PINTOR	SEINFRA	H	0,40000000	R\$ 19,1000	R\$ 7,6400
02395	PINTOR	SEINFRA	H	0,50000000	R\$ 24,1600	R\$ 12,0800
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 19,7200
					VALOR:	27,77

5.2.1. 102193 LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021 (M2)

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00003767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	SINAPI	UN	0,40000000	R\$ 0,75	R\$ 0,31
					TOTAL Material	R\$ 0,31

Mão de Obra com Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,05410000	R\$ 29,88	R\$ 1,61
				TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares		R\$ 1,61

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 09/12/2025		SDI: 28,45%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE:	VERSÃO:	HORA:
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	SEINFRA	312508	111,30%
			SEINFRA	326.1 COM DESONERAÇÃO	84,4%
			SINAPI	322508 COM DESONERAÇÃO	92,17%
			Comissão Prática	PRÓPRIA	0,00%

VALOR:	1,92
--------	------

5.2.2. 102224 PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021 (M2)

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
0000318 DILUENTE AGUARRAS	SINAPI	L	0,04570000	R\$ 23,98	R\$ 1,09
00010475 VERNIZ TIPO COPAL PARA MADEIRA, BRILHANTE, USO INTERNO	SINAPI	L	0,30440000	R\$ 33,73	R\$ 10,26
TOTAL Material:					R\$ 11,35

Mão de Obra com Encargos Complementares	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88310 PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,70760000	R\$ 29,88	R\$ 21,14
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:					R\$ 21,14
VALOR:					32,49

6.1. 95727 ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022 (M)

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002678 ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, CLASSE B, DE 25 MM	SINAPI	M	1,05380000	R\$ 2,74	R\$ 2,88
TOTAL Material:					R\$ 2,88

Mão de Obra com Encargos Complementares	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88247 AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,12260000	R\$ 23,42	R\$ 2,85
88264 ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,12260000	R\$ 28,54	R\$ 3,48
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:					R\$ 6,33

Serviço	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
91176 FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO. DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO U PERFIL 1 1/4", FIXADA EM PERFILADO EM LAJE. AF_09/2023_PS	SINAPI	M	1,00000000	R\$ 13,39	R\$ 13,39
TOTAL Serviço:					R\$ 13,39
VALOR:					22,69


6.2. C4377 CABO EM PVC 1000V 2,5 mm² (M)

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
18229 CABO EM PVC 1000V 2,5MM2	SEINFRA	M	1,02000000	R\$ 2,1700	R\$ 2,4174
TOTAL Material:					R\$ 2,4174

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10042 AJUDANTE DE ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,11000000	R\$ 19,1000	R\$ 2,1010
12312 ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,11000000	R\$ 24,1500	R\$ 2,6565
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 4,7575
VALOR:					7,17

6.3. C0554 CABO EM PVC 1000V 4MM² (M)

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2023		BDI: 28,49%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE:	VERSÃO:	MOFA
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE	ORSE	202500	111,38%
			SEINFRA	625.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%
			SINAPI	202500 COM DESONERAÇÃO	82,17%
			Convênio	PRONIMA	0,00%
			Projetos		0,00%

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00374	CABO EM PVC 1000V 4MM2	M	1,02000000	R\$ 3,4100	R\$ 3,4782
TOTAL Material:					R\$ 3,4782

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	0,12000000	R\$ 19,1000	R\$ 2,2920
02312	ELETRICISTA	H	0,12000000	R\$ 24,1500	R\$ 2,8980
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 5,1900
VALOR:					8,67

6.4. S12808 Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500K, Autovolt, marca G-light ou similar (un)

Encargos Complementares	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10552	Encargos Complementares - Eletricista	h	0,50000000	R\$ 3,81	R\$ 1,90
S10549	Encargos Complementares - Servente	h	0,30000000	R\$ 3,95	R\$ 1,18
TOTAL Encargos Complementares:					R\$ 3,08

Material	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
01691	Parafuso metal 2 1/2" x 12 p/ bucha s-10	un	2,00000000	R\$ 0,86	R\$ 1,72
013524	Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500K, Autovolt, marca G-light ou similar	un	1,00000000	R\$ 106,58	R\$ 106,58
TOTAL Material:					R\$ 108,30

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
002436S	Eletricista (horista)	h	0,50000000	R\$ 20,44	R\$ 10,22
006111S	Servente de obras (horista)	h	0,30000000	R\$ 14,58	R\$ 4,37
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 14,59
VALOR:					125,99

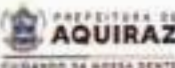
91981 INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 (UN)

Serviço	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
91980	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00000000	R\$ 38,51	R\$ 38,51
91946	SUPORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 2" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00000000	R\$ 11,01	R\$ 11,01
TOTAL Serviço:					R\$ 49,52
VALOR:					49,52

7.1. C1628 LIMPEZA GERAL (M2)

Mão de Obra	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
02543	SERVENTE	H	0,70000000	R\$ 18,4600	R\$ 12,9220
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 12,9220
VALOR:					12,92

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEMITÉRIO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,49%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEMITÉRIO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FONTE:	VERSÃO:	HORA
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SIN, PRAIA - AQUIRAZ-CE	ORÇ:	302000	111,36%
			SEMPRA	308,1 COM DESONERAÇÃO	64,41%
			SINAPI	302000 COM DESONERAÇÃO	62,17%
			Composição Propria	PROPRIA	0,00%

8.1. 90780 MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00043487	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,28	R\$ 1,28
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043483	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 2,87

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
0004069	MESTRE DE OBRAS (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 35,70	R\$ 35,70
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 35,70

Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95405	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MESTRE DE OBRAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,75	R\$ 0,75
TOTAL Serviço:						R\$ 0,75
VALOR:						39,32

8.2. 90777 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)


Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00043486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,77	R\$ 0,77
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,43	R\$ 1,43
00043482	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,01	R\$ 0,01
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 0,08	R\$ 0,08
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 2,29

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 112,70	R\$ 112,70
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 112,70

Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 1,66	R\$ 1,66
TOTAL Serviço:						R\$ 1,66
VALOR:						114,65

Daniel Monteiro Xavier de Lima
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 346762
 CPF. 012.832.383-30

COMPOSIÇÃO DO BDI

	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,49%		
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FORTE	VERSÃO	HORA	SEG	RES
	LÓGICA:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE.	ORSE	202509	111,30%	96,82%	100000
			SEINFRA	202509 COM DESONERAÇÃO	84,41%	47,48%	100000
			SEINFRA	202509 COM DESONERAÇÃO	82,17%	55,50%	100000
			Comissão Proprietária	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	

COD	DESCRIÇÃO	%
GRUPO A	Despesas Indiretas	
G + S	Seguro + Garantia	0,80%
R	Risco	1,27%
AC	Administração central	4,00%
	TOTAL	6,07%
GRUPO B	Despesas	
DF	Despesas financeiras	1,23%
	TOTAL	1,23%
GRUPO C	Bonificação	
L	Lucro	7,40%
	TOTAL	7,40%
GRUPO D	Impostos	
	PIS	0,65%
	Confins	3,00%
	ISSQN	3,00%
	CPRB	3,60%
	TOTAL	10,25%

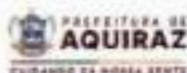
BDI = 28,49%

$$\frac{((1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - GRUPO D)} - 1$$

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30



TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS



OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2021	SD: 126,42%
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	ORÇ: 303568	111,36% 69,82% 10/2021
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, SN. PRAIA - AQUIRAZ-CE	SEMPRA 326.1 COM DESONERAÇÃO	84,64% 47,48% 10/2021
		SENAI 325509 COM DESONERAÇÃO	82,17% 33,92% 10/2021
		CONSTRUÇÃO PÚBLICA	0,00% 0,00%

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
	TOTAL	36,80%	36,80%
B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,86%	0,00%
B2	Feriados	3,93%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,64%	0,65%
B4	13º Salário	10,80%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,72%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,46%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,09%	0,07%
B9	Férias Gozadas	6,54%	6,60%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
	TOTAL	44,35%	16,29%
C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,75%	3,67%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,09%
C3	Férias Indenizadas	4,72%	3,64%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,49%	2,70%
C5	Indenização Adicional	0,40%	0,31%
	TOTAL	13,47%	10,41%
D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	16,32%	5,99%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,42%	0,33%
	TOTAL	16,74%	6,32%

A + B + C + D = 111,36% 69,82%

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 246762
CPF. 012.832.383-30

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS




OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUINAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 28,49%		
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUINAZ-CE.	FORTE	VERSÃO	ICMS	MEF	REF.
		ORSE	202508	111,38%	58,82%	10/2025
		SEMPRA	526.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	10/2025
		SEIAP	202505 COM DESONERAÇÃO	82,17%	53,58%	10/2025
		Contribuição Proprietária	PROPRIA	0,00%	0,00%	
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUINAZ-CE					

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
	TOTAL	16,80%	16,80%
B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,85%	0,00%
B2	Feriados	3,71%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,68%
B4	13º Salário	11,03%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,59%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	12,35%	8,33%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
	TOTAL	48,36%	19,04%
C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,52%	4,17%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	1,72%	1,30%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,87%	2,17%
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%
	TOTAL	10,70%	8,09%
D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,12%	3,20%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%	0,35%
	TOTAL	8,58%	3,55%

A + B + C + D = 84,44% 47,48%

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 046762
CPF. 012.832.383-30

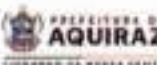
 <div>PREFEITURA DE AQUIRAZ CUIDANDO DA SUA CIDADE</div>	TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS						
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	DATA: 03/12/2025		BDI: 21,49%		
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PÁTIO DO NOVO CEL LUIZ SIMÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.	FORTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.
			ORDE	202508	111,36%	88,62%	100025
			SEMPRA	035.1 COM DESONERAÇÃO	94,44%	47,44%	100323
			SNAR	202508 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%	100525
			Condições Pagam	PROPRIA	0,00%	0,00%	
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAIA - AQUIRAZ-CE					

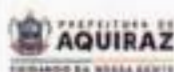
COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	5,00%	5,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
TOTAL		21,80%	21,80%
B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,86%	0,00%
B2	Fenados	3,71%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	11,07%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,54%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	12,98%	9,77%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
TOTAL		49,06%	19,46%
C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,54%	4,17%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	1,81%	1,36%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,75%	2,07%
C5	Indenização Adicional	0,47%	0,35%
TOTAL		10,70%	8,05%
D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	10,14%	3,83%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,47%	0,36%
TOTAL		10,61%	4,19%

A + B + C + D = 92,17% 53,50%

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS

	ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS						DATA : 03/12/2025		BDI : 28,49%		
	OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.					FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.
	DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.					ORSE	200000	111,36%	88,82%	100000
	LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N, PRAINHA - AQUIRAZ-CE					SEINFRA	200000 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	100000
							SINAPI	200000 COM DESONERAÇÃO	90,17%	53,59%	100000
							Composição	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL	
94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	SINAPI	Serviço	M2	157,02	R\$ 259,24	R\$ 40.705,86	16,58%	16,58%	A	
CP0303	ESTRUTURA DE MADEIRA PV TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M	Composição	Serviço	M2	130,85	R\$ 233,06	R\$ 30.498,52	12,42%	29,00%	A	
100758	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	SINAPI	Serviço	M2	326,64	R\$ 68,10	R\$ 22.244,18	9,06%	38,06%	A	
90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra	H	400,00	R\$ 50,52	R\$ 20.208,00	8,23%	46,29%	A	
90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra	H	120,00	R\$ 149,88	R\$ 17.985,60	7,33%	53,62%	B	
C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM2	SEINFRA	Serviço	M	1.400,00	R\$ 11,14	R\$ 15.596,00	6,35%	59,97%	B	
95727	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SINAPI	Serviço	M	420,00	R\$ 29,04	R\$ 12.196,80	4,97%	64,94%	B	
102224	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	Serviço	M2	261,70	R\$ 41,75	R\$ 10.925,90	4,45%	69,39%	B	
C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	SEINFRA	Serviço	M	840,00	R\$ 8,21	R\$ 7.736,40	3,15%	72,54%	B	
C1876	PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA) (M2)	SEINFRA	Serviço	M2	261,70	R\$ 27,87	R\$ 7.293,58	2,97%	75,51%	B	
C0930	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISICÃO	SEINFRA	Serviço	M3	45,00	R\$ 109,26	R\$ 4.916,70	2,00%	78,06%	B	
C0215	ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm	SEINFRA	Serviço	KG	328,40	R\$ 16,69	R\$ 5.481,00	2,23%	80,29%	C	
96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	SINAPI	Serviço	M3	42,40	R\$ 123,08	R\$ 5.218,99	2,13%	82,42%	C	
C0218	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	SEINFRA	Serviço	KG	316,47	R\$ 15,37	R\$ 4.864,14	1,98%	84,40%	C	
C0643	CONCRETO P/MBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	Serviço	M3	6,67	R\$ 684,85	R\$ 4.567,85	1,86%	86,26%	C	
C1400	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X	SEINFRA	Serviço	M2	28,30	R\$ 90,63	R\$ 2.564,53	1,05%	87,31%	C	
C4610	CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO LISA 22, ESP.=0,71MM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	SEINFRA	Serviço	M2	12,60	R\$ 218,57	R\$ 2.753,98	1,12%	88,43%	C	
C1628	LIMPEZA GERAL	SEINFRA	Serviço	M2	148,68	R\$ 15,60	R\$ 2.319,09	1,01%	89,44%	C	
S12808	Refletor Slim LED 250W de potência, branco Frio, 6500K, Autovolt, marca G-light ou similar	ORSE	Serviço	un	14,00	R\$ 161,86	R\$ 2.266,04	0,92%	90,36%	C	
C2530	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO RÓCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	SEINFRA	Serviço	M3	45,00	R\$ 49,60	R\$ 2.232,00	0,91%	91,27%	C	
C1803	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVACÃO	SEINFRA	Serviço	M3	6,11	R\$ 344,97	R\$ 2.107,77	0,86%	92,13%	C	
C0702	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	Serviço	M3	56,80	R\$ 36,45	R\$ 2.060,31	0,83%	92,96%	C	
C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	SEINFRA	Serviço	M2	37,00	R\$ 66,46	R\$ 2.460,02	0,73%	93,69%	C	
C0625	CAIXA EM ALVENARIA (60X60X18cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 869,16	R\$ 1.738,32	0,71%	94,40%	C	
C3023	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	SEINFRA	Serviço	M2	37,00	R\$ 59,74	R\$ 2.210,38	0,86%	95,26%	C	



ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS

OBRA:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
DESCRIÇÃO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEL LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.
LOCAL:	AVENIDA DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, B.N, PRANHÁ - AQUIRAZ-CE

DATA : 03/12/2025 BDI : 28,49%

FONTE	VERSÃO	HORA	MEIO	DET.
ORÇ	000000	111,36%	84,80%	12/0025
SEINFRA	000.1 COM DESCONTAÇÃO	84,44%	47,66%	100023
SINAPI	000000 COM DESCONTAÇÃO	80,17%	33,30%	100023
Composição Preço	SEINFRA	0,00%	0,00%	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL
C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	SEINFRA	Serviço	M2	6,00	R\$ 235,66	R\$ 1.413,96	0,58%	95,73%	C
C2593	TUBO PVC BRANCO PESGOTO Ø=100MM (4')	SEINFRA	Serviço	M	26,00	R\$ 54,15	R\$ 1.407,90	0,57%	96,30%	C
C0707	CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	Serviço	M3	45,00	R\$ 30,36	R\$ 1.367,65	0,56%	96,86%	C
C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS CIMAÇO DE 30 A 60 KG	SEINFRA	Serviço	M2	30,00	R\$ 40,32	R\$ 1.209,60	0,49%	97,35%	C
C4443	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE	SEINFRA	Serviço	M2	12,00	R\$ 94,76	R\$ 1.137,12	0,46%	97,81%	C
C1604	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVACÃO	SEINFRA	Serviço	M3	4,98	R\$ 204,40	R\$ 1.017,91	0,41%	98,23%	C
C2103	REJUNTAMENTO P/ CERÂMICA C/ L-FLEX E EPOXI (PAREDE/PISO)	SEINFRA	Serviço	M2	12,00	R\$ 76,82	R\$ 921,84	0,38%	98,60%	C
96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	SINAPI	Serviço	M2	13,50	R\$ 52,77	R\$ 712,40	0,29%	98,89%	C
102193	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	SINAPI	Serviço	M2	251,70	R\$ 2,47	R\$ 644,40	0,26%	99,16%	C
C4125	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO	SEINFRA	Serviço	M3	60,75	R\$ 9,95	R\$ 604,46	0,25%	99,40%	C
C1616	LATEX TRÊS DEMÃOIS EM PAREDES EXTERNAS S/ MASSA	SEINFRA	Serviço	M2	15,00	R\$ 35,68	R\$ 535,20	0,22%	99,62%	C
C1207	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOIS C/ MASSA ACRÍLICA	SEINFRA	Serviço	M2	15,00	R\$ 20,88	R\$ 313,20	0,13%	99,75%	C
CP0111	ADENSAMENTO DE CONCRETO COM VIBRADOR DE IMERSÃO	Composição	Serviço	M3	5,52	R\$ 63,76	R\$ 296,76	0,12%	99,87%	C
C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP. 10mm P/ PAREDE	SEINFRA	Serviço	M2	27,00	R\$ 9,53	R\$ 257,31	0,10%	99,97%	C
91991	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	Serviço	UN	1,00	R\$ 63,63	R\$ 63,63	0,03%	100,00%	C

Subtotal até 100,00% R\$ 245.521,86

Outros R\$ 0,00

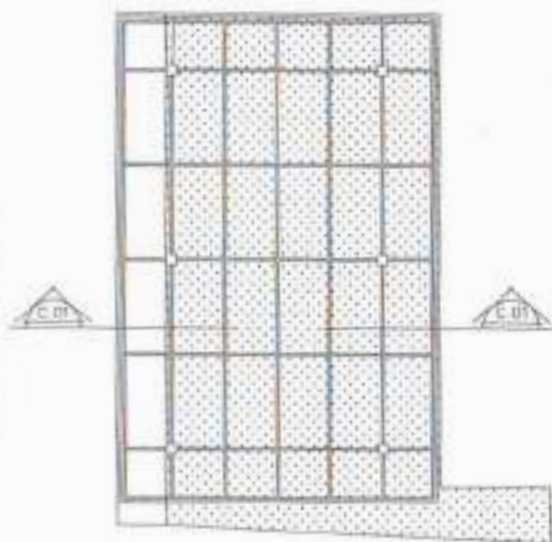
Valor total do Orçamento R\$ 245.521,86

Daniel Monteiro Xavier de Lima
Engenheiro Civil
CREA/CE 346762
CPF. 012.832.383-30

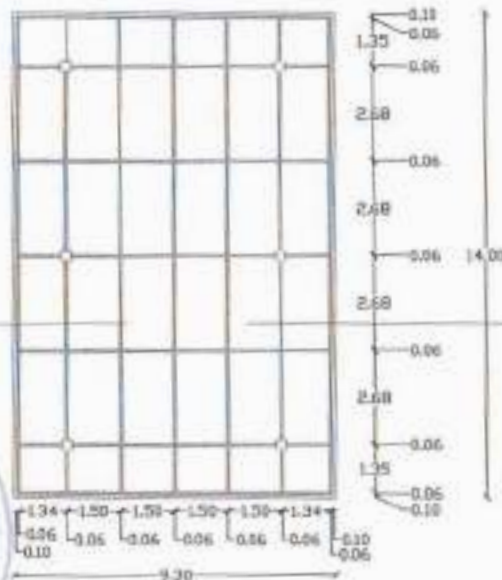




PEÇAS GRÁFICAS



01 PLANTA LAYOUT
ESCALA 1/150



02 PLANTA BAIXA
ESCALA 1/150



01 CORTE C01
ESCALA 1/150

TELHAS SANDUICHE EM
POLIURETANO TERMUACUSTICAS
COM ACABAMENTO AMADEIRADO

ESTRUTURA EM GRELHA DE
MADEIRA MACICA TIPO
MASSARANDUBA 66CM X 20CM

CALHA PARA TELHADO EM
PVC AQUAPLUV STYLE TIGRE
OU SIMILAR

PILARES DE CONCRETO ARMADO
20CM X 20CM REVESTIDO EM
CERAMICA COM REJUNTE NA COR
DO REVESTIMENTO

Blanca Frossard
Arquiteta e Urbanista
CPF: 042.122.173-92
CAU/CE: 00A3021548



SME
SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCACAO

PROJETO
PROJETO DE ARQUITETURA - COBERTA PATIO
CENTRAL NOVA LUIS SIMEAO - AQUIRAZ - CE
ENDEREÇO: R. SAMUEL TAVARES DE SOUSA, S/N, PARRAMA, AQUIRAZ - CE

AREA TÉCNICA ARQUITETURA

ETAPA PROJETO BASICO

PROJETISTA

ARQUIVO

Revisão 000

DATA: NOV. 2015

CONTEUDO
PLANTA 0001

PRANCHAS
01
01



ARTS





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20251783242

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

1. Responsável Técnico

DANIEL MONTEIRO XAVIER DE LIMA
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0619102373

Registro: 346762CE



2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ**
RUA FRANCISCO CÂMARA
Complemento:
Cidade: **AQUIRAZ**

Bairro: **CENTRO**
UF: **CE**

CPF/CNPJ: 29.987.149/0001-88
Nº: 332

CEP: 61700000

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**



3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA DAMIÃO TAVRES DE SOUSA

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **PRAINHA**

Cidade: **AQUIRAZ**

UF: **CE**

CEP: 61700000

Data de início: **03/12/2025**

Previsão de término: **03/12/2026**

Coordenadas Geográficas: **-3.982900, -38.346747**

Finalidade: **Escolar**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ**

CPF/CNPJ: 29.987.149/0001-88

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

35 - Elaboração de orçamento > **CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA**

Quantidade

Unidade

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > **ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO**

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > **ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.1 - PARA EDIFICAÇÃO**

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > **CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO**

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > **GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.3 - ATERRO**

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > **ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ENERGIA > #11.10.10.2 - EM BAIXA TENSÃO PARA FINS COMERCIAIS**

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA NO PÁTIO DO NOVO CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data



Documento assinado eletronicamente
com credenciais de login e senha
DANIEL MONTEIRO XAVIER DE LIMA
RNP: 0619102373
Data: 08/12/2025 12:41:12

DANIEL MONTEIRO XAVIER DE LIMA - CPF: 612.832.383-38

[Assinatura]
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ - CNPJ: 29.987.149/0001-88

9. Informações

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.abao.com.br/publica/>, com a chave: 86W7y
Impressão em: 09/12/2025 às 12:41:12 por: j. p. 168.196.107.33





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20251783242

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 103,03 Registrada em: 09/12/2025 Valor pago: R\$ 103,03 Nosso Número: 8218394430



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 8Bw7y
Impresso em: 09/12/2025 às 12:41:12 por: 168.198.107.33

www.crea-ce.org.br
Tel: (85) 3453-5800

faleconosco@crea-ce.org.br
Fax: (85) 3453-5804



CREA-CE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Ceará



**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil**RRT 16360405**

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: BIANCA SOBREIRA FROSSARD DE LUCENA

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 042.XXX.XXX-92

Nº do Registro: 00A3021548

**2. DETALHES DO RRT**

Nº do RRT: SI16360405I00CT001

Data de Cadastro: 09/12/2025

Data de Registro: 09/12/2025

Modalidade: RRT SIMPLES

Forma de Registro: INICIAL

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$125,40

Boleto nº 23556894

Pago em: 09/12/2025

**3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE****3.1 Serviço 001**

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público

Valor do Serviço/Honorários: R\$1.000,00

CPF/CNPJ: 29.XXX.XXX/0001-98

Data de Início: 07/12/2025

Data de Previsão de Término: 07/01/2026

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil

Tipo Logradouro: AVENIDA

Logradouro: DAMIAO TAVARES DE SOUSA

Bairro: PRAINHA

CEP: 61700000

Nº: S/Nº

Complemento:

Cidade/UF: AQUIRAZ/CE

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.1.2 - Projeto arquitetônico

Quantidade: 133,19

Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Educacional

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Implantação de cobertura no pátio do novo Luis Simeão da Costa, de interesse da Secretaria de Educação, no município de Aquiraz-CE.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT 16360405**4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO**

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI16360405I00CT001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	INICIAL	09/12/2025

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista BIANCA SOBREIRA FROSSARD DE LUCENA, registro CAU nº 00A3021548, na data e hora: 2025-12-09 11:30:04, com o uso de login e de senha. O CPF/CNPJ está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (LGPD).





PB – PROJETO BÁSICO



PROJETO BÁSICO Nº 2025.12.10.001-PB-SME

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Projeto Básico tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41, 45 e 46 da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelos Decretos de nº 19/2023, 52/2023, 64/2023 e 101/2023 desta Municipalidade.

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO

2.1. Órgão(s) Interessado(s):

Secretaria de Educação.



2.2. Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTA DO PATIO DO NOVO CEI. LUIZ SIMEÃO DA COSTA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

2.3. Justificativa:

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID do PCA no PNCP: 29987149000198-0-000001/2025 - ID do PCA: 9622 - Classe: 5412
- Data de publicação no PNCP: 07/12/2024

2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação dos serviços:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS
13	12	1301 12 365 0005 1.039	1500100100 1540000000 1541000000 1542000000 1543000000 1550000000 1569000000	4.4.90.51.00

3.1. Valor global estimado: R\$ 245.521,86 (duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos).

3.2. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado nas normas técnicas correspondentes a confecção de projetos de engenharia, assim como, nas tabelas oficiais e nos demais padrões os quais encontram-se pormenorizados em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

4.2. Indicação de marcas ou modelo:

4.2.1. Não se aplica.

4.3. Da exigência de vistoria (visita técnica):

4.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:30 horas às 15:30 horas, reservado o horário de almoço das 12h00h às 13h00h.

4.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes a cada um dos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.3.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4. Da subcontratação:

4.4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, a qual se dará nas seguintes condições:

4.4.1.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto.

4.4.1.2. A subcontratação fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

4.4.1.3. A minuta do futuro contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

4.5. Garantia da contratação:

4.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor contratual, conforme regras a serem previstas no contrato.

4.5.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

4.5.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.5.2.2. Seguro-garantia.

4.5.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.5.3. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.5.4. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO

5.1 O serviço/obra contratado deverá ser prestado no Novo CEI. Luiz Simeão, localizado na Avenida Damião Tavares de Sousa, s/n, Prainha – Aquiraz – CE, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços/obras a expensas da contratada.

5.2 A execução dos serviços será conforme necessidade do órgão demandante, iniciados mediante **ORDEM DE SERVIÇOS**, emitida pela Secretaria Interessada, constando as informações relevantes à execução dos serviços.

5.3. Os serviços/obras deverão ser iniciados em até **05 (CINCO) DIAS**, a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS.

5.4 O prazo para início dos serviços poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério do órgão contratante.

5.5. O prazo de execução dos serviços será de **04 (QUATRO) MESES**, da data de recebimento da ordem de serviço. Todas as etapas obedecerão rigorosamente ao cronograma físico definido pelo Governo Municipal de Aquiraz/CE.

5.6. Os prazos de execução dos serviços/obras poderão ser prorrogados, conforme art. 111 da Lei nº 14.133/21, enquanto se fizerem necessários até a sua conclusão.

5.7. A prorrogação do prazo de execução deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Unidade Administrativa Contratante.

6. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

6.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

6.2.2. A contratante poderá solicitar ao contratado que apresente, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos oriundos do meio ambiente utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

6.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal competente, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,





devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.9. Forma de pagamento

6.9.1. O pagamento será efetuado com base nos quantitativos e itens efetivamente executados, limitados aqueles previstos no Orçamento Detalhado da proposta vencedora.

6.9.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (TRINTA) DIAS após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto da execução dos serviços e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, através de crédito na conta bancária do Contratado.

6.9.3. A fatura relativa aos serviços executados, cujo valor será apurado através de medição, deverá ser apresentada à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

6.9.3.1. A medição será realizada por mês, contados a partir do início efetivo dos serviços. A medição terá como base os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período, assim considerados aqueles formalmente aprovados pela Fiscalização, dentro do prazo estipulado.





6.9.3.2. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da CONTRATANTE, com endereço na Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz, Ceará e CNPJ/MF sob o nº 07.911.696/0001-57.

6.9.4. A documentação tratada no item 4.2 deste instrumento será a seguinte:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho;
- g) Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de Execução assinada pelo responsável técnico do contratado.



6.9.5. Conforme Decreto Municipal nº 055/2023, de 13/07/2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal direta, fica determinado que:

a) Os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como suas Autarquias e Fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de serviços ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e alterações, da Receita Federal do Brasil.

a.1) As retenções de que trata o "caput" deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de serviços ou de prestação de serviços para execução futura.

b) Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de serviços ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda devem informar essa condição em seus documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.9.6. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, o CONTRATADO será cientificada, a fim de que tome providências.

6.9.7. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento do CONTRATADO nos seguintes casos:

- a) quando o CONTRATADO deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;



- b) quando o CONTRATADO assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) inadimplência do CONTRATADO na execução dos serviços.

6.9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

VP = Valor da Parcela em atraso

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

6.9.9. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos e mão-de-obra.



7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme disposto no Art. 94 da Lei nº 14.133 de 2021 e vigorará por **12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência será prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.1. Da garantia da proposta de preços

8.1.1. Como requisito de pré-habilitação será exigida garantia da proposta de preços do licitante vencedor da fase de disputa de lances, esta deverá ser apresentada juntamente à proposta de preços final (consolidada) e corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

8.1.2. Nos termos do caput do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21, a garantia da proposta deve ser apresentada quando do momento da apresentação da proposta de preços, ou seja, o licitante já deverá dispor da mencionada garantia previamente ao cadastro de sua proposta na plataforma, por isso o cálculo do valor da garantia tomará como base o valor estimado pela Administração.

8.1.3. A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.2. Da forma de apresentação das propostas finais

8.2.1. Na proposta de preços deverão constar os seguintes dados:

- a) Obras e serviços a serem executados, iguais ao objeto desta licitação;
- b) Preço global por quanto a licitante se compromete a executar as obras e serviços objeto desta licitação, expresso em reais em algarismo e por extenso;
- c) Prazo de validade da proposta, que será de, no mínimo, **60 (SESSENTA) DIAS**;
- d) Assinaturas do (s) representante (s) legal (is) da licitante e do (s) responsável (is) técnico (s);
- e) Declaração de que estejam contidas todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, tais como:
 - Materiais, equipamentos e mão de obra;
 - Carga, transporte, descarga e montagem;
 - Salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - Tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou quaisquer infrações;
 - Seguros em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos da natureza, da infortúnica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução das obras e/ou serviços.
- f) **Orçamento (s) detalhado (s)**, contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço Global do orçamento, assinado pelo responsável da Empresa e Engenheiro responsável, contendo ainda:
 - Planilha de Composição de Custos Unitários, para cada serviço constante do orçamento apresentado, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão de obra, totalização de encargos sociais, insumos, transportes e quaisquer outros necessários à execução dos serviços;
 - Planilha analítica de encargos sociais e de impostos e taxas;
 - Composição analítica da taxa de B.D.I. (Benefícios e Despesas Indiretas), de acordo com recomendações do TCU – Tribunal de Contas da União;
- g) **Cronograma físico-financeiro.**

8.2.2. As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e Cofins discriminados na composição do BDI em valores compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como composição de encargos sociais não deve incluir



os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

8.2.3. A licitante deverá garantir a execução do objeto sem qualquer defeito ou imperfeição, e se caso constatado alguma imperfeição, terão o objeto ter de ser ajustado e ou refeito e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.2.4. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atenda as exigências contidas neste Projeto Básico.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ORDEM DE SERVIÇO, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do Instrumento convocatório, da Lei Federal n.º 14.133/21.

10.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2.2. Atestar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico.

10.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido no total ou em parte, às suas expensas.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



10.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

10.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.



10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja



inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

p) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

q) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

s) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

u) Assinar e devolver a **ORDEM DE SERVIÇOS** ao Município de Aquiraz/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

v) Executar os serviços licitados dentro do prazo estabelecido no Projeto Básico, contados da emissão da **ORDEM DE SERVIÇOS**, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

w) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

x) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

y) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras ou serviços e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, de até 50% para os acréscimos, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

z) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Aquiraz/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

aa) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

Obrigações específicas:

bb) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

cc) Apresentar os empregados devidamente identificados.

dd) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no local de execução da obra ou serviço.

ee) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

ff) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado

descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

gg) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

hh) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

ii) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas de execução da obra ou serviço.

jj) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

kk) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no projeto básico de engenharia, em plena validade.

ll) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

mm) Elaborar o Diário de Obra, preferencialmente no formato eletrônico disponibilizado pela Contratante, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

nn) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, acrescido do prazo adicional de 2 (dois) anos de garantia contratual, na forma do §6º art. 140 da Lei n.º 14.133/21.

oo) Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de:

- a. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c. florestas plantadas; e
- d. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

pp) Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução



Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;
- d. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.



qq) Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

rr) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

ss) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- b. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.



- c. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- d. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

tt) Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

uu) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

vv) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- a. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- b. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- c. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- d. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- e. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam





necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

f. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

ww) Fornecer os projetos executivos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

xx) A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas no projeto básico constante neste Projeto básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

yy) Fornecer projeto "as-built", que se fará a partir das atualizações do projeto executivo.



11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/comissão de contratação/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



11.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa**:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.



12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

Aquiraz/CE, 10 de dezembro 2025.



ROBSON SOARES LEITE
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
ORDENADOR DE DESPESAS





ANEXO I
RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista



- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
- b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).
- b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123 de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



c. Qualificação Econômico-Financeira

- c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem).
- c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
 - II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);
 - e
 - III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

c.8. Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o lote.

c.9. Entende-se por "valor estimado da contratação" como o valor ORÇADO pelo município.



d. Qualificação Técnica

d.1. Qualificação técnico-operacional

d.1.1. Prova de Registro ou inscrição da licitante (pessoa jurídica) na entidade profissional competente.

d.1.2. Entende-se por entidade profissional competente o Conselho Regional de Engenharia de Agronomia – CREA ou outro conselho profissional que possua legislação/resolução vigente com atribuição para fiscalizar a atividade básica objeto da licitação.

d.1.3. A inscrição ou registro será no conselho regional da jurisdição/estado da sede da licitante.

d.1.4. Se a empresa licitante vencedora tiver sede em outra unidade federativa do Brasil que não seja o Estado do Ceará, e se o conselho profissional competente assim exigir, a licitante deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, o visto do seu registro no conselho profissional competente na regional do Estado do Ceará.

d.1.5. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem a capacidade operacional (empresa licitante) na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância abaixo elencadas, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021:



PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA	UND	QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA
a) TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	78,51
b) ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M	M2	65,43
c) PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	M2	163,32

d.1.5.2. **Justificativa Técnica:** O serviço "a", que representa 16,58% do valor total estimado, considera o custo unitário do material termoacústico, a área significativa de aplicação, bem como a complexidade dos serviços envolvidos, que incluem fornecimento das telhas, mão de obra especializada, equipamentos adequados e operação de içamento. Ademais, o serviço "b", reflete 12,42% do valor total estimado e refere-se o volume de material estrutural, da necessidade de utilização de madeira com características específicas de resistência e durabilidade, bem como da complexidade dos serviços de fabricação e montagem, exigidos em função do vão de 10 metros, que demanda dimensionamento adequado, mão de obra especializada e rigoroso controle de execução. O serviço "c", constitui 9,06% do valor total estimado, o serviço apresenta importância funcional ao garantir a proteção das superfícies metálicas contra corrosão, além de proporcionar acabamento adequado e maior durabilidade dos elementos metálicos, contribuindo para a conservação e vida útil da edificação. As quantidades exigidas foram de 50% (cinquenta por cento) da quantidade orçada no Projeto Básico, em conformidade com o §2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d.1.6. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

d.1.6.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de **consórcio homogêneo**, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente

intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

d.1.6.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de **consórcio heterogêneo**, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

d.1.6.3. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

d.1.7. Não será(ão) admitido(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) de fiscalização, supervisão, controle tecnológico e assessorias técnicas, nem tampouco aqueles emitidos por pessoas físicas (Acórdão nº 927/2021-Plenário TCU);

d.1.8. Somente serão aceitos certidões ou atestados em que a empresa licitante esteja na condição de Contratada ou Executora dos serviços/obras;

d.1.9. Só serão aceitas Certidões de Acervo Técnico – CAT's ou Certidões de Acervo Operacional – CAO's do tipo "com registro de atestado", haja vista a previsão do art. 58, § único da Resolução CONFEA nº 1.137 de 31/03/2023;

d.1.10. Entende-se por "regularmente emitidos pelo conselho profissional competente" aqueles atestados ou certidões devidamente registradas conforme as resoluções ou atos normativos do(s) conselho(s) profissional(is) competente(s);

d.1.11. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



d.2. Qualificação técnico-profissional

d.2.1. Declaração, assinada por representante legal da licitante, com indicação expressa da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos serviços/obras objeto da presente licitação.

d.2.2. Para total cumprimento do Projeto Básico, bem como para atendimento da Resolução CONFEA nº 218, de 29/06/1973, se faz necessário que conste na declaração supracitada a indicação de, no mínimo, os seguintes membros:

a) 01 (um) **Engenheiro Civil** ou outro profissional com atribuições regularmente estabelecidas por força de ato normativo da entidade profissional competente (resolução, deliberação, etc.) ou de norma (lei, decreto, etc.) para acompanhar e responder tecnicamente pela execução das obras objeto deste certame.

d.2.3. A declaração acima deverá ter a anuência dos profissionais indicados, concordando com as suas indicações para acompanhar os serviços/obras objeto da presente licitação.

d.2.4. O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante deverá(ão) participar do serviço objeto da licitação e responder pelos serviços/obras, sendo admitida a sua substituição, durante a contratação, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, mediante apresentação da mesma



documentação de habilitação técnico-profissional mencionada neste instrumento para o responsável técnico substituto.

d.2.5. Deverá ser apresentado, do profissional responsável técnico indicado pela licitante:

d.2.5.1. Prova de registro no conselho profissional competente;

d.2.5.2. Comprovação de vínculo empregatício com a licitante ou compromisso de contratação futura;

d.2.5.3. Atestado(s) ou certidão(ões) de qualificação técnico-profissional regularmente emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhando de acervo de responsabilidade técnica emitido pelo conselho profissional competente, por execução de serviços similares às parcelas de maior relevância do objeto a ser contratado estabelecidas abaixo:

a) TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019

b) ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA TERMOACÚSTICA, VÃO 10M

c) PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020



A comprovação de vínculo empregatício do(s) profissional(is) com a licitante ou compromisso de contratação futura será feita:

d.2.5.4. Para sócio, mediante a apresentação do contrato social ou estatuto social e aditivos, devidamente registrada junto ao órgão competente;

d.2.5.5. Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente;

d.2.5.6. Se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação será atendida mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada ou Contrato de Prestação de Serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum.

d.2.5.7. Caso o(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) ainda não possua(m) vínculo empregatício com a licitante no momento da habilitação, a licitante poderá apresentar Declaração de Compromisso, assinada pelo representante legal da empresa e pelo(s) respectivo(s) profissional(is), informando que, caso a licitante seja declarada vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato com o Município de Aquiraz/CE, será apresentada a comprovação de vínculo empregatício em alguma das formas previstas acima. (Conforme Acórdão 1447/2015-TCU Plenário).

d.2.6. Para fins de cumprimento do subitem d.2.6.3 deste instrumento:

d.2.6.1. Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.



d.2.6.2. As certidões e/ou atestados apresentados para fins de capacidade técnico-profissional deverão conter o nome do profissional indicado na condição de "Responsável Técnico";

d.2.6.3. Não será(ão) admitido(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) de fiscalização, supervisão, controle tecnológico e assessorias técnicas, nem tampouco aqueles emitidos por pessoas físicas (Acórdão nº 927/2021-Plenário TCU) ou que não mencionem o profissional indicado como responsável técnico;

d.2.6.4. Caso sejam apresentadas Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo conselho profissional competente, essas só serão aceitas se forem do tipo "com registro de atestado";

d.2.6.5. Não serão aceitas Anotações/Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRRT como comprovação de qualificação técnico-profissional.



e. Declarações

e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do Projeto Básico e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

